Sadao Omote

APARÊNCIA E COMPETÊNCIA

UMA RELAÇÃO A SER CONSIDERADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDITORA Appris

APARÊNCIA E COMPETÊNCIA

UMA RELAÇÃO A SER CONSIDERADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Sônia Magalhães
Bibliotecária CRB9/1191

Omote, Sadao
O56 Aparência e competência: uma relação a ser considerada na educação
2014 especial / Sadao Omote. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2014.
139 p. ; 21 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-8192-454-0

1. Educação especial. 2. Diferenças individuais. 3. Psicologia diferencial.
I. Título.

CDD 20. ed. – 371.9
155

Editora e Livraria Appris Ltda.
Rua José Tomasi, 924 - Santa Felicidade
Curitiba/PR - CEP: 82015-630
Tel: (41) 3156-4731 | (41) 3030-4570
http://www.editoraappris.com.br/

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Sadao Omote

APARÊNCIA E COMPETÊNCIA

UMA RELAÇÃO A SER CONSIDERADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDITORA Appris

Curitiba - PR
2014

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2014 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se incorreções forem encontradas, serão exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Sara C. de Andrade Coelho Augusto V. de A. Coelho
ASSESSORIA EDITORIAL	Rosemari Ferreira
COMITÊ EDITORIAL	Edmeire C. Pereira - Ad hoc. Iraneide da Silva - Ad hoc. Jacques de Lima Ferreira - Ad hoc. Marli Caetano - Análise Editorial
DIREÇÃO - ARTE E PRODUÇÃO	Adriana Polyanna V. R. da Cruz
DIAGRAMAÇÃO | CAPA	Andrezza Libel de Oliveira
REVISÃO	Marta Zanatta Lima | Gislaine Stadler
WEB DESIGNER	Carlos Eduardo H. Pereira
GERENTE COMERCIAL	Eliane de Andrade
LIVRARIAS E EVENTOS	Dayane Carneiro | Estevão Misael
ADMINISTRATIVO	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E TRANSDISCIPLINARIDADE

DIREÇÃO CIENTÍFICA **Dra Elizete Matos – PUCPR**

CONSULTORES

Dr. Francisco Fialho – UFSC
Dra. Marilda A. Behrens – PUCPR
Dra. Patrícia L. Torres – PUCPR
Dr. José Manoel Moran – Anhembi-Marumbi
Dra. Edméia Silva – UERJ
Dra. Evelize Portilho – PUCPR
Dra. Evelyn Orlando – PUCPR
Dra. Romilda T. Ens – PUCPR
Dr. Marco Silva – Estácio de Sá
Doutoranda Lucymara Carpim – SECOVI
Dra. Maria Altina – UMINHO - PT
Dra. Luciana R. Pinheiro – SMEC
Dra. Viviane do Rocio Barbosa – UFPR
Doutoranda Mércia Freire – IFTPR
Dra. Lucia Amante – Univ. Aberta – PT
Dra. Cristiane Arns – SEEDPR
Doutoranda Fabiane Lopes – PUCPR
Dra. Ercília de Paula – UEM
Dr. Marciano Cunha – PUCPR
Dra. Lilian Pereira Menenguci – DOCTUM
Doutoranda Rosângela Wolf – UNICENTRO
Dra. Maria Cecília Pilla – PUCPR
Dra. Cristina Miyaki – PUCPR
Doutoranda Daniele Saheb – PUCPR
Dr. Reginaldo Costas – PUCPR
Dr. Anor Sganzerla – PUCPR
Dr. Sergio R. Junqueira – PUCPR
Dr. Lindomar Bonetti – PUCPR
Doutoranda Neusa Fialho – SEEDPR
Dr. Antonio Osorio – UMINHO – PT
Doutoranda Neide Mity – AFTA
Ms. Jair S. Passos – PUCPR
Dra. Amália Covic – UFSP
Dra. Leda Moreno – PUCSP
Doutoranda Maria Celeste Ramos – UFBA
Dra. Soraia de Freitas – UFSM
Doutoranda Maria Sílvia – SEED-TO
Doutorando Armando Arosa – UFFRJ
Dra. Alessandra Barros – UFBA

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

A Felipe e Henrique, àqueles que, ainda pequenos, mostraram que a boa aparência pode ser um bom começo.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

AGRADECIMENTOS

A Mari Ester Massoca e Marco César Goulart, funcionários do Polo Computacional da UNESP, que nos auxiliaram na organização e análise quantitativa da maior parte dos dados.

À equipe responsável da Biblioteca da UNESP, pela inestimável colaboração na obtenção da maior parte do material bibliográfico.

A todos os estudantes que, submetendo-se como sujeitos, nos forneceram valioso material para a realização deste trabalho, bem como a todos aqueles que, constituindo-se como audiências em variadas ocasiões, nos concederam importantes oportunidades para discutir e elucidar muitas ideias.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão de Bolsa de Pesquisador Visitante, durante o período em que foi realizada a maior parte deste trabalho (Processo nº 30.1326/88.6). A preparação da publicação deste livro ocorreu durante o período em que fui beneficiado com a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1C (Processo nº 304156/2010-8)

A Maewa Martina Gomes da Silva e Souza, que realizou o devido ajuste da normalização bibliográfica para as normas da ABNT.

A Carla Cristina Marinho e David Marcos Perrenoud Lindolpho, que realizaram a revisão dos originais, inicialmente digitados em Redator Profissional da Itautec e convertidos para Word, o que requereu os necessários ajustes.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

PREFÁCIO

O julgamento que se faz da competência e do comportamento de uma pessoa pode ser influenciado pela sua atratividade física facial. Tal julgamento ocorre em vários contextos determinando a qualidade das relações que os outros mantém com ela.

No contexto escolar, os efeitos da atratividade física facial podem determinar a relação que a professora estabelece com seus alunos resultando em tomadas de decisões inadequadas desconsiderando outras potencialidades deles.

Este livro relata uma série de quatro pesquisas realizadas sobre atratividade física facial utilizando fotos de crianças. Os resultados apontaram que a baixa atratividade física facial de uma criança pode influenciar a percepção, aumentando a probabilidade de que se considere que a criança tenha alguma deficiência. Por outro lado, crianças com alta atratividade física facial podem ser elegíveis para serviços que melhorem ainda mais seu desempenho.

Considerando os intensos debates sobre a inclusão da pessoa com deficiência, a atratividade física facial é, sem dúvida, um tema instigante que dever ser abordado seriamente e discutido por todos. Em especial, para aqueles envolvidos com a educação de crianças evitando que determinem a sua carreira muitas vezes com base simples e, principalmente, em sua aparência física.

Portanto, a leitura do livro possibilita ao leitor entrar em contato com o tema com base em estudos conduzidos com seriedade e rigor metodológico, servindo também, como fonte inspiradora para futuras pesquisas na área

Olga Maria Piazentin Rolim Rodrigues
Departamento de Psicologia
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
Campus de Bauru – São Paulo

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

APRESENTAÇÃO

Os capítulos que compõem o presente livro, com exceção do último, é reprodução fiel da tese de Livre-docência defendida em 1992. Duas indagações se levantam naturalmente: por que publicar um texto escrito há mais de 20 anos sem sua atualização e por que publicar no formato original de uma tese acadêmica com todos os detalhes metodológicos.

Talvez em face da quantidade gigantesca de publicações, talvez em função de rápidas mudanças, que têm sido verificadas nas últimas décadas, há, no mundo acadêmico de hoje, enorme demanda para a atualidade das referências em que uma obra se baseia. Esse preceito é compreensível e oportuno. Entretanto, pode não ser generalizável indiscriminadamente, especialmente quando essa atualidade é determinada com base na cronologia, estabelecendo critérios temporais como os últimos cinco ou dez anos, e menos sensato ainda estabelecer, nas referências bibliográficas, um percentual permitido de obras consideradas antigas.

Há situações nas quais a atualidade não pode ser verificada estritamente com base na cronologia das publicações; há relevantes e atuais assuntos nem sempre tratados em publicações recentes e nem por isso devem ser descartados do debate e da investigação científica; há assuntos cujos textos recentes não trazem nada de novo em relação aos clássicos; há necessidade de, em algumas situações que requerem uma revisão ou análise histórica, buscar os principais argumentos em textos considerados antigos. Assim, devem-se buscar outros referenciais de atualidade, certamente mais trabalhosos para aqueles que avaliam o mérito acadêmico de um texto.

A resistência deste autor em inserir referências com trabalhos mais recentes e excluir aqueles com datas mais antigas,

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

com o intuito de atualizar o texto, é motivada pela sua convicção de que essa operação é apenas "plástica" e não "reparadora". Certamente essa atualização bibliográfica contribuiria para melhorar a aparência do texto, conforme as normais atuais, mas essencialmente não contribuiria para melhorar a qualidade científica do texto. Junta-se a isso uma insurgência silenciosa por parte do autor contra uma espécie de "ditadura da beleza" no mundo da produção bibliográfica.

É preciso reconhecer, deixando de lado essa querela saudosista, que o campo de estudo da aparência física das pessoas, sobretudo o papel desempenhado pela face nas relações interpessoais e sociais, desenvolveu-se em algumas direções. Com o intuito de dar alguma continuidade ao que havia escrito há pouco mais de 20 anos e de não privar o leitor dos recentes avanços que tanto podem introduzir novos ingredientes à acalorada discussão sobre a inclusão quanto permitir a realização de estudos experimentais mediante a manipulação de características faciais por meio dos recursos da computação gráfica, foi elaborado o último capítulo.

Nesse último capítulo, foi introduzida a polêmica sobre possíveis razões evolucionárias para explicar a atração pelo belo, pelo harmônico, pelo perfeito. É nesse cenário que se inscrevem a atratividade física facial, de um modo geral, e a aparência de pessoas com algum tipo de patologia, em particular. Trazer as raízes biológicas para a discussão sobre um assunto aparentemente tão social e culturalmente determinado, como parece sê-lo a questão da beleza e da estética, pode parecer uma abordagem "biologizante" obsoleta para analisar aspectos de um ser constituído histórica e socialmente.

Um debate dessa natureza pode trazer novas perspectivas para a concepção da inclusão de pessoas com deficiência ou outras diferenças expressivas. A evolução humana apresenta uma particularidade muito especial, que nos faz crer na possibilidade

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

de construir um mundo cada vez mais inclusivo. Trata-se da sua capacidade de, por meio de construções éticas e ideológicas, superar os limites e as tendências biologicamente condicionadas. É a ética e não a biologia que explica muitas das ações rotineiras de muitas das sociedades humanas de hoje, como dar prioridade a doentes e idosos em situações de escassez ou perigo.

Na medida em que as pessoas com deficiência, mesmo aquelas com comprometimentos mais acentuados para o desempenho de muitas das atividades do cotidiano, vêm conquistando direito à sexualidade e até à parentalidade, certamente a questão da aparência física e em particular da atratividade facial deverá tomar novos rumos, incorporando essas novas conquistas. Tudo isso representa um desafio e convite para a revisão de algumas certezas e para a análise radical das implicações da proposta de inclusão. Talvez um dia, possamos compreender que temos feito leitura um tanto superficial de *O Patinho Feio* durante cerca de um século e meio.

A leitura sobre as implicações sociais e interacionais da nossa aparência, da beleza facial em particular, pode ser convidativa. Mas, por que então manter o formato original de uma tese acadêmica, com descrições detalhadas de questões metodológicas, que podem tornar o texto enfadonho e tedioso? Eis a outra questão que precisa ser esclarecida.

No cenário atual de fortes pressões exercidas por agências de fomento e outros órgãos ou instâncias de avaliação acadêmica, há uma profusão de pesquisas em Educação Especial, cujos autores precisam embaraçar-se para publicá-las. Essa demanda nem sempre se compatibiliza com os necessários cuidados metodológicos, seja no delineamento e na confecção de ferramenta de coleta de dados seja na análise de dados e interpretação de resultados obtidos.

É nessa perspectiva que, embora o autor esteja convencido de que os procedimentos adotados e descritos na presente obra não

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

sejam os mais adequados para os estudos realizados mas seguro de que o necessário foi realizado dentro das condições disponíveis na oportunidade, foi mantida toda a descrição metodológica.

O leitor interessado apenas nas implicações sociais e interacionais da atratividade facial pode dispensar essa parte. O estudante interessado em aperfeiçoar a sua formação de pesquisador deve estudar esta parte, não para necessariamente acolher os procedimentos utilizados, mas levantar limitações metodológicas dos estudos relatados para motivar a realização de replicações em busca de resultados mais confiáveis e implicativos. Se isso ocorrer, terá valido a pena publicar um livro com todas as chatices de uma tese acadêmica.

O Autor.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

Atratividade física facial no contexto escolar 26
Atratividade física facial e atribuição de desvios ou comportamentos desviantes 35
Administração da aparência e competência 40

CAPÍTULO 1
AVALIAÇÃO DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL 47

Apresentação dos Estímulos 47
Características dos estímulos 49
Características dos juízes 50
Procedimento de avaliação da AFF 51
O procedimento de avaliação utilizado neste estudo 53

CAPÍTULO 2
FIDEDIGNIDADE NA PERCEPÇÃO DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL 63

Estudo 1: Fidedignidade Intragrupo e Fidedignidade Intrassujeito 63
Método 65
- Sujeitos 65
- Material 65
- Procedimento 66

Resultados e Discussão 67
Estudo 2: Fidedignidade Intergrupo 80
Método 83
- Sujeitos 83
- Material 84
- Procedimento 84

Resultados e Discussão 85

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CAPÍTULO 3
EFEITOS DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL SOBRE JULGAMENTOS 93

Estudo 3: Efeitos da Atratividade Física Facial sobre a Percepção de Deficiências 93
Método 95
Sujeitos 95
Material 95
Procedimento 95
Resultados e Discussão 97
Estudo 4: Efeitos da Atratividade Física Facial sobre o Prognóstico 110
Método 112
Sujeitos 112
Material 113
Procedimento 113
Resultados e Discussão 114

EPÍLOGO
TENDÊNCIAS RECENTES NO ESTUDO DA ATRATIVIDADE FACIAL 117

Conclusão 128

REFERÊNCIAS 131

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

INTRODUÇÃO

As pessoas são muito parecidas umas com as outras e, ao mesmo tempo, muito diferentes. Muitas semelhanças tornam-se evidentes a observadores que as procuram. Igualmente, muitas diferenças se revelam àqueles que as procuram. Entre essas semelhanças e diferenças emerge a singularidade de cada pessoa, singularidade essa que não é manifestação de um fenômeno rigorosamente individual, intrínseco a cada pessoa, mas é construída na condição de um ser social. Essa é uma questão com a qual inevitavelmente se defrontam os estudiosos do comportamento humano.

Do ponto de vista psicológico, uma das qualidades mais notáveis e importantes das pessoas é a variabilidade das suas características, isto é, as diferenças que umas apresentam em relação às outras. As pessoas apresentam infinitas diferenças umas em relação a outras. A grande maioria dessas diferenças, mesmo que sejam evidentes e notáveis, é aceita como algo inteiramente normal dentro da diversidade de características entre as pessoas. Algumas diferenças, entretanto, chamam especial atenção. Ao longo da história da humanidade, certas diferenças têm sido objeto de atenção especial, seja de admiração e respeito seja de temor e desconfiança. Os atributos ou os comportamentos que têm merecido esse destaque especial não são os mesmos em diferentes épocas ou diferentes grupos sociais.

Isso sugere que não é algum atributo ou comportamento que tem inerente nele esse caráter algo especial. Depende de como esse atributo ou comportamento é interpretado pelo grupo social. Em função dessa interpretação é que um atributo ou um comportamento adquire o sentido de desvio ou de deficiência. Segundo Becker (1977, p. 60), o desvio não pode ser explicado pelos

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

fatores de personalidade nem pelas situações de vida das pessoas consideradas desviantes, pois ele é criado pela sociedade. Na perspectiva desse autor, "os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes". Portanto, um atributo ou um comportamento considerado desviante em um grupo social não o é necessariamente em outros grupos sociais de que o mesmo indivíduo faz parte.

As pessoas parecem entender que determinado atributo é por si só desviante porque não está de acordo com a norma ou há uma discrepância expressiva em relação à média do grupo; pode-se considerar também, determinado comportamento como sendo por si só desviante porque quebra alguma regra do grupo. Entretanto, quando esse grupo criou suas normas e regras, na realidade, criou junto a possibilidade de existirem respectivos desvios.

Considerando que a existência tanto de normas e regras de conduta quanto de mecanismos para assegurar o seu cumprimento é uma característica inerente à vida coletiva do homem, pode-se admitir a existência de desvios como sendo uma decorrência natural dessa vida coletiva. Parece mais adequado estudar os desvios como sendo partes integrantes da história natural da vida coletiva do homem, do que considerá-los exceções abomináveis que ocorrem nessa história.

Deve-se considerar, além disso, que o atributo ou o comportamento que não está de acordo com normas ou regras do grupo pode ser considerado desviante ou não dependendo de outras condições, destacando-se aí especialmente outras qualidades da pessoa cujo atributo ou comportamento está em julgamento, o status de quem faz o julgamento e as circunstâncias nas quais ocorre esse julgamento. Um mesmo comportamento pode, portanto, ser considerado desviante ou não dependendo de quem é o ator, quem é o juiz e qual é o contexto no qual ocorre esse julgamento.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Assim, uma dificuldade em lidar com os números pode ser interpretada como sinal de alguma coisa muito grave, talvez deficiência mental a requerer o encaminhamento a classe especial, se manifestada por uma criança de classe desprivilegiada e julgada pelo seu professor no contexto de uma escola pública de periferia onde existe classe especial para deficiente mental. A mesma dificuldade pode ser considerada algo totalmente irrelevante pelos pais dessa criança no contexto das atividades cotidianas de sobrevivência. O mesmo tipo de dificuldade manifestada por outra criança, no contexto de uma escola particular de classe média, pode ser interpretada como um sinal de algo grave, mas não tão ofensivo como a deficiência mental; talvez um distúrbio de atenção a ser tratado em alguma clínica psicopedagógica.

Em relação às condições tradicionalmente tratadas como deficiências, no contexto da Educação Especial, diversos autores têm desenvolvido pesquisas dentro desse raciocínio básico de que a deficiência não é simplesmente uma qualidade presente no organismo ou no comportamento da pessoa considerada deficiente, mas se define pela natureza da relação entre esta e quem a considera deficiente. Alguns autores têm enfatizado o papel dos outros na definição da deficiência. Assim, Bartel e Guskin (1980) apontaram que as importantes diferenças encontradas nas pessoas deficientes, comparativamente às não deficientes, eram antes reações dos outros que características dos próprios deficientes. Erikson (1962) e Hepburn (1975) enfatizaram que uma das variáveis críticas no estudo da deficiência era a audiência.

Evidentemente, não se pode negar a realidade das diferenças constitucionais ou comportamentais, suficientemente expressivas para tornar o seu portador visivelmente inadequado ou incompetente em relação às exigências do meio. As condições como aberrações cromossômicas, erros metabólicos, lesões do sistema nervoso central, malformações variadas, etc. acarretam,

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

frequentemente, tais diferenças. Entretanto, ainda que essas condições impliquem limitado e precário funcionamento do indivíduo em algumas áreas de atividades e capacidades, não se pode a elas atribuir pura e simplesmente toda a gama de inadequações e incompetências que o seu portador possa apresentar.

As inadequações e incompetências dependem de julgamentos feitos segundo algum critério. Portanto, as distorções e os erros presentes no processo perceptivo e de julgamento precisam ser considerados aí. Além disso, muitas inadequações e incompetências podem ser resultados de um processo de aprendizagem, isto é, decorrentes também, das pressões que o meio exerce sobre o indivíduo.

Também é necessário considerar que, muitas vezes, na Educação Especial, está se lidando com pessoas consideradas inadequadas ou incompetentes mas não necessariamente portadoras de condições constitucionais que possam explicar o seu precário funcionamento. Apesar disso, são percebidas e tratadas como deficientes. Há pessoas que já têm uma longa história de vida com esse tipo de tratamento, acumulando inadequações e incompetências. Esse fato, frequentemente, é interpretado tão somente como sendo expressão da própria deficiência, confirmando assim, cada vez mais, a condição de deficiente que lhes fora atribuída.

Os estudos realizados por Mercer (1973) mostraram uma desproporção inaceitável de crianças de origem negra, mexicana e branca em classes especiais para deficientes mentais, comparativamente à proporção de pessoas pertencentes a esses grupos étnicos na população geral da comunidade pesquisada. Essa desproporção ocorreu no sentido de super-representar as crianças de origem negra e mexicana e sub-representar as crianças brancas na população de alunos de classes especiais para deficientes mentais. Tudo isso pode ter ocorrido como decorrência de um viés etnocultural no procedimento educacional. Assim é que

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Mercer (1975) insistiu na necessidade de que a experiência sociocultural da criança fosse levada em conta na interpretação dos resultados de testes psicológicos e na tomada de decisões sobre os programas educacionais a ela destinados, no sentido de eliminar ou minimizar esse "racismo institucional".

As pesquisas dentro dessa perspectiva têm-se orientado para as reações das pessoas que fazem o julgamento, em função de determinadas qualidades das pessoas cujo comportamento ou atributo está sendo julgado. Além dos estudos de Mercer (1973) que demonstraram o efeito das condições etnoculturais das crianças, no sentido de enviesar o julgamento de seus comportamentos, outros demonstraram a existência de viés nesse tipo de julgamento devido às condições socioeconômicas das crianças (NEER; FOSTER; JONES; REYNOLDS, 1973; RUBIN; KRUS; BALOW, 1973). Esse tipo de viés de origem socioeconômica no julgamento da deficiência mental é tão comum que Hobbs (1974, p. 29) afirmou que o "status socioeconômico da criança introduz um viés sistemático". No estudo realizado por Schneider (1974), os professores fizeram referência frequentemente à aparência do aluno para justificar a razão de estar considerando-o deficiente.

Essas investigações todas indicam que determinadas qualidades da criança podem contribuir decisivamente para que os comportamentos dela sejam interpretados como sendo expressão ou não da deficiência. A aparência física da pessoa - incluindo aspectos relativos a roupas, físico, rosto, cabelo e mãos - parece desempenhar aí um papel crítico, no sentido de que informa muita coisa a respeito dessa pessoa. Steffensmeier e Terry (1973) demonstraram, em um estudo de campo realizado em lojas, que as pessoas que eram vistas roubando alguma mercadoria eram denunciadas mais frequentemente quando estavam vestidas como "hippie" do que quando estavam vestidas de modo considerado respeitável.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

No Brasil, Santos e colaboradores (1989) estudaram os efeitos de diferentes tipos de roupa e de adereços utilizados por modelos. Em um dos estudos (SANTOS et al., 1989), os autores demonstraram que a vestimenta dos modelos masculinos e femininos, apresentados através de fotografias, influenciou a avaliação de algumas qualidades, feita por sujeitos masculinos e femininos, através do diferencial semântico. O efeito maior foi verificado em relação à avaliação de modelos femininos do que de modelos masculinos, bem como em relação ao julgamento feito por sujeitos masculinos do que sujeitos femininos.

Rosa et al. (1989) não encontraram qualquer efeito do tipo de vestimenta, quando utilizaram outro procedimento. Nesse estudo, os autores foram estudar os efeitos da vestimenta em uma movimentada avenida, onde modelos vestindo diferentes tipos de roupa pediam a transeuntes informação sobre a localização de uma rua, e as reações dos sujeitos eram anotadas por um auxiliar de pesquisa. Nesses dois estudos, Otta e colaboradores (1989) encontraram resultados discrepantes. É necessário apontar aí duas importantes diferenças no procedimento: a apresentação dos estímulos e a natureza das respostas observadas.

Os efeitos da utilização de adereços (brinco, colar e maquiagem), por um modelo feminino, também foram estudados por Otta e colaboradores (OTTA et al., 1989). Os autores estudaram os efeitos do uso de adereços sobre a formação de impressão, utilizando fotografias de modelos femininos como estímulos e escala de sete pontos para a medida da impressão. Verificaram que os sujeitos masculinos foram mais fortemente influenciados que os sujeitos femininos. Aqueles avaliaram a modelo portando adereços como sendo mais jovem, mais inteligente, mais culta e mais rica que a mesma modelo sem adereços. Os sujeitos femininos avaliaram a modelo com adereços como sendo apenas mais jovem que a modelo sem adereços.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Durante a interação, as pessoas olham principalmente para os rostos umas das outras, de tal maneira que o rosto pode ser considerado o item mais importante a ser levado em conta no estudo das influências exercidas pela aparência física (ARGYLE, 1976). Muitas investigações envolvendo a face são realizadas hoje, destacando-se aí o estudo da expressão facial de emoções, da assimetria de expressão facial, do reconhecimento da face, da atratividade facial, do tamanho da pupila, da direção do olhar, etc. Segundo Brandt (1980), pode-se falar, sem exagero, em "ciência da face".

O interesse pela face é muito antigo. A fisiognomia, que pode ser definida como leitura do caráter e disposição de uma pessoa a partir da sua face ou da forma e do contorno do seu corpo, chegou a ser uma ciência respeitável, tendo Aristóteles, na Grécia antiga, Lavater, no século XVIII, e Merton, no século XX, como expoentes maiores (BRANDT, 1980).

Na realidade, a fisiognomia era uma pseudociência. Não poderia haver qualquer conexão entre as características estruturais da face, essencialmente inalteráveis, e o caráter da pessoa. De fato, as teorias de Aristóteles, de Lavater e de Merton jamais encontraram qualquer suporte científico (ALLPORT, 1969).

Os estudos realizados hoje sobre a face não buscam encontrar qualquer relação entre as características estruturais duradouras e algum aspecto da mente ou da personalidade. Em vez disso, os estudiosos estão interessados em investigar principalmente as características passageiras da face, que podem expressar estados subjetivos, como nas expressões faciais de emoções, no tamanho da pupila e na direção do olhar. Além disso, o interesse recai não sobre o que o rosto revela mas sobre o que as pessoas pensam que o rosto revela. A "ciência da face", como se referiu Brandt (1980), está crescendo em importância, com uma sólida fundamentação científica, de tal modo que pode sepultar a fisiognomia para sempre.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

De todas as características físicas do corpo, é o rosto que parece desempenhar papel mais crítico e decisivo para informar os interlocutores uns acerca dos outros. É, sem dúvida, a região mais expressiva do corpo. É, provavelmente, a região mais visível do corpo, em situações de interação. Habitualmente não é coberto, fica na altura dos olhos dos interlocutores e a fala, que parece constituir-se em um mediador fundamental da interação entre as pessoas, emana dessa região.

Nas mais variadas culturas, o rosto tem merecido atenção e cuidado especiais. A manipulação da aparência mediante modificações de partes do rosto, usando pintura, cosméticos ou adereços, é uma prática antiga e presente em qualquer cultura. Há todo um conjunto de regras, estéticas ou ritualísticas, para essa manipulação da aparência. As crianças aprendem cedo a administrar adequadamente a sua aparência. A manipulação adequada da aparência pode ter importantes consequências, conforme demonstram estudos realizados nessa área. A aplicação adequada do cosmético pode influenciar não só a percepção que os outros têm da pessoa, como também pode melhorar a imagem corporal dela própria (CASH et al., 1989).

A extensão da importância que se dá à boa aparência pode ser facilmente aquilatada, se olhar para o volume de investimento econômico representado por indústrias de cosméticos e de modas, alimentos dietéticos, cirurgias plásticas, academias de ginástica e musculação, numerosas publicações especializadas, etc.

Apesar de toda essa importância que se dá à aparência física e particularmente ao rosto, temos observado a existência de um descuido persistente com relação à aparência física de deficientes que pertencem a certas categorias. Na educação do deficiente visual, por exemplo, há alguma atenção especial para ensinar-lhe a manter aparência física adequada, mediante cuidados com o vestuário, o rosto, o cabelo, a postura, etc. Entretanto, já com

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

o deficiente mental, por exemplo, há descuido quase intencional com a questão da aparência física. Tenta-se ensinar-lhe uma série de habilidades de autocuidado, esquecendo-se porém, muitas vezes, de incluir aí cuidados com a aparência física. Enfatiza-se a habilidade para vestir diferentes peças de roupa, abotoar e desabotoar, amarrar e desamarrar sapatos, calçar meia, etc., mas não se dá a mesma importância para a habilidade de cuidar do aspecto estético da utilização de diferentes peças do vestuário.

Essa negligência com a aparência do deficiente mental pode até significar, segundo Vash (1988), um esforço intencional para se desencorajar o comportamento de acasalamento dele. Intencional ou não, esse descuido com a aparência do deficiente evidentemente traz uma série de consequências adversas para ele, no sentido de consolidar e eventualmente até exacerbar o estigma do deficiente, para as pessoas que associam a deficiência com o desleixo ou descuido com a aparência, ou até mesmo com a feiúra e deformidades.

Preocupado com essa situação, há alguns anos iniciamos estudos sobre a aparência física e a competência da pessoa. O nosso interesse recaiu, inicialmente, sobre a importância do rosto e particularmente sobre a atratividade física facial (OMOTE, 1988a, 1988b, 1989, 1990, 1991a e 1991b). Outras características ou propriedades da face humana, estudadas por numerosos investigadores, tais como a expressão facial de emoções (EKMAN; FRIESEN 1975; SILVA, 1987), tamanho da pupila (HESS, 1965; HESS; PETROVICH, 1978; OTTA, 1983) e direção do olhar (COOK, 1977; KENDON, 1967), não estão sendo consideradas nos nossos estudos.

A atratividade física facial (AFF) já demonstrou ser uma importante variável que influencia a percepção e relações interpessoais em uma ampla variedade de situações, tais como na formação de impressão a respeito da pessoa (DION; BERSCHEID;WALSTER, 1972; MILLER, 1970), na formação de casais (BERSCHEID et al.,

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

1971; FEINGOLD, 1988), na tomada de decisão por parte do júri no processo de julgamento de um réu (EFRAN, 1974; STEPHAN; TULLY, 1977), na relação entre o médico e o paciente (DIENSTFREY, 1981; HADJISTAVROPOULOS; ROSS; BAEYER, 1990), na promoção no emprego e em relação ao *status* ocupacional (CHUNG; LEUNG, 1987; HICKLING; NOEL; YUTZLER, 1979), na avaliação da popularidade (DION; BERSCHEID, 1974; KRANTZ; FREDBERG; ANDREWS, 1985), etc.

Duas dessas situações onde os efeitos da AFF têm sido estudados serão consideradas a seguir. Referem-se a efeitos da AFF na percepção e relação interpessoal em situação escolar e na atribuição de desvios ou comportamentos desviantes.

Atratividade física facial no contexto escolar

No primeiro dia de aula, quando o professor entra pela primeira vez em contato com as crianças que serão seus alunos durante o ano, inicia-se um processo no qual o professor forma impressão a respeito de cada um de seus alunos. Essa impressão inicial orienta a percepção que o professor tem do aluno e a interação que ele mantém com esse aluno. Em função dessa interação, aquela impressão inicial pode modificar-se ou permanecer inalterada; gradualmente se alcança uma situação na qual o professor tem uma imagem, conceito e avaliação razoavelmente consolidados acerca de cada um de seus alunos.

A impressão que o professor forma inicialmente a respeito de cada um de seus alunos depende em parte de algumas informações de que ele dispõe acerca de cada aluno, seja através do prontuário seja através do relato de alguém. Depende também da aparência de cada aluno, uma vez que essa aparência informa muita coisa acerca dele. Convencidos da importância que tem a aparência da criança sobre o julgamento que o professor faz a res-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

peito dela, Clifford e Walster (1973) realizaram um estudo para investigar a relação entre a AFF de alunos e o julgamento de professores acerca do potencial educacional e do potencial social desses alunos. Os professores receberam um relatório contendo informações sobre o desempenho escolar de um aluno, acompanhado da fotografia de uma criança. Foi solicitado a 404 professores que fizessem uma estimativa do potencial educacional (compreendendo o nível intelectual, a carreira escolar futura e o interesse dos pais pelo desempenho escolar) e o potencial social (provável sucesso com companheiros de classe) desse aluno. Os resultados demonstraram que crianças atraentes foram avaliadas como se possuíssem melhor potencial educacional e potencial social que crianças não atraentes.

Mesmo quando está envolvida importante decisão como encaminhamento a classe especial, o julgamento do professor pode sofrer influência do grau de atratividade física do aluno. Ross e Salvia (1975) entregaram a 76 professores de escolas elementares relatório de um estudo de caso acompanhado de fotografia de uma criança (menino ou menina, atraente ou não atraente). O estudo de caso, que era fictício, referia-se a menino ou menina, com desempenho escolar abaixo da média, QI de 78, alguma evidência de imaturidade e nenhum problema significativo de comportamento. Após examinar o relatório, os professores foram solicitados a opinar se a colocação em classe especial para deficiente mental educável seria adequada para essa criança. Os professores concordaram com a colocação em classe especial para deficiente mental educável significantemente mais para criança não atraente do que para criança atraente. Além disso, os professores apontaram também que a criança não atraente encontraria significantemente mais dificuldades na futura avaliação psicológica, nas relações com colegas e nas atividades acadêmicas, comparativamente à criança atraente.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Kenealy, Frude e Shaw (1988) estudaram a avaliação de 1006 crianças de 11 e 12 anos, feita por seus respectivos professores. Essa avaliação incluía, além da medida da AFF, o julgamento feito pelo professor sobre o quanto cada um de seus alunos era um líder, seguro, popular, academicamente brilhante e sociável. Os autores encontraram correlações positivas significantes entre a avaliação da AFF e a avaliação de cada uma dessas variáveis. Os alunos avaliados como atraentes foram também avaliados como sendo líderes, seguros, populares, academicamente brilhantes e sociáveis, mais do que alunos avaliados como pouco atraentes pelos respectivos professores.

A atratividade física parece influenciar o julgamento até mesmo de profissionais possivelmente mais bem treinados que os professores para a tarefa de tomar decisões e fazer previsões a partir da leitura de um laudo psicológico. No estudo conduzido por Elovitz e Salvia (1982), 324 psicólogos escolares, divididos em quatro grupos em função do sexo e grau de AFF da criança (atratividade alta ou atratividade baixa), receberam uma cópia do relatório contendo resultados de uma série de avaliações da criança, acompanhado de uma fotografia, e responderam a nove perguntas sobre a criança do laudo. Foram verificados efeitos significantes da AFF da criança sobre os julgamentos dos psicólogos escolares. A colocação em classe especial para deficiente mental foi recomendada mais frequentemente quando a criança da fotografia era de atratividade baixa e a colocação em classe especial para alunos portadores de distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem foi mais frequentemente recomendada quando a criança da fotografia era de atratividade alta. Isto sugere que condições não acentuadamente estigmatizantes como distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem parecem ser aceitáveis para crianças com AFF alta, mas a condição de deficiência mental, que é muito mais estigmatizante, parece menos aceitável para

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

essas crianças, atribuindo-a a crianças com AFF baixa. A investigação de Elovitz e Salvia (1982) mostrou, ainda, segundo a percepção dos psicólogos escolares que leram o laudo acompanhado de fotografia de crianças, que as crianças com alta atratividade poderiam ser integradas em classes regulares mais facilmente que as crianças com baixa atratividade, e que estas poderiam apresentar mais dificuldades na relação com colegas e poderiam ter pobre desempenho em uma futura avaliação psicológica.

Nas investigações de Clifford e Walster (1973), Ross e Salvia (1975), Elovitz e Salvia (1982) e Kenealy, Frude e Shaw (1988), os efeitos da atratividade física facial de crianças foram estudados em relação a julgamentos que professores e psicólogos escolares fizeram a respeito de diferentes aspectos dessas crianças. Em situação natural de interação entre o professor e seus alunos também se evidenciariam esses efeitos da AFF? Se a interação professor-aluno também sofre influência da AFF do aluno, levanta-se a possibilidade de a natureza dessa interação, favorável ou desfavorável em função da AFF do aluno, produzir resultados comportamentais diferenciados para alunos atraentes e alunos não atraentes.

Adams e Cohen (1974) estudaram a interação entre professor e alunos em classes de Jardim de Infância, 4a. série e 7a. série, para verificar possíveis efeitos de características dos alunos, incluindo aí a sua AFF, sobre a interação professor-aluno, durante as atividades normais de sala de aula. Os resultados mostraram que não houve efeito principal da AFF sobre a interação mas houve efeito significante da interação desta variável com a série escolar das classes.

Em um estudo semelhante, Algozzine (1976) observou a interação de 11 professores de escolas elementares com seus respectivos alunos, durante aula de artes. Completadas as observações, os professores responderam a um questionário, incluindo avaliação da AFF de seus alunos. A análise dos resultados revelou

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que as crianças avaliadas como atraentes foram as que receberam significantemente mais interações positivas de seus professores.

Os resultados encontrados por Adams e Cohen (1974) e Algozzine (1976) permitem admitir que não só em situação especialmente montada para os professores realizarem julgamentos específicos mas também em situações reais do cotidiano de interação na sala de aula ocorrem influências da AFF do aluno. Tal influência ocorre no sentido de crianças com atratividade alta serem favorecidas com interações positivas, comparativamente a crianças com atratividade baixa.

Se alunos atraentes podem ser alvos de interações positivas por parte dos professores, pode-se esperar que o seu desempenho escolar seja melhor que o de alunos não atraentes. Salvia, Algozzine e Sheare (1977) estudaram o desempenho escolar de 84 crianças, de ambos os sexos, pertencentes a 3a., 4a. e 5a. séries. De cada um dos seis grupos de sexo e série combinados (por exemplo, 3a. série/sexo masculino), foram escolhidas sete crianças mais atraentes e sete crianças menos atraentes. As notas de avaliações e os resultados do Iowa Test of Basic Skills dessas 84 crianças foram obtidos dos respectivos prontuários. A análise mostrou que houve efeito principal da AFF sobre as notas dos alunos, mostrando que crianças atraentes tinham notas melhores nos seus boletins que as crianças não atraentes. Com relação aos escores do Iowa Test of Basic Skills, a AFF isoladamente não teve nenhum efeito significante, mas houve efeito significante da interação entre AFF e série escolar, mostrando que somente na 4a. série as crianças atraentes obtiveram escore significantemente superior ao das crianças não atraentes.

Os resultados encontrados por Salvia, Algozzine e Sheare (1977) podem tanto sugerir que há viés sistemático na atribuição de notas por parte dos professores, privilegiando as crianças atraentes, quanto indicar que tais notas são mais sensíveis que Iowa

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Test of Basic Skills para acusar diferenças no desempenho entre alunos atraentes e alunos não atraentes. Surge aqui, portanto, uma questão de capital importância. As qualidades percebidas nas pessoas atraentes ou não atraentes são realidades comportamentais ou simplesmente estereótipos acerca de pessoas bonitas ou pessoas feias? Muitos dos estudiosos desta área têm tratado tais qualidades como sendo meramente estereótipos. Afinal, os alunos atraentes, no estudo de Salvia, Algozzine e Sheare (1977), tinham de fato melhores desempenhos escolares que os alunos não atraentes? Os dados desse estudo não nos permitem apontar uma resposta para tal questão.

Preocupados com questões dessa natureza, Langlois e Downs (1979) observaram o comportamento de díades formadas por 64 crianças de ambos os sexos, pertencentes a dois grupos de idade (3 e 5 anos). As díades foram formadas em função da AFF das crianças e as observações foram realizadas em situações de brinquedo. Os resultados evidenciaram a existência de algumas importantes diferenças comportamentais entre crianças atraentes e as não atraentes. As crianças não atraentes eram mais agressivas e ativas que as atraentes, e brincavam com brinquedos estereotipicamente masculinos mais que as atraentes. Os autores sugeriram que as diferenças apontadas entre as pessoas atraentes e as não atraentes seriam realidades comportamentais e não estariam somente nos "olhos de quem vê".

Evidência mais conclusiva da existência de diferenças reais entre pessoas atraentes e não atraentes foi encontrada por Goldman e Lewis (1977). Esses autores utilizaram 120 estudantes universitários de ambos os sexos. Cada sujeito manteve conversação por telefone com três parceiros do sexo oposto. Cada conversação telefônica durou 5 minutos. Após cada conversação, os sujeitos avaliaram o seu parceiro quanto a competência social e seu desejo de interagir com ele no futuro. Os autores encontraram

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

correlação positiva significante entre o grau de AFF dos parceiros com os quais os sujeitos interagiram e a competência social que a eles atribuíram. Para os sujeitos do sexo feminino, foi também encontrada correlação positiva significante entre a AFF dos parceiros e o desejo manifestado pelos sujeitos de manter interação com eles. Portanto, pode-se admitir que, quanto mais atraentes forem as pessoas, parecem mais capazes de levar os parceiros a fazerem uma avaliação favorável da competência social e desejarem manter interação. Tudo isto ocorreu sem que os sujeitos e seus parceiros pudessem olhar um para o outro e, portanto, não tinham acesso a AFF um do outro.

Tanto Langlois e Downs (1979) quanto Goldman e Lewis (1977) discutiram a existência de diferenças comportamentais reais entre pessoas atraentes e não atraentes em termos da possibilidade de terem operado o mecanismo da profecia auto-realizadora. As pessoas podem esperar maior competência da parte de crianças atraentes, as quais podem cedo encontrar um ambiente estimulador mais adequado, como também podem aprender elas próprias os estereótipos associados à atratividade física, desenvolvendo, em decorrência disso, comportamentos considerados adequados e competentes. Na realidade, podem estar operando tanto o mecanismo da profecia auto-realizadora quanto o estereótipo cultural baseado na atratividade física. Pessoas atraentes podem ter história de vida com estimulação e oportunidades mais adequadas para o desenvolvimento da competência social e, ao mesmo tempo, serem percebidas como mais competente que pessoas não atraentes.

As crianças atraentes podem ser julgadas por seus professores ou até mesmo por psicólogos escolares como sendo academicamente mais competentes que crianças não atraentes. Podem também ser alvos de interações mais favoráveis por parte de seus professores. Talvez como consequência disso, pelo menos em

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

parte, as crianças atraentes parecem ser, de fato, mais competentes e adequadas que crianças não atraentes. Seguindo essa linha de raciocínio, na Educação Especial, poderia esperar que crianças atraentes não seriam simplesmente clientes potenciais dos serviços especializados. Entretanto, a relação entre a atratividade física e a competência parece ser um fenômeno um pouco mais complexo. Há algumas indicações que sugerem que o viés introduzido pela atratividade física não se limita simplesmente a caracterizar a pessoa atraente como mais competente que a não atraente.

De um modo aparentemente contraditório à primeira vista, as crianças atraentes podem ser encaminhadas mais frequentemente para serviços especializados que as crianças não atraentes. É o que mostra o estudo realizado por Barocas e Black (1974). Esses autores estudaram 100 crianças que frequentavam a 3a. série e eram alunos de quatro diferentes professoras. Foi feita a avaliação da AFF e foram consultados os respectivos prontuários para verificar a existência de encaminhamentos a algum tipo de serviço complementar. Foram encontrados 21 encaminhamentos motivados por diferentes problemas, sendo 14 de fala, cinco de leitura, um psicológico e um de aprendizagem. A análise mostrou que crianças atraentes haviam sido mais frequentemente encaminhadas a tais serviços que crianças não atraentes. Pelo menos em parte, o resultado parece poder ser explicado pela natureza dos serviços especiais para os quais foram feitos os encaminhamentos. Esses serviços parecem poder ser interpretados como educacionalmente úteis para os alunos, ajudando-os a superarem alguma dificuldade na escola, e parecem pouco estigmatizantes; parece pouco provável que alunos a eles encaminhados sejam levados ao descrédito social.

No estudo realizado por Elovitz e Salvia (1982), os psicólogos escolares haviam recomendado a colocação em classes especiais para deficientes mentais mais frequentemente para alunos não

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

atraentes e a colocação em classes especiais para portadores de distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem mais frequentemente para alunos atraentes. Além disso, os psicólogos previram que alunos atraentes seriam integrados em classes regulares mais facilmente que alunos não atraentes. Assim, alunos atraentes podem ter sido mais frequentemente encaminhados a serviços complementares, no estudo de Barocas e Black (1974), porque esses serviços eram pouco estigmatizantes e porque os professores esperavam um melhor aproveitamento justamente de alunos atraentes.

Um estudo realizado no contexto clínico de aconselhamento fornece resultado interessante a esse propósito. Barocas e Vance (1974) estudaram a previsão de resultados de aconselhamento, feita por conselheiros de um serviço de aconselhamento destinado a estudantes universitários. Os resultados encontrados mostraram uma correlação positiva significante entre a atratividade física dos clientes e o resultado prognóstico do atendimento. Quanto mais atraente era o cliente mais favorável era o resultado do atendimento previsto pelo conselheiro.

Esses estudos todos permitem concluir que a AFF do aluno pode desempenhar importante papel no julgamento que o professor faz da competência intelectual, acadêmica e social dele, bem como na natureza da interação que o professor mantém com esse aluno na sala de aula. O aluno atraente pode, em princípio, ser visto como mais competente e ser alvo de interações mais positivas do professor. Entretanto, uma vez detectadas dificuldades dos alunos ou percebidos estes como portadores de tais dificuldades, o encaminhamento a serviços especiais pode privilegiar alunos atraentes, especialmente quando tais serviços não têm caráter altamente segregador e estigmatizante. Parece existir, portanto, expectativa favorável de recuperação ou superação das dificuldades, através de atendimentos especializados, asso-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

ciada à AFF alta. Essas tendências todas provavelmente precisam ser interpretadas como fazendo parte integrante do mecanismo global de funcionamento da instituição escolar e não meramente como fenômenos psicossociais que ocorrem na relação entre o professor e o aluno no processo ensino-aprendizagem que se dá no interior da sala de aula.

Atratividade física facial e atribuição de desvios ou comportamentos desviantes

A associação que se faz entre a atratividade física facial e a competência ocorre também em relação a categorias bem definidas e nem sempre suficientemente bem conhecidas de condições tratadas como desvios. Hansson e Duffield (1976) demonstraram que homens e mulheres não atraentes foram apontados como portadores de epilepsia significantemente mais vezes que os atraentes.

Jones, Hansson e Phillips (1978) demonstraram que pessoas não atraentes foram mais frequentemente percebidas como portadoras de distúrbios psicológicos que as pessoas atraentes. Isto aconteceu mesmo da parte dos sujeitos que tinham conhecimento de Psicologia do Anormal. Analisando as razões anotadas pelos sujeitos para a indicação de determinadas fotografias como sendo de pessoas com distúrbios psicológicos, os autores verificaram que cerca de 15% dos sujeitos fizeram referência a algum aspecto da aparência física, mas ninguém se referiu especificamente a atratividade física.

Esses autores fizeram um estudo complementar onde os sujeitos foram avisados de que a atratividade física não tinha nada a ver com distúrbios psicológicos e de que, portanto, concentrassem atenção em outros indicadores. Ainda assim, foi ve-

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

rificada uma associação significativa entre o grau de atratividade física e o grau de distúrbio psicológico atribuído. Nestas condições de advertência em relação a atratividade física, essa associação significante foi observada apenas para sujeitos masculinos, ao passo que no estudo inicial, quando não foram os sujeitos advertidos a esse respeito, tanto os sujeitos masculinos quanto os femininos atribuíram distúrbios psicológicos significantemente em função do grau de AFF.

A investigação de Jones, Hansson e Phillips (1978) trouxe importante contribuição no sentido de mostrar a força que tem a atratividade física para influenciar a percepção de outras características da pessoa. O fato de os sujeitos terem ou não conhecimento da Psicologia do Anormal como também o fato de serem alertados ou não acerca da independência entre a atratividade e os distúrbios psicológicos não quebraram a associação entre essas características na percepção desses sujeitos. O estudo de Elovitz e Salvia (1982), já referido anteriormente, veio acrescentar mais evidências nesse sentido ao demonstrar que até mesmo os psicólogos escolares tendiam a avaliar mais desfavoravelmente as crianças de baixa atratividade, comparativamente às de alta atratividade.

Dentre os diferentes comportamentos considerados desviantes, uma condição que mereceu alguma atenção dos estudiosos foi a de adesão a movimento de liberação feminina, talvez porque esse movimento mobilizou fortes sentimentos, tanto positivos quanto negativos. Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975) realizaram estudos para verificar que relação poderia existir entre a adesão ao movimento feminista e a atratividade física. Inicialmente, os autores demonstraram que a AFF de mulheres favoráveis ao movimento feminista não era diferente da AFF de mulheres contrárias ao movimento feminista. No segundo estudo, os autores instruíram seus sujeitos de ambos os sexos a identificarem, dentre as 30 fotografias utilizadas no primeiro estudo, 15

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

mulheres favoráveis ao movimento feminista e 15 contrárias ao movimento. Foram identificadas como sendo favoráveis ao movimento feminista significantemente mais mulheres com AFF baixa, tanto por parte de sujeitos masculinos quanto por parte de sujeitos femininos. Além disso, os resultados evidenciaram que não havia qualquer associação entre a atitude dos sujeitos em relação ao movimento feminista e a AFF das mulheres que eles apontaram como sendo favoráveis ou contrárias ao movimento feminista. Portanto, o estudo de Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975) sugere a conclusão de que a associação entre a AFF e adesão ou não ao movimento feminista está na percepção das pessoas. Sugere também que tal associação percebida não é função da atitude da pessoa em relação ao movimento feminista, mas pode ser resultado de algum preconceito mais amplo em relação à condição de mulher.

Apesar de atribuírem a condição de "feminista" mais frequentemente a mulheres de AFF baixa que as de AFF alta, os sujeitos precisam confrontar-se, no cotidiano, com situações onde mulheres de AFF alta defendem o movimento de liberação feminina. Como, então, esses sujeitos resolvem essa discrepância em relação a seus estereótipos e crenças acerca de mulher feminista? Jacobson e Koch (1978) procuraram responder a essa questão.

No seu estudo, esses autores apresentaram 20 fotografias de mulheres, sendo 10 atraentes e 10 não atraentes, para que os sujeitos apontassem, em uma lista de oito itens, sendo quatro positivos e quatro negativos, a razão principal por que cada uma dessas 20 mulheres era feminista. Os resultados mostraram que, para mulheres com AFF alta, os sujeitos, tanto masculinos quanto femininos, indicaram mais frequentemente razões positivas para a sua adesão ao movimento feminista, comparativamente às mulheres com AFF baixa.

Segundo os resultados do estudo de Jacobson e Koch (1978), quando mulheres atraentes estavam engajadas em uma

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

condição considerada desviante, o feminismo, as pessoas justificavam essa adesão em termos de razões positivas, ao passo que, para explicar a adesão por parte de mulheres não atraentes, eram utilizados argumentos negativos. Os autores apontaram que mulheres não atraentes poderiam ser vistas como se necessitassem do feminismo por não conseguirem desempenhar plenamente o papel convencional de mulher. Por outro lado, a adesão ao movimento por parte de mulheres atraentes poderia ser vista não como uma *necessidade* mas como uma *vontade*. Essas mulheres estariam apoiando o movimento feminista por desejarem promover os valores humanos, a igualdade, o respeito mútuo, etc.

A associação entre baixa atratividade e adesão ao movimento feminista, segundo a percepção dos sujeitos, não foi encontrada no estudo realizado por Unger, Hilderbrand e Madar, em 1982. Usando basicamente o mesmo procedimento de Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975), o estudo de Unger, Hilderbrand e Madar (1982) não evidenciou qualquer diferença significante entre o grau de AFF de mulheres apontadas como feministas e o de mulheres apontadas como não feministas. Esses autores utilizaram também, em um segundo estudo, fotografias de homens e não encontraram qualquer associação percebida entre a AFF e adesão ao movimento feminista. Aparentemente, para os sujeitos utilizados nesse estudo, a condição de "feminista" não se caracterizava como uma condição desviante. Talvez nesse curto espaço de tempo, entre 1975 e 1982, o movimento de liberação feminina tivesse deixado de ser visto com preconceito e, consequentemente, a condição de "feminista" não tivesse mais o mesmo sentido de desvio, pelo menos para a população de jovens universitários.

O estudo de Unger, Hilderbrand e Madar (1982) não confirmou os achados de Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975), de que as pessoas com baixa atratividade física tivessem probabilidade maior de serem identificadas como feministas, comparati-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

vamente a pessoas de alta atratividade física. Entretanto, trouxe importantes revelações em relação a outras condições desviantes. Tanto os sujeitos masculinos quanto os femininos indicaram mulheres de baixa AFF como sendo politicamente radicais, mais frequentemente que as de alta AFF. O mesmo resultado foi encontrado quando foram utilizadas fotografias de homens. Com relação à condição de homossexual, os sujeitos de ambos os sexos indicaram mulheres de baixa AFF mais frequentemente que as de alta AFF. Entretanto, quando foram utilizadas fotografias de homens, somente sujeitos femininos indicaram os homens de baixa AFF como sendo homossexuais, mais frequentemente que os de alta AFF. Para os sujeitos masculinos, não houve essa diferenciação entre homossexuais e heterossexuais com base na AFF. Por fim, os sujeitos de ambos os sexos apontaram homens de baixa AFF como sendo pessoas que aspiravam a ocupações tipicamente femininas, mais frequentemente que os de alta AFF. Entretanto, quando foram apresentadas fotografias de mulheres, não foi verificada nenhuma relação significante entre a AFF dessas mulheres e a natureza da ocupação.

Todos esses estudos nos permitem extrair uma importante conclusão. Mesmo com uma série de variações metodológicas, esses estudos consistentemente demonstraram que à baixa atratividade física facial está associada avaliação negativa da pessoa. Pessoas não atraentes, comparativamente às atraentes, têm probabilidade maior de serem vistas como sendo desajustadas psicologicamente (JONES; HANSSON; PHYLLIPS, 1978), portadoras de epilepsia (HANSSON; DUFFIELD, 1976), homossexuais ou politicamente radicais (UNGER; HILDERBRAND; MADAR, 1982) e feministas (GOLDBERG; GOTTESDIENER; ABRAMSON, 1975). Se as pessoas de alta atratividade física forem apontadas como desviantes, podem ser indicadas razões para o seu comportamento desviante, que enaltecem as suas qualidades positivas,

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

em vez das que podem evidenciar as qualidades negativas (JACOBSON; KOCH, 1978). Se as pessoas de alta atratividade forem identificadas como desviantes e encaminhadas a serviços especializados, o prognóstico para elas pode ser mais favorável que para as de atratividade baixa nas mesmas condições de tratamento (BAROCAS; VANCE, 1974).

Administração da aparência e competência

Os resultados das pesquisas sobre os efeitos da atratividade física facial, no contexto de escolarização e desempenho escolar de crianças e no de atribuição de desvios, mostram, no conjunto, que a aparência física tem importante papel na avaliação que as pessoas fazem da competência e da normalidade de alguém. Considerando que a impressão inicialmente formada a respeito de alguém orienta a percepção e as ações em relação a ele, pode ser extremamente importante incluir como parte dos objetivos de educação de pessoas deficientes o cuidado com a aparência.

De certa forma isto já é feito com alguns deficientes, como os deficientes visuais. Por outro lado, com relação a outros deficientes, como os deficientes mentais, observa-se uma negligência quase propositada com relação a essa questão. Com o deficiente mental, enfatiza-se a importância de ensinar habilidades motoras de vestir, abotoar, dar nó, escovar os dentes, etc., mas pouca importância costuma ser dada à habilidade de escolher roupa adequada para cada ocasião, combinar adequadamente as peças do vestuário, manter expressão facial e postura adequadas, etc., isto é, não se ensina o deficiente a administrar adequadamente a sua aparência física.

Entendendo que o vestuário pode constituir-se também em barreira para a integração social do deficiente, se a sua utilização

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

descuidada torna evidente a aparência grotesca ou de desleixo, ou se as peças não adaptadas forem desconfortáveis, alguma atenção tem sido dada a essa questão por alguns pesquisadores (FEATHER; MARTIN; MILLER, 1979; KAISER; FREEMAN; WINGATE, 1985). A questão da necessidade de adequação do vestuário, tanto no sentido de melhorar a aparência quanto no de prover conforto ao usuário, é acentuadamente mais crítica em relação a deficientes físicos que apresentam alterações expressivas no seu físico em decorrência de deformidades ou amputações. Essas deformidades, quase sempre bastante visíveis e normalmente interpretadas como sendo feias, podem constituir-se em barreiras para as relações interpessoais, sobretudo nos contatos iniciais. Entretanto, esse efeito pode ser reduzido, se o deficiente se vestir de modo elegante e atraente, que acentue os aspectos normais da pessoa.

Mediante administração dos aspectos da sua aparência, através do vestuário, o deficiente participa ativamente do processo de rotulação dele (KAISER; FREEMAN; WINGATE, 1985). Na realidade, essa participação que o deficiente tem no processo de sua própria rotulação já de longa data vem sendo apontada por alguns estudiosos (DAVIS, 1961; LEVITIN, 1975), porém com referência à manipulação da interação pelo deficiente, que se comporta de um modo a acentuar a sua normalidade, inclusive mediante administração das informações acerca da sua condição especial. O estudo de Kaiser, Freeman e Wingate (1985) traz uma contribuição no sentido de apontar a necessidade de olhar para o vestuário. O vestuário preferido dos sujeitos deficientes parece ser aquele de estilo tal que apresenta a pessoa como a mais normal possível.

Ensinar o deficiente a administrar a sua aparência física, no sentido de obter maior oportunidade de contatos e experiências sociais, através dos cuidados com o vestuário, é certamente uma tarefa que não deve requerer nenhuma intervenção realmente especial. Tal habilidade é ensinada normalmente a qualquer

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

criança de modo completamente informal. Apenas em relação a deficientes físicos, que apresentam alterações expressivas no corpo ou utilizam recursos especiais, parece necessária uma intervenção especial.

Intervenções muito mais dramáticas têm sido feitas para administrar a aparência física de tal modo a propiciar experiência social necessária à pessoa e melhorar o seu autoconceito. Cirurgias corretivas de deformidades crânio-faciais, feitas com tal propósito, têm sugerido bons resultados em termos de melhoria no funcionamento social geral da pessoa portadora dessas deformidades (PHILLIPS; WHITAKER, 1979). Essas cirurgias são feitas não só nos casos de deformidades adquiridas em decorrência de algum traumatismo, como acidentes e queimaduras, mas também em relação a deformidades congênitas. No grupo de pacientes estudados por Phillips e Whitaker, havia 17 casos de disostose crânio-facial, 15 casos de hipertelorismo e 10 portadores de síndrome de Treacher Collins.

A síndrome de Down é uma condição de ocorrência bastante frequente e o seu portador apresenta todo um conjunto de características físicas imediatamente visíveis que podem levar as pessoas a identificarem-no facilmente como deficiente. Os portadores da síndrome de Down têm sido comumente vistos através de estereótipos e, por causa da aparência evidente de anomalia, facilmente podem ser subestimadas as suas competências em diversas áreas. Isso ocorre de modo gritante, por exemplo, na área escolar: o portador da síndrome de Down é visto como "treinável" e consequentemente como não educável, o que lhe impede muitas vezes de ter acesso à escolarização, independentemente das suas capacidades intelectuais e sociais para frequentar escola. Essa percepção e expectativa associada podem estar firmemente presentes nas relações dos outros com cada criança portadora da síndrome de Down, justamente porque a presença dessa con-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

dição, com evidente aparência física de anomalia, é imediata e irrecusavelmente visível.

Em diversos programas de intervenção global destinados aos portadores da síndrome de Down, está hoje incluída a possibilidade de realizar cirurgia facial, com a finalidade não só de corrigir algum pequeno defeito para melhorar a funcionalidade, como também a de eliminar ou reduzir algumas características faciais que evidenciam a presença da anomalia para melhorar a aparência. Analisando as experiências nessa área, Mearig (1985) admitiu que a minimização das características faciais que evidenciam a síndrome de Down pode contribuir para melhorar a integração social e o autoconceito do deficiente, bem como aumentar as expectativas que os outros têm da realização dele. Alertou a autora, no entanto, que os programas de aprendizagem são sempre mais importantes, de modo que não se deve esperar melhora expressiva apenas com tais cirurgias corretivas.

Muitos deficientes, portadores de síndromes genéticas, apresentam acentuadas alterações também na arcada dentária, o que, além de sujeitá-los à possibilidade de adquirirem diferentes problemas de saúde, pode alterar visivelmente a sua atratividade facial. Autores como Micheli, Aun e Youssef (1987) apontaram que o dentista precisaria ter consciência da importância da dentição adequada para a estética do sorriso e a importância desta para o bem estar físico e mental da pessoa. Entendendo que um rosto adquiria equilíbrio e harmonia através de uma oclusão normal, apontaram que uma das funções da ortodontia seria a de melhorar a aparência pessoal.

Apesar disso, raramente algum deficiente utiliza algum aparelho ortodôntico para a correção das irregularidades. Esses mesmos deficientes, que não se beneficiam dos recursos da ortodontia, podem muitas vezes estar utilizando, por exemplo, os óculos para a correção de outra irregularidade, a visual. À parte da importância

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que cada tipo de correção possa ter para a promoção da saúde, da educação e do bem estar, pode-se sugerir que as pessoas podem interpretar os recursos ortodônticos como tendo um fim mais estético que o de correção funcional, interpretação essa que pode não ocorrer facilmente em relação aos recursos de correção ótica.

Uma criança que possui aparência de normalidade tem seguramente uma boa garantia de poder iniciar a construção de um ambiente normal que pode favorecer o desenvolvimento normal. Se ela possuir aparência de competente, incluindo aí alta AFF entre outras qualidades, o ambiente que ela constrói pode favorecer o desenvolvimento de muitas competências. Se, por outro lado, possuir a aparência de incompetente, incluindo aí baixa AFF entre outras qualidades, o seu ambiente pode favorecer o desenvolvimento de muitas incompetências. Evidentemente, a aparência física da criança é apenas um dentre inúmeros determinantes da reação do seu meio. Além disso, todo o seu desenvolvimento também é multideterminado. Entretanto, existe, na percepção das pessoas, forte associação entre boa aparência e competência. Nessa medida, essa associação pode tornar-se realidade através de mecanismos psicossociais como o da profecia auto-realizadora.

As investigações realizadas nessa área produziram conhecimentos que, no mínimo, alertam para a necessidade de dar atenção a duas questões. Uma delas diz respeito à necessidade de aberta e deliberadamente tratar da questão da aparência física das pessoas em todas as situações de intervenção e de pesquisa, seja na área da educação seja na da saúde, onde, talvez em função de determinadas características da clientela, estereótipos e primeiras impressões podem orientar fortemente o curso da ação em relação às pessoas. A negligência histórica, na Psicologia, com a aparência física como um importante determinante da natureza das relações interpessoais, e portanto indiretamente da competência ou incompetência, precisa ser abandonada.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Outra questão diz respeito à necessidade de incluir estudo sobre problemas dessa natureza na formação de profissionais que irão atuar nessas situações onde estereótipos e primeiras impressões podem prevalecer. Isso é necessário para que o profissional aprenda a interpretar corretamente a sua própria percepção e reações, que podem estar baseadas na aparência física dos usuários de seus serviços.

O nosso desconforto em incluir a discussão sobre a beleza nos nossos discursos científicos deve ceder lugar à realidade social da beleza como talento, para que mesmo alunos ou pacientes cuja aparência não promete muito possam aprender ou recuperar-se de uma doença, conforme suas outras condições diretamente relacionadas à aprendizagem ou à recuperação permitirem e em função de procedimentos educacionais ou terapêuticos rigorosamente prescritos e administrados.

Com o propósito de contribuir para a elucidação, também no nosso meio, da natureza do fenômeno discutido aqui, foi realizada uma série de quatro estudos, os quais são apresentados e discutidos neste relato.

Inicialmente, entendemos que é necessário esclarecer algumas questões quanto à própria percepção da atratividade física facial. Assim é que, nos dois primeiros estudos, foi investigada a fidedignidade na percepção da AFF. O primeiro estudo tratou da fidedignidade intrassujeito e a fidedignidade intragrupo para verificar a estabilidade temporal da percepção da AFF. O segundo estudo tratou da fidedignidade intergrupo para verificar a generalidade do fenômeno em questão.

Compreendida a natureza estável e genérica da percepção da AFF, foram realizados dois outros estudos para investigar os efeitos da AFF. Em um desses estudos foi investigada a questão dos efeitos da AFF sobre a percepção da deficiência e no outro estudo, os efeitos da AFF sobre previsão de resultado de atendimento especializado.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CAPÍTULO 1

AVALIAÇÃO DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL

A grande maioria dos estudos da atratividade física facial tem investigado os efeitos desta sobre uma ampla diversidade de variáveis. Em todos esses estudos, uma questão que sempre se coloca mas nem sempre claramente explicitada e discutida é a da avaliação da atratividade física facial. Pretendemos, neste Capítulo, inicialmente, examinar e discutir um pouco as diferentes maneiras pelas quais os investigadores têm manipulado a AFF como variável sob estudo e realizado a sua avaliação; em seguida, apresentar o procedimento utilizado por nós para a avaliação da AFF.

Os relatos de diversas pesquisas realizadas na área apontam a necessidade de examinar quatro conjuntos de questões para se analisar o problema da avaliação da AFF: a maneira de apresentação das faces como estímulos, as características desses estímulos, as características dos juízes que realizam a avaliação e o procedimento de avaliação. Cada um desses conjuntos de questões será examinado brevemente a seguir.

Apresentação dos Estímulos

A grande maioria das investigações sobre a atratividade física facial tem utilizado fotografias de faces de pessoas, vistas de frente. Alguns autores informaram algumas características dessas fotografias, como o seu tamanho (CAVIOR; DOCKEKI, 1973); informaram também se as fotografias eram em preto-e-branco (BENSON; KARABENICK; LERNER, 1976; DION; BERS-

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CHEID, 1974) ou coloridas (LEVENTHAL; KRATE, 1977). A grande maioria, entretanto, não forneceu nenhuma caracterização das fotografias utilizadas.

A avaliação da AFF é em geral feita individualmente utilizando fotografias como estímulos. Entretanto, essa avaliação pode ser feita coletivamente por certo número de juízes. Nesse caso, Reis e Colaboradores (1980 e 1982), por exemplo, utilizaram *slides* que eram projetados durante algum tempo para que os juízes pudessem examinar a face mostrada e proceder à avaliação da sua atratividade.

Outra maneira de apresentação das faces, utilizada por alguns autores, é através de vídeo-teipe (BAROCAS; KAROLY, 1972; CAMPBELL; KLEIM; OLSON, 1986; LARRANCE; ZUCKERMAN, 198l). Nesta modalidade de apresentação, há a vantagem de se utilizar como estímulos faces não estáticas. Larrance e Zuckerman (l98l), por exemplo, utilizaram vídeo-teipe para apresentar expressões faciais espontâneas de pessoas assistindo a quatro cenas diferentes e expressões faciais encenadas das mesmas pessoas mostrando o que sentiram quando assistiram a cada cena. A apresentação de faces em movimento, através do vídeo-teipe, pode ser uma condição necessária em estudos da AFF onde as expressões faciais são manipuladas.

Uma situação de avaliação da AFF mais próxima do que ocorre nas relações interpessoais da vida real é aquela na qual os juízes fazem a avaliação da AFF de pessoas-alvo que estão diante deles ou daquelas com as quais estão interagindo na própria situação experimental. A avaliação da AFF de pessoas presentes na situação tem sido realizada em investigações onde a AFF é estudada de um modo um tanto especial. No estudo de Jackson e Huston (1975), os próprios experimentadores fizeram a avaliação da atratividade dos participantes da sua pesquisa. Barocas e Vance (1974) estudaram a relação entre a AFF de clientes de um

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

serviço de aconselhamento e a previsão de resultados feita pelos conselheiros. Assim, esses autores estudaram a avaliação da AFF de clientes, feita pelos conselheiros e recepcionistas do serviço. Cash e Soloway (1975) utilizaram a avaliação da AFF feita pelos seus sujeitos em situação de relações diádicas.

Por fim, a manipulação experimental da AFF pode também ser feita utilizando confederadas, convenientemente maquiadas para controlar o grau de AFF, como nos estudos de Mills e Aronson (1965) e de Sigall e Landy (1973). Nesse caso, os autores utilizaram como estímulos somente pessoas-alvo do sexo feminino.

Características dos estímulos

As pessoas cujas faces são apresentadas como estímulos nos estudos sobre a atratividade física facial são em geral crianças em idade escolar ou universitários. Em quase totalidade dos estudos essa informação sobre a idade das pessoas-estímulo é fornecida.

Outra informação que é comumente fornecida é quanto ao sexo das pessoas-estímulo. Em alguns estudos foram utilizadas apenas as faces de mulheres (BAROCAS; KAROLY, 1972; JACKSON; HUSTON, 1975; MILLS; ARONSON, 1965), mas na grande maioria dos estudos são empregadas as faces de pessoas-estímulo tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino.

Uma característica importante, poucas vezes informada nos relatos, é a origem étnica das pessoas-estímulo. Alguns autores especificaram que os estímulos eram constituídos de faces de pessoas brancas e negras (BENSON; KARABENICK; LERNER, 1976; CROSS; CROSS, 1971; LEVENTHAL; KRATE, 1977), e outros especificaram que eram apenas de pessoas brancas (CASH; SOLOWAY, 1975). A grande maioria dos estudos relatados não menciona essa informação, porém parece ter utilizado como estímulos somente faces de pessoas brancas.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Características dos juízes

Outro conjunto de informações relevantes refere-se a características dos juízes que realizam a avaliação da AFF. Os estudos relatados fornecem, em geral, informação quanto à idade e sexo dos juízes.

Na maioria dos estudos, os juízes eram crianças ou universitários. As crianças utilizadas como juízes eram, em geral, as de idade escolar, mas, em alguns casos, crianças muito novas foram utilizadas, porque os pesquisadores estavam interessados em estabelecer o surgimento dos critérios consistentes de avaliação da atratividade. Estudando os aspectos evolutivos da avaliação da AFF, Cavior e Lombardi (1973) utilizaram como juízes crianças na faixa etária de 5 a 8 anos, e Dion (1973) utilizou como juízes crianças na faixa etária de 3 anos e 2 meses a 6 anos e 6 meses.

A grande maioria dos estudos relatados utilizou juízes de ambos os sexos. O estudo de Barocas e Karoly (1972) é uma das poucas exceções, onde foram utilizados somente juízes do sexo masculino para avaliar a AFF de pessoas-estímulo do sexo feminino.

Semelhantemente ao que ocorre com a caracterização das pessoas-estímulo, há poucos estudos que informam sobre a origem étnica dos juízes. Cross e Cross (1971) e Leventhal e Krate (1977) informaram que utilizaram juízes brancos e negros, e Cash e Soloway (1975) informaram que utilizaram somente juízes brancos. A quase totalidade dos estudos não fornece essa informação, mas parecem ter sido utilizados somente juízes brancos.

Outra informação importante acerca dos juízes diz respeito à sua relação com as pessoas-estímulo. Na grande maioria dos estudos, os juízes fizeram a avaliação da AFF de pessoas-estímulo desconhecidas e sem conhecer o propósito da avaliação. Em alguns casos, entretanto, até pela natureza do estudo, os juízes conheciam as pessoas-estímulo, como no caso da investigação realizada por Barocas e Vance (1974), onde conselheiros e recep-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

cionistas atuaram como juízes para avaliar a AFF de clientes de um serviço de aconselhamento. Em outros casos, a utilização de juízes que conhecem as pessoas-estímulo é uma necessidade que decorre dos objetivos da pesquisa, quando se pretende estudar a avaliação ou os efeitos da AFF de pessoas que se conhecem mutuamente (CAVIOR; DOCKEKI, 1973; DION; BERSCHEID, 1974).

Procedimento de avaliação da AFF

A avaliação da atratividade física facial é, em geral, parte preparatória do material a ser utilizado na pesquisa. Na grande maioria das investigações, foram estudados os efeitos da AFF sobre percepção e relações interpessoais. Assim, na avaliação da AFF têm sido utilizados juízes que, sem tomarem conhecimento dos propósitos do estudo, apenas realizam a avaliação da atratividade, segundo algum procedimento estabelecido pelo pesquisador. Algumas poucas exceções referem-se a pesquisas onde havia interesse em estudar a avaliação da AFF como o próprio objeto de investigação. Nesses casos, os sujeitos da pesquisa é que realizam a avaliação da AFF de alguém apresentado como estímulo e esta é registrada como medida da variável dependente (BAROCAS; KAROLY, 1972; MILLS; ARONSON, 1965; SIGAL; LANDY, 1973). Nesse enfoque, tem sido utilizada também a auto-avaliação da AFF (CASH; SOLOWAY, 1975; CAVIOR; DOCKEKI, 1973; KRANTZ; FRIEDBERG; ANDREWS, 1985).

Quem quer que seja utilizado como juízes, a conduta mais frequentemente adotada é a avaliação quantitativa. O instrumento mais comumente empregado é a escala bipolar com as qualificações "atraente" e "não atraente" nas extremidades. Têm sido empregadas escalas bipolares de cinco pontos (KRANTZ; FRIEDBERG; ANDREWS, 1985; UNGER; HILDERBRAND; MADAR, 1982), sete pontos (BENSON; KARABENICK; LERNER,

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

1976; LEVENTHAL; KRATE, 1977), nove pontos (LARRANCE; ZUCKERMAN, 1981; SIGALL; LANDY, 1973) 10 pontos (HANSSON; DUFFIELD, 1976; JONES; HANSSON; PHILLIPS, 1978) e 15 pontos (REIS et al., 1980, 1982). Quando é utilizada alguma escala bipolar, em geral, as respostas são transformadas em notas e calculada a nota média de atratividade para cada estímulo.

Outro procedimento, empregado por alguns autores, consiste em classificar as fotografias em duas ou três categorias de atratividade. Cavior e Dockeki (1973) instruíram seus juízes a classificarem as fotografias em três categorias de atratividade: bonito, médio e feio. No estudo de Barocas e Black (l974), os juízes classificaram as fotografias em duas categorias: atraente e não atraente. Jackson e Huston (1975) também utilizaram duas categorias: extremamente atraente e extremamente não atraente. Os juízes foram os próprios pesquisadores. Salvia, Sheare e Algozzine (1975) empregaram um procedimento que facilitava a tarefa de classificação. Os juízes receberam instrução para dividirem as fotografias em cinco pilhas aproximadamente iguais, sendo que inicialmente deveriam escolher as menos atraentes e em segundo lugar, as mais atraentes; em terceiro lugar, dentre as fotografias restantes, deveriam escolher as menos atraentes e em quarto lugar, as mais atraentes dentre as fotografias restantes; as fotografias remanescentes seriam consideradas de atratividade intermediária.

Um procedimento aparentemente um pouco mais difícil e que não poderia ser utilizado na avaliação de um número grande de fotografias consiste na ordenação delas em função do grau de atratividade. Cavior e Dockeki (1973) empregaram este procedimento para grupos de 12 a 18 fotografias.

Em todos os procedimentos referidos até agora, todas as fotografias receberam alguma menção acerca da atratividade. No procedimento utilizado por Krantz, Friedberg e Andrews (1985), nem todas as fotografias receberam essa menção, embora fossem levadas em conta na avaliação. Esses autores instruíram

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

seus juízes a apontarem, para cada grupo de aproximadamente 25 fotografias, a primeira e a segunda mais atraentes.

Toda essa diversidade metodológica na avaliação da AFF, encontrada na literatura especializada, pode sugerir, a princípio, alguma confusão existente nesta área de estudo. Entretanto, a análise dessa literatura sugere que, na realidade, toda essa variação metodológica pode ocorrer justamente por causa da própria natureza do fenômeno. A percepção e o julgamento da AFF ocorrem, aparentemente, de um modo tão generalizado e fidedigno, como se verá nos estudos relatados no próximo Capítulo, que o fenômeno sobrevive a todas essas variações metodológicas. Apesar disso, pareceu-nos adequado apresentar, detalhadamente a seguir, o procedimento adotado por nós na avaliação da AFF de crianças através de suas fotografias.

O procedimento de avaliação utilizado neste estudo

Com a colaboração de algumas pessoas, conseguimos reunir uma grande quantidade de fotografias 3x4 cm, em preto-e-branco, de crianças de ambos os sexos. Desse conjunto, foram selecionados pelo autor as fotografias de meninos e as de meninas, com aparência de cerca de 7 a 10 anos de idade cronológica, sem nenhuma emoção evidente expressa na face, sem qualquer deformidade na face e sem qualquer adereço que pudesse alterar a aparência; todas as crianças eram brancas. Com essa triagem, foram selecionadas 69 fotografias de meninos e 61 de meninas.

Para a avaliação da AFF dessas fotografias, foram utilizados 40 juízes. Esses juízes eram estudantes de 1º ou 2º ano de Pedagogia, todas do sexo feminino, sendo 20 do período diurno e 20 do período noturno. Esta parte do estudo, que teve como propósito principal delinear um procedimento de avaliação da AFF de pessoas-estímulo, através de suas fotografias, já foi relatada

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

anteriormente (OMOTE, 1991a). Entretanto, será discutido, a seguir, esse procedimento em algum detalhe.

Os sujeitos foram introduzidos na sala preparada para esse fim, em grupo de quatro, pois havia dois conjuntos iguais de fotografias de meninos e dois de meninas. Cada sujeito recebia um conjunto de fotografias (de meninos ou de meninas) e recebia instrução para classificá-las em cinco grupos segundo o grau de atratividade física facial, desde as crianças mais bonitas até as menos bonitas. Terminada a classificação de um conjunto de fotografias, por um sujeito, o resultado era anotado pelo pesquisador ou por um auxiliar, em uma folha própria, registrando os números das fotografias de cada nível de atratividade. Em seguida, o sujeito recebia outro conjunto de fotografias, de crianças do outro sexo, para proceder à realização da mesma tarefa de classificação de fotografias em cinco grupos de atratividade. Terminada essa classificação, igualmente os resultados eram anotados na folha de registro e o sujeito era dispensado.

Ao final da avaliação, o resultado da classificação foi transformado em notas de AFF. A nota 5 foi atribuída à classificação "mais bonita" e a nota 1 à classificação "menos bonita", e as notas 4, 3 e 2 foram atribuídas para as classificações intermediárias. Com isso, cada fotografia tinha 40 notas de AFF, cada nota correspondendo à avaliação de um sujeito. Para fins de análise, foram inicialmente calculadas duas notas médias de AFF e respectivos desvios padrões para cada fotografia, sendo que uma nota média correspondia à avaliação feita pelos 20 sujeitos do período diurno e a outra, à avaliação feita pelos 20 sujeitos do período noturno.

Os dois conjuntos de notas médias, tanto das 69 fotografias de meninos quanto das 61 fotografias de meninas, foram comparados através da correlação de Spearman, para verificar se a ordem em que as fotografias se colocavam no contínuo atraente-não atraente não diferia de um grupo de juízes para o outro. Procedendo ao competente cálculo, foram encontrados os coeficientes 0,93 para fotografias de meninos e também 0,93 para as de me-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

ninas. Esses coeficientes são altamente significantes (p<0,001). A mesma comparação foi feita também para os dois conjuntos de desvios padrões. Os coeficientes encontrados foram 0,45 para fotografias de meninos e 0,3l para fotografias de meninas. Esses coeficientes também são significantes (p<0,001 e p<0,01, respectivamente). Evidentemente, esse resultado era previsível, pois eventuais diferenças entre os sujeitos do período diurno e os do noturno não deveriam interferir de modo visível na avaliação da AFF. Apesar disso, a comparação foi realizada também com o intuito de estabelecer um procedimento de comparação das avaliações de AFF feitas por dois ou mais grupos distintos de sujeitos.

Uma vez que a avaliação da AFF feita pelos sujeitos do período diurno não diferia significantemente da dos sujeitos do período noturno, as notas de AFF de ambos esses grupos de juízes foram reunidas e calculada uma nova nota média e o respectivo desvio padrão para cada fotografia. As 69 fotografias de meninos e 61 de meninas foram ordenadas, separadamente por sexo, segundo essa nota média de AFF, desde aquela que obteve a nota média de AFF mais alta até aquela que obteve a nota média de AFF mais baixa. Essa lista de fotografias, da mais atraente à menos atraente, com as respectivas notas médias e os desvios padrões, pode ser vista na Tabela 1.

Colocadas as fotografias em ordem de atratividade, a nossa tarefa seguinte consistiu na identificação de certo número de fotografias, de meninos e de meninas separadamente, que pudessem ser consideradas como tendo AFF alta, moderada e baixa. Para tanto, cada conjunto de fotografias foi subdividido em cinco grupos em função do nível de AFF e de acordo com dois critérios. Um desses critérios foi o de manter um número aproximadamente igual de fotografias nos cinco grupos. O outro critério foi o de manter aproximadamente constante o intervalo de variação das notas médias de AFF das fotografias nos cinco grupos, isto é, a diferença entre a nota mais alta e a nota mais baixa em cada um dos cinco grupos deveria ser aproximadamente constante.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 1 - Fotografias de meninos e de meninas, ordenadas segundo as notas médias de atratividade física facial.

Fotografias de meninos						Fotografias de meninas					
nº	média	DP	nº	média	DP	nº	média	DP	nº	média	DP
38	4,78	0,61	51	2,65	1,22	22	4,15	0,96	11	2,83	0,92
05	4,45	1,84	48	2,63	0,97	02	4,10	1,10	42	2,77	1,19
04	4,33	0,91	27	2,58	1,16	16	4,03	1,01	56	2,73	1,18
30	4,30	0,98	46	2,58	1,26	41	4,00	1,05	30	2,67	0,89
29	4,18	0,89	50	2,58	1,02	36	3,98	1,01	10	2,65	1,17
58	3,95	1,02	02	2,55	1,02	35	3,95	1,12	51	2,63	0,91
68	3,95	1,36	08	2,55	1,07	13	3,95	0,95	37	2,58	1,02
26	3,93	1,08	10	2,55	1,12	04	3,90	1,18	49	2,56	1,03
24	3,90	1,22	44	2,50	1,28	33	3,88	1,17	34	2,53	1,05
62	3,90	1,18	36	2,48	1,24	05	3,80	1,08	07	2,51	1,03
25	3,75	1,09	12	2,45	0,95	20	3,80	1,05	52	2,50	1,14
37	3,65	1,30	56	2,43	1,07	23	3,80	1,05	45	2,45	0,95
54	3,54	1,08	57	2,43	0,97	15	3,70	1,12	28	2,43	1,09
09	3,48	1,14	34	2,38	1,26	09	3,68	1,03	54	2,36	0,83
11	3,45	1,28	39	2,36	1,02	27	3,60	1,22	24	2,33	1,06
17	3,35	1,04	03	2,30	1,29	46	3,53	1,34	19	2,23	1,04
41	3,31	1,02	35	2,30	0,93	29	3,50	1,47	60	2,10	1,15
61	3,28	1,32	31	2,20	1,14	31	3,48	1,00	06	2,05	1,12
18	3,23	1,11	23	2,13	0,94	39	3,48	1,18	08	2,05	0,95
49	3,23	1,29	70	2,08	0,98	25	3,46	1,17	59	2,05	1,02
01	3,20	1,35	66	2,05	0,97	03	3,43	1,14	50	1,90	0,97
42	3,20	1,19	06	2,03	1,05	01	3,40	1,22	48	1,83	0,89
53	3,20	1,38	55	1,93	1,06	21	3,23	1,15	57	1,83	0,89
45	3,15	1,11	19	1,90	0,92	58	3,23	1,39	61	1,78	0,76
14	3,10	0,97	16	1,88	0,87	32	3,18	1,30	62	1,75	0,92
63	3,05	1,26	69	1,85	1,01	47	3,15	1,26	53	1,70	0,90
60	3,00	1,22	22	1,82	0,96	12	3,13	1,28	17	1,68	0,88
21	2,93	1,17	32	1,80	0,84	43	3,13	1,18	18	1,65	0,82
07	2,90	1,15	52	1,80	0,75	38	3,03	0,96	55	1,33	0,69
13	2,90	0,94	33	1,75	0,89	40	3,00	1,36	14	1,18	0,38
59	2,90	1,02	47	1,48	0,77	26	2,98	1,11			
28	2,88	1,00	67	1,48	0,67						
40	2,88	1,12	65	1,35	0,57						
20	2,75	1,22	64	1,20	0,46						
43	2,73	1,24									

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Utilizando o critério de igualdade do tamanho dos grupos, cada conjunto de fotografias foi subdividido em cinco grupos, procurando-se manter igual número de fotografias em cada grupo. Esses subgrupos foram identificados como sendo aa, am, mm, mb e bb, correspondendo o grupo aa às fotografias de mais alto grau de atratividade e o grupo bb às de mais baixo grau de atratividade. Esses grupos não têm número rigorosamente igual de fotografias, tanto porque o total não era divisível por cinco quanto porque as fotografias com a mesma nota de AFF não foram separadas em grupos distintos.

Os cinco grupos de fotografias, obtidos da aplicação desse critério, podem ser vistos na Tabela 2, que informa, para fotografias de meninos e de meninas, o tamanho e a composição de cada grupo de atratividade. Assim, por exemplo, o grupo aa, correspondente às fotografias de meninos de mais alto nível de atratividade, contém 14 fotografias, sendo as de nº 38 a nº 09, com as notas de AFF variando de 4,78 a 3,48. A ordem das fotografias deve ser procurada na Tabela 1.

Tabela 2 - Subdivisão de fotografias de meninos e de meninas em cinco níveis de atratividade utilizando o critério da igualdade do tamanho dos grupos.

	N	Fotografia de meninos														
aa	14	38,	05,	04,	30,	29,	58,	68,	26,	24,	62,	25,	37,	54,	09	
am	14	11,	17,	41,	61,	18,	49,	01,	42,	53,	45,	14,	63,	60,	21	
mm	15	07,	13,	59,	28,	40,	20,	43,	51,	48,	27,	46,	50,	02,	08,	10
mb	14	44,	36,	12,	56,	57,	34,	39,	03,	35,	31,	23,	70,	66,	06	
bb	12	55,	19,	16,	69,	22,	32,	52,	33,	47,	67,	65,	64			

	N	Fotografia de meninas												
aa	12	22,	02,	16,	41,	36,	35,	13,	04,	33,	05,	20,	23	
am	12	15,	09,	27,	46,	29,	31,	39,	25,	03,	01,	21,	58	
mm	12	32,	47,	12,	43,	38,	40,	26,	11,	42,	56,	30,	10	
mb	12	51,	37,	49,	34,	07,	52,	45,	28,	54,	24,	19,	60	
bb	13	06,	08,	59,	50,	48,	57,	61,	62,	33,	17,	18,	55,	14

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Outra maneira de subdividir as 69 fotografias de meninos e 61 de meninas é em função dos próprios valores das notas de AFF, procurando-se manter constante os intervalos de variação das notas de AFF dos grupos. O valor do intervalo constante de variação das notas médias foi calculando, dividindo-se por cinco a amplitude total de variação das notas médias de cada conjunto de fotografias. No conjunto de fotografias de meninos, a nota de AFF mais alta é 4,78 e a mais baixa, 1,20, conforme a Tabela 1. Portanto, o intervalo de variação de notas a ser mantido constante nos grupos é de 0,716, isto é, (4,78 - 1,20)/5. Para as fotografias de meninas, esse intervalo é de 0,594, isto é, (4,15 - 1,18)/5, sendo 4,15 a maior nota média e 1,18 a menor nota média, conforme a Tabela 1.

Com a aplicação desse segundo critério, cada conjunto de fotografias foi subdividido em cinco grupos de atratividade, procurando-se observar a manutenção daquele intervalo de variação das notas de AFF nos grupos. Esses cinco grupos podem ser vistos na Tabela 3. Assim, o grupo aa, correspondente às fotografias de meninos de mais alto nível de atratividade, contém as fotografias com as notas de AFF de 4,78 a 4,06 (4,78 - 0,716 = 4,064), correspondendo às de nº 38 a nº 29. O grupo am, imediatamente abaixo do grupo aa, compreende as fotografias com as notas de atratividade variando de 4,05 a 3,35 (4,064 - 0,716 = 3,348). Do mesmo modo, o intervalo de variação das notas de atratividade do grupo mm é de 3,34 a 2,63 (3,348 - 0,716 = 2,632); o do grupo mb é de 2,62 a 1,92 (2,632 - 0,716 = 1,916); e do grupo bb é de 1,91 a 1,20 (1,916 - 0,716 = 1,200).

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 3 - Subdivisão de fotografias de meninos e de meninas em cinco grupos de níveis de atratividade utilizando o critério da igualdade dos intervalos de variação das notas médias dos grupos.

Variação				Fotografias de meninos										
aa	4,78	a	4,06	38,	05,	04,	30,	29						
am	4,05	a	3,35	58,	68,	26,	24	62,	25,	37,	54,	09,	11,	17
mm	3,34	a	2,63	41,	61,	18,	49	01,	42,	53,	45,	14,	63,	60,
				21,	07,	13,	59,	28,	40,	20,	43,	51,	48	
mb	2,62	a	1,92	27,	46,	50,	02,	08,	10,	44,	36,	12	56,	57,
				34,	39,	03,	35,	31,	23,	70,	66,	06,	55	
bb	1,91	a	1,20	19,	16,	69,	22,	32,	52,	33,	47,	67,	65,	64

Variação				Fotografias de meninas										
aa	4,15	a	3,56	22,	02,	16,	41,	36,	35,	13,	04,	33,	05,	20,
				23,	15,	09,	27							
am	3,55	a	2,96	46,	29,	31,	39,	25,	03,	01,	21,	58,	32,	47,
				12,	43,	38,	40,	26						
mm	2,95	a	2,37,	11,	42,	56,	30,	10,	51,	37,	49,	34,	07,	52,
				45,	28									
mb	2,36	a	1,77	54,	24,	19,	60,	06,	08,	59,	50,	48,	57,	61
bb	1,76	a	1,18	62,	53,	17,	18,	55,	14					

O passo seguinte consistiu em sobrepor esses dois critérios de subdivisão para escolher cinco fotografias de atratividade alta (AA), cinco de atratividade moderada (AM) e cinco de atratividade baixa (AB), dentre as 69 fotografias de meninos. O mesmo procedimento foi utilizado para escolher cinco fotografias AA, cinco AM e cinco AB, dentre as 61 fotografias de meninas. Essas 30 fotografias irão constituir os estímulos a serem utilizados nos futuros estudos.

Para a escolha dessas 30 fotografias, foram levadas em conta as suas notas médias e os respectivos desvios padrões. Para

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

as fotografias AA, tanto de meninos quanto de meninas, simplesmente as cinco com as notas médias mais altas de cada sexo foram escolhidas, pois seus respectivos desvios padrões eram pequenos. Semelhantemente, para as fotografias AB, foram escolhidas as cinco com as notas médias de atratividade mais baixas de cada sexo, pois seus respectivos desvios padrões também eram pequenos. As fotografias AA e AB, assim obtidas, de meninos e de meninas, pertenciam aos grupos aa e bb, respectivamente, segundo ambos os critérios de subdivisão empregados. Isto pode ser observado nas Tabelas 2 e 3.

A escolha das fotografias AM exigiu um exame um pouco mais cuidadoso dos valores das médias e desvios padrões das notas de atratividade. Inicialmente, foram consideradas todas as fotografias incluídas no grupo intermediário mm de notas médias tanto pelo critério de igualdade do tamanho dos grupos quanto pelo critério de igualdade do intervalo de variação das notas médias nos grupos.

No caso dos meninos, nove fotografias satisfizeram essa condição. Tais fotografias são as de números 07, 13, 59, 28, 40, 20, 43, 51 e 48. Na escolha das cinco fotografias AM, foram observadas três condições: (1) notas de AFF próximas umas das outras, (2) notas de AFF próximas do ponto central do intervalo total de variação das notas de 69 fotografias e (3) menores valores de desvio padrão. Observando essas três condições, foram escolhidas as de números 07, 13, 59, 28 e 40, pois suas notas variavam de 2,90 a 2,88, sendo as mais próximas do ponto central do intervalo total (que era de 2,99), e possuíam os menores valores de desvio padrão. Na realidade, a fotografia de nº 48 possuía desvio padrão pequeno, menor que o de 4 das fotografias escolhidas, porém a sua nota de AFF (que era de 2,63) já se diferenciava muito das demais e se afastava daquele ponto central.

No caso das meninas, apenas cinco fotografias satisfi-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

zeram aquela condição. Como os seus desvios padrões não eram grandes, todas elas foram designadas como fotografias AM.

Nessa escolha de fotografias que representam três graus diferentes de AFF, para servirem como estímulos, aquelas pertencentes aos grupos am e mb foram excluídas, com o propósito de se assegurar que entre as fotografias AA e AM ou AM e AB existam diferenças suficientemente expressivas de AFF. As 30 fotografias assim escolhidas, sendo 15 de meninos e 15 de meninas, das quais cinco de cada sexo correspondem a atratividade alta (AA), cinco a atratividade moderada (AM) e cinco a atratividade baixa (AB), estão identificadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Fotografias de meninos e de meninas, avaliadas como tendo nível de atratividade alta (AA), atratividade moderada (AM) e atratividade baixa (AB).

Fotografia de meninos						Fotografia de meninas					
AA:	38,	05,	04,	30,	29	AA:	22,	02,	16,	41,	36
AM:	07,	13,	59,	28,	40	AM:	11,	42,	56,	30,	10
AB:	33,	47,	67,	65,	64	AB:	53,	17,	18,	55,	14

O procedimento descrito aqui parece adequado para se estudar a avaliação da AFF através de fotografias. O procedimento pode ser utilizado tanto para se estudar a própria avaliação da AFF, como se verá um pouco disso nos estudos 1 e 2, relatados no próximo Capítulo, como também para a escolha de fotografias com determinados graus de AFF para serem utilizadas como estímulos nos estudos que tratam a AFF como variável independente (os estudos 3 e 4, relatados adiante, correspondem a esse tipo de estudo).

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CAPÍTULO 2

FIDEDIGNIDADE NA PERCEPÇÃO DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL

Um importante problema que precisa ser esclarecido diz respeito à fidedignidade na percepção das pessoas acerca da atratividade física facial. É necessário saber em que extensão a AFF é percebida consistentemente. Duas ordens de questões se colocam aqui. A primeira diz respeito à consistência na percepção da AFF através do tempo, isto é, refere-se à estabilidade temporal desse fenômeno perceptivo. É necessário verificar se um mesmo sujeito ou um mesmo grupo de sujeitos avalia consistentemente a AFF das mesmas fotografias em duas ocasiões diferentes, separadas por um intervalo de tempo. A essa estabilidade temporal do fenômeno referir-nos-emos doravante por fidedignidade intrassujeito ou fidedignidade intragrupo.

A segunda questão diz respeito à consistência na percepção da AFF por diferentes grupos de sujeitos. Refere-se, portanto, à extensão da generalidade do fenômeno. Grupos de sujeitos com diferenças em algumas importantes características avaliam consistentemente a AFF das mesmas fotografias? A essa generalidade referir-nos-emos doravante por fidedignidade intergrupo.

Dois estudos foram realizados procurando responder a questões relacionadas à fidedignidade na percepção da AFF.

Estudo 1: Fidedignidade Intragrupo e Fidedignidade Intrassujeito

Os critérios, geralmente bastante arbitrários, de beleza física parecem variar amplamente e cada vez mais rapidamente.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Os meios de comunicação visual, sobretudo a televisão, certamente têm um importante papel na difusão desses critérios e padrões estabelecidos, muitas vezes até com interesse estritamente comercial da parte de setores da sociedade interessados em explorar economicamente a forte motivação das pessoas em administrar eficientemente a sua aparência física.

Apesar dessa variação constante nos critérios estéticos (talvez modismos criados para fins estritamente comerciais), uma face considerada atraente em uma determinada idade da pessoa tende a ser considerada atraente em outras épocas da vida dela. Adams (1977) demonstrou que a AFF de crianças apresentava pouca variação ao longo de 7 anos, compreendendo período de Jardim de Infância à sexta série, quando avaliada por estudantes universitários atuando como juízes. Esse autor comparou também a atratividade física da face e a do corpo de homens e mulheres, em três épocas diferentes de suas vidas: na adolescência (16 a 20 anos), no início da vida de casados (30 a 35 anos) e na meia-idade (45 a 50 anos). Para a atratividade física da face, foram encontrados altos valores de coeficiente de correlação positivos, mas para a atratividade do corpo os coeficientes, embora positivos, foram bem menores.

O estudo de Adams (1977), ao demonstrar que a AFF poderia ser um atributo relativamente constante ao longo da vida, sugeriu a possibilidade de que a estimulação recebida pelas pessoas em função da sua AFF pudesse ser consistente ao longo de suas vidas, evidentemente contando com as variações introduzidas por numerosos outros determinantes da interação delas com o meio. Assim, a AFF poderia ser um elemento relativamente constante na vida das pessoas, influenciando consistentemente o desenvolvimento de competência delas.

Além de se saber que a AFF é um atributo que pode ser relativamente estável através do tempo, como o sugeriu o estudo de

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Adams (1977), é importante saber também se a percepção dessa característica é igualmente estável através do tempo. Não foi encontrado na literatura especializada nenhum estudo que tivesse investigado a estabilidade temporal da percepção da AFF.

O estudo relatado a seguir teve o propósito de produzir alguma evidência sobre essa estabilidade temporal do fenômeno da percepção da AFF. O estudo foi conduzido sob duas perspectivas: a de um grupo de juízes e a de cada juiz individualmente. Pretende-se, neste relato, esclarecer se um mesmo grupo de juízes avalia as mesmas faces consistentemente em duas épocas distintas e se cada um desses juízes mantém essa consistência através do tempo. Trata-se, portanto, de estudar a fidedignidade intragrupo e fidedignidade intrassujeito.

Método

Sujeitos

Foram utilizadas como sujeitos 40 estudantes de Pedagogia, todas do sexo feminino, sendo 20 do período diurno e 20 do período noturno, com a idade média de 23 anos.

Material

Foram utilizadas 69 fotografias 3 x 4 cm de meninos e 61 de meninas, aparentando idade cronológica em torno de 7 a 10 anos, em preto-e-branco, sem nenhuma emoção evidente expressa na face, sem deformidades e sem qualquer adereço que pudesse alterar a aparência. Foi também usada uma folha de registro onde o pesquisador ou o auxiliar anotava as classificações de fotografias feitas pelos sujeitos.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Procedimento

Neste estudo e no da fidedignidade intergrupo, a atratividade das fotografias foi avaliada de acordo com o procedimento de avaliação da AFF estabelecido anteriormente (OMOTE, 1991a). Nesse procedimento, cada sujeito recebeu para avaliação 69 fotografias de meninos e 61 de meninas, separadamente. Metade dos sujeitos avaliou primeiro as fotografias de meninos e depois as de meninas. A outra metade avaliou primeiro as fotografias de meninas e depois as de meninos. Para a avaliação da AFF, os sujeitos foram introduzidos em uma sala preparada para esse fim, em grupos de quatro, mas realizaram as tarefas individualmente. Foram instruídos a classificar as fotografias (de 69 meninos ou de 61 meninas) em cinco grupos segundo o grau de atratividade física facial, desde as crianças mais bonitas até as menos bonitas. Quando um sujeito terminava a classificação das fotografias (de meninos ou de meninas), o resultado era anotado pelo pesquisador ou auxiliar, em uma folha própria, onde, para cada grau de atratividade, eram registrados os números que identificavam as fotografias classificadas nesse grau de AFF. Em seguida, o sujeito recebia as fotografias de crianças do outro sexo e procedia a avaliação da AFF delas do mesmo modo. Terminada essa tarefa, o resultado era anotado e o sujeito era dispensado. As fotografias foram avaliadas em duas ocasiões, pelos mesmos sujeitos, utilizando exatamente o mesmo procedimento. A segunda avaliação foi realizada 10 meses após a primeira. A segunda avaliação foi feita por 35 sujeitos, pois cinco dos que haviam realizado a primeira avaliação não puderam mais ser localizados, já que não estavam mais frequentando a Faculdade. Portanto, o estudo da fidedignidade intragrupo e da fidedignidade intrassujeito se refere aos dados de avaliação da AFF desses 35 sujeitos que fizeram as duas avaliações. Seguindo o procedimento anteriormente deli-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

neado, as classificações recebidas pelas fotografias, em função do grau de atratividade, foram transformadas em notas de AFF, sendo a nota 5 atribuída às fotografias que foram classificadas como sendo as mais bonitas e a nota 1 àquelas que foram classificadas como sendo as menos bonitas. As notas 4, 3 e 2 foram atribuídas às fotografias encaixadas nas três categorias intermediárias de atratividade. A análise quantitativa foi realizada utilizando-se essas notas de AFF atribuídas a cada uma das fotografias, na primeira e na segunda avaliação.

Resultados e Discussão

Cada uma das 69 fotografias de meninos e 61 de meninas recebeu uma nota de AFF de cada sujeito na primeira avaliação e outra nota na segunda avaliação. Inicialmente, foram analisados apenas os resultados da primeira avaliação. Foram calculadas duas notas médias de AFF para cada fotografia, sendo uma relativa à avaliação feita pelos sujeitos do período diurno e a outra relativa à avaliação feita pelos sujeitos do período noturno. Esses dois conjuntos de notas médias foram comparados através do coeficiente de correlação de Spearman.

Entre as notas médias de AFF da avaliação dos sujeitos do período diurno e as do período noturno foi encontrado o coeficiente de correlação de 0,93, para as fotografias de meninos. Para as fotografias de meninas, também o coeficiente foi de 0,93. Esses coeficientes são altamente significantes ($p<0,001$).

Ao lado das notas médias de AFF, foram calculados também os respectivos desvios padrões. As avaliações dos sujeitos do período diurno e as do período noturno foram comparadas também através do cálculo dos coeficientes de correlação de Spearman para os desvios padrões. Os coeficientes encontrados foram de

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

0,45 e de 0,31, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes também são significantes (p<0,001 e p<0,01, respectivamente). O resultado dessas comparações pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelas alunas do período diurno e a do período noturno do Curso de Pedagogia, 1a. avaliação.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,93	0,93
notas	t	21,058	18,812
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,45	0,31
desvios	t	4,121	2, 451
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,01

Esses resultados mostram que há uma elevada consistência entre a avaliação da AFF dos sujeitos do período diurno e a dos sujeitos do período noturno, tanto para as fotografias de meninos quanto para as de meninas. Essa consistência se caracteriza em termos das posições ocupadas pelas fotografias no contínuo atraente-não atraente (correlação significante entre as notas médias de AFF) e do grau de consenso nas avaliações dos sujeitos (correlação significante entre os desvios padrões).

Em vista desses resultados, os quais nos apontam que as alunas de Pedagogia que frequentavam o curso no período diurno e as que frequentavam no período noturno pertenciam a uma mesma população, em termos daqueles aspectos da avaliação

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

da AFF de fotografias de meninos e de meninas, os dados desses dois grupos foram reunidos em um só conjunto para a análise da fidedignidade. Foram calculados uma nova nota média da AFF e o respectivo desvio padrão para cada fotografia, agora em função do conjunto de avaliações feitas pelos sujeitos do período diurno e os do período noturno. Essas notas médias e os respectivos desvios padrões constituem o conjunto de dados da primeira avaliação a serem comparados com os da segunda avaliação.

Da segunda avaliação também foram calculadas duas notas médias de AFF e respectivos desvios padrões para cada fotografia, correspondendo uma nota média à avaliação dos sujeitos do período diurno e a outra à avaliação dos sujeitos do período noturno. Novamente, as avaliações desses dois grupos foram comparadas através do coeficiente de correlação de Spearman. Foram encontrados os coeficientes 0,94 e 0,92 para as fotografias de meninos e de meninas, respectivamente, quando foram comparadas as notas médias de AFF. Esses coeficientes são altamente significantes ($p<0,001$). Comparando os desvios padrões desses grupos, foram encontrados os coeficientes 0,47, significante em nível de $p<0,001$, e 0,26, significante a nível de $p<0,05$, respectivamente para as fotografias de meninos e as de meninas. O resultado dessas comparações está resumido na Tabela 6.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 6 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelas alunas do período diurno e a do período noturno do Curso de Pedagogia, 2a. avaliação.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,94	0,92
notas	t	21,488	18,531
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,47	0,26
desvios	t	4,302	2,043
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,05

O resultado dessa análise mostra que também na segunda oportunidade, a avaliação da atratividade física feita pelos sujeitos do período diurno foi consistente com a dos sujeitos do período noturno, no sentido de se manterem basicamente na mesma ordem as fotografias no contínuo atraente-não-atraente (correlação significante entre as notas médias de AFF) e também na mesma ordem quanto ao grau de consenso nas avaliações (correlação significante entre os desvios padrões). Portanto, os dados de ambos os grupos foram reunidos em um conjunto só para efeito de análise.

Para estudar a fidedignidade intragrupo, isto é, a consistência na avaliação feita pelo grupo de estudantes de Pedagogia do período diurno e noturno, em duas ocasiões, com um intervalo de 10 meses entre uma avaliação e outra, foram comparadas as notas médias e os desvios padrões obtidos na primeira avaliação com aqueles obtidos na segunda avaliação, para as mesmas fotografias de meninos e as de meninas.

Procedendo a essas comparações mediante o cálculo de coeficientes de correlação de Spearman, entre as notas médias

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

de AFF, foram encontrados os coeficientes 0,96 e 0,95 para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Comparando os desvios padrões da primeira avaliação com os da segunda avaliação, foram encontrados os coeficientes 0,63 e 0,62 para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Todos esses coeficientes são altamente significantes (p<0,001). O resultado dessas comparações pode ser visto na Tabela 7.

Com esses resultados, pode-se concluir que os sujeitos avaliaram consistentemente as fotografias de meninos e as de meninas em duas ocasiões distintas, com um intervalo de 10 meses entre uma avaliação e outra. A ordem em que as fotografias se colocam no contínuo atraente-não atraente, em função da nota média de AFF, não se alterou fundamentalmente da primeira avaliação para a segunda. Do mesmo modo, o grau de consenso alcançado pelas fotografias não alterou fundamentalmente de uma avaliação para a outra, uma vez que os coeficientes obtidos com a comparação dos desvios padrões também são significantes.

Tabela 7 - Resultado da comparação entre a 1a. avaliação e a 2a. avaliação feitas por alunas dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,96	0,95
notas	t	26,791	22,046
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,63	0,62
desvios	t	6,543	5,953
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Esse resultado da análise permite concluir que, em termos da posição relativa ocupada pelas fotografias no contínuo atraente-não atraente, o julgamento da atratividade física facial apresenta necessária estabilidade temporal, pelo menos para um período de 10 meses. Essa estabilidade diz respeito ao julgamento do grupo como um todo, pois as notas da AFF analisadas eram as médias desse grupo.

Outro tipo de análise proposto aqui diz respeito à fidedignidade intrassujeito, isto é, serve para verificar se ocorre também a nível individual de cada juiz a estabilidade temporal do fenômeno da percepção da AFF. Para essa análise, foram comparadas as classificações recebidas pelas fotografias na primeira avaliação com as da segunda avaliação, individualmente para cada sujeito, apontando o grau de concordância na avaliação de cada fotografia nessas duas ocasiões.

Foram considerados cinco graus de concordância entre a classificação recebida por uma fotografia na primeira avaliação e aquela recebida na segunda avaliação. Esses graus de concordância foram expressos em termos da diferença absoluta entre a nota da primeira avaliação e a da segunda avaliação. Assim, a diferença zero corresponde à coincidência entre a nota da primeira e a da segunda avaliação de uma mesma fotografia; a diferença 1 corresponde às categorias adjacentes de AFF, como a nota 5 na primeira avaliação e 4 na segunda avaliação ou 2 na primeira avaliação e 3 na segunda avaliação; a diferença 2 corresponde às categorias de AFF separadas por uma categoria, como a nota 5 na primeira avaliação e 3 na segunda avaliação ou 2 na primeira avaliação e 4 na segunda avaliação; a diferença 3 corresponde às categorias de AFF separadas por duas categorias, como a nota 5 na primeira avaliação e 2 na segunda avaliação ou 1 na primeira avaliação e 4 na segunda avaliação; e a diferença 4 corresponde às categorias de AFF separadas por 3 categorias, situação essa

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que só ocorre quando a fotografia obteve a nota 5 em uma avaliação e a nota 1 na outra avaliação.

O resultado dessa comparação pode ser visto na Tabela 8, que corresponde às fotografias de meninos, e na Tabela 9, que corresponde às fotografias de meninas. Essas tabelas apontam, para cada sujeito individualmente, o número de fotografias onde houve coincidência nas classificações da primeira e da segunda avaliação (diferença zero) e onde houve discrepância de variados graus nessas classificações (diferenças 1, 2, 3 e 4). Como houve perda de informação na anotação das respostas de alguns sujeitos, o total de fotografias avaliadas não é igual para todos os sujeitos. Assim, as Tabelas 10 e 11 apresentam os dados das Tabelas 8 e 9, convertidos em porcentagens para facilitar a sua visualização e análise.

O exame dessas Tabelas mostra, de imediato, que há uma grande concentração de distribuição das fotografias em torno da diferença zero e da diferença 1. Há um número muito pequeno de fotografias que receberam notas acentuadamente discrepantes entre a primeira e a segunda avaliação (diferença 3 e diferença 4). Essa distribuição, por si só, sugere ter ocorrido fidedignidade intrassujeito bastante razoável na avaliação da AFF de fotografias de meninos e as de meninas em duas ocasiões separadas por um intervalo de 10 meses.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 8 - Comparação entre a primeira avaliação e a segunda avaliação de AFF de meninos, feitas pelos sujeitos dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia. Os resultados estão apresentados em frequências.

Diferenças						
Sujeitos	0	1	2	3	4	Total
S02	37	28	4	0	0	69
S03	31	29	3	5	1	69
S04	33	33	3	0	0	69
S05	36	24	9	0	0	69
S07	24	32	10	3	0	69
S08	25	29	13	1	0	68
S09	33	24	8	3	0	68
S10	39	23	7	0	0	69
S11	27	21	15	2	4	69
S12	28	30	9	0	0	67
S13	25	33	8	3	0	69
S14	21	22	24	2	0	69
S15	26	31	11	1	0	69
S16	25	27	14	3	0	69
S17	22	29	15	2	1	69
S18	30	30	7	2	0	69
S19	26	26	13	3	0	68
S20	23	31	14	1	0	69
S21	26	27	15	0	0	68
S22	29	22	16	2	0	69
S23	25	28	8	5	1	67
S24	15	26	19	15	4	69
S25	18	34	11	4	1	68
S26	29	24	12	3	0	68
S27	22	34	10	3	0	69
S28	25	30	11	3	0	69
S29	19	25	12	11	2	69
S30	24	28	9	6	1	68
S32	21	30	12	6	0	69
S33	31	31	5	1	1	69
S34	35	27	7	0	0	69
S37	34	35	7	0	0	69
S38	22	36	6	4	0	67
S39	31	29	7	2	0	69
S40	32	32	5	0	0	69

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 9 - Comparação entre a primeira avaliação e a segunda avaliação de AFF de meninas, feitas pelos sujeitos dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia. Os resultados estão apresentados em frequências.

Diferenças						
Sujeitos	0	1	2	3	4	Total
S02	29	28	4	0	0	61
S03	19	29	11	2	0	61
S04	18	29	12	2	0	61
S05	23	22	10	5	1	61
S07	35	23	3	0	0	61
S08	26	27	6	1	0	60
S09	23	23	10	5	0	61
S10	25	23	11	2	0	61
S11	29	16	12	2	1	60
S12	27	28	5	0	0	60
S13	16	18	24	3	0	61
S14	35	25	1	0	0	61
S15	26	26	9	0	0	61
S16	23	15	10	10	3	61
S17	15	24	14	7	1	61
S18	31	21	9	0	0	61
S19	24	28	6	1	0	59
S20	29	28	4	0	0	61
S21	22	26	6	5	1	60
S22	17	19	18	5	2	61
S23	20	23	8	6	2	59
S24	15	28	12	5	1	61
S25	18	32	7	3	0	60
S26	23	29	9	0	0	61
S27	13	39	8	0	0	60
S28	23	26	7	2	0	58
S29	21	16	16	4	2	59
S30	23	17	12	9	0	61
S32	19	22	14	5	1	61
S33	30	24	6	1	0	61
S34	26	28	4	2	1	61
S37	31	19	8	3	0	61
S38	38	21	2	0	0	61
S39	22	28	11	0	0	61
S40	23	29	8	1	0	61

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 10 - Comparação entre a primeira avaliação e a segunda avaliação de AFF de meninos, feitas pelos sujeitos dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia. Os resultados estão apresentados em porcentagens.

Diferenças						
Sujeitos	0	1	2	3	4	Total
S02	53,62	40,58	5,80	0,00	0,00	100,00
S03	44,93	42,03	4,35	7,25	1,45	100,00
S04	47,83	47,83	4,35	0,00	0,00	100,01
S05	52,17	34,78	13,04	0,00	0,00	99,99
S07	34,78	46,38	14,49	4,35	0,00	100,00
S08	36,76	42,65	19,12	1,47	0,00	100,00
S09	48,53	35,29	11,76	4,41	0,00	99,99
S10	56,52	33,33	10,14	0,00	0,00	99,99
S11	39,13	30,43	21,72	2,90	5,80	100,00
S12	41,79	44,78	13,43	0,00	0,00	100,00
S13	36,23	47,83	11,59	4,35	0,00	100,00
S14	30,43	31,88	34,78	2,90	0,00	99,99
S15	37,68	44,93	15,94	1,45	0,00	100,00
S16	36,23	39,13	20,29	4,35	0,00	100,00
S17	31,88	42,03	21,74	2,90	1,45	100,00
S18	43,48	43,48	10,14	2,90	0,00	100,00
S19	38,24	38,24	19,12	4,41	0,00	100,01
S20	33,33	44,93	20,29	1,45	0,00	100,00
S21	38,24	39,71	22,06	0,00	0,00	100,01
S22	42,03	31,88	23,19	2,90	0,00	100,00
S23	37,31	41,79	11,94	7,46	1,49	99,99
S24	21,74	37,68	27,54	7,25	5,80	100,01
S25	26,47	50,00	16,18	5,80	1,47	100,00
S26	42,65	35,29	16,65	4,41	0,00	100,00
S27	31,88	49,28	14,49	4,35	0,00	100,00
S28	36,23	43,48	15,94	4,35	0,00	100,00
S29	27,54	36,23	17,39	15,94	2,90	100,00
S30	35,29	41,18	13,24	8,82	1,47	100,00
S32	30,43	43,48	7,25	1,45	1,45	100,01
S33	44,93	44,93	7,25	1,45	1,45	100,00
S34	50,72	39,13	10,14	0,00	0,00	99,99
S37	49,28	36,23	8,70	5,80	0,00	100,01
S38	32,84	53,73	10,45	2,99	0,00	100,01
S39	44,93	42,03	10,14	2,90	0,00	100,00
S40	46,38	46,38	7,25	0,00	0,00	100,01

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 11 - Comparação entre a primeira avaliação e a segunda avaliação de AFF de meninas, feitas pelos sujeitos dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia. Os resultados estão apresentados em porcentagens.

	Diferenças					
Sujeitos	0	1	2	3	4	Total
S02	47,54	45,90	6,56	0,00	0,00	100,00
S03	31,15	47,54	18,03	3,28	0,00	100,00
S04	29,51	47,54	19,67	3,28	0,00	100,00
S05	37,70	36,07	16,39	8,20	1,64	100,00
S07	57,38	37,70	4,92	0,00	0,00	100,00
S08	43,33	45,00	10,00	1,67	0,00	100,00
S09	37,70	37,70	16,39	8,20	0,00	99,99
S10	40,98	37,70	18,03	3,28	0,00	99,99
S11	48,33	26,67	20,00	3,33	1,67	100,00
S12	45,00	46,67	8,33	0,00	0,00	100,00
S13	26,23	29,51	39,34	4,92	0,00	100,00
S14	57,38	40,98	1,64	0,00	0,00	100,00
S15	42,62	42,62	14,75	0,00	0,00	99,99
S16	37,70	24,59	16,39	16,39	4,92	99,99
S17	24,59	39,34	22,95	11,48	1,64	100,00
S18	50,82	34,43	14,75	0,00	0,00	100,00
S19	40,68	47,46	10,17	1,69	0,00	100,00
S20	47,54	45,90	6,56	0,00	0,00	100,00
S21	36,67	43,33	10,00	8,33	1,67	100,00
S22	27,83	31,15	29,51	8,20	3,28	100,01
S23	33,90	38,98	13,56	10,17	3,39	100,00
S24	24,59	45,90	19,67	8,20	1,64	100,00
S25	30,00	53,33	11,67	5,00	0,00	100,00
S26	37,70	47,54	14,75	0,00	0,00	99,99
S27	21,67	65,00	13,33	0,00	0,00	100,00
S28	39,66	44,83	12,07	3,45	0,00	100,01
S29	35,59	27,12	27,12	6,78	3,39	100,00
S30	37,70	27,87	19,67	14,75	0,00	99,99
S32	31,15	36,07	22,95	8,20	1,64	100,01
S33	49,18	39,34	9,84	1,64	0,00	100,00
S34	42,62	45,90	6,56	3,28	1,64	100,00
S37	50,82	31,15	13,11	4,92	0,00	100,00
S38	62,30	34,43	3,28	0,00	0,00	100,01
S39	36,07	45,90	18,03	0,00	0,00	100,00
S40	37,70	47,54	13,11	1,64	0,00	99,99

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Como a diferença 1 significa que entre a primeira e a segunda avaliação houve uma discrepância mínima, foram reunidas as fotografias que em duas avaliações obtiveram notas iguais (diferença zero) ou notas adjacentes (diferença 1), considerando todo esse conjunto como sendo de concordância aceitável entre as duas ocasiões de avaliação da AFF. A Tabela 12 mostra, para cada sujeito, o número e a respectiva porcentagem de fotografias cujas notas de AFF apresentam diferenças zero ou 1. As porcentagens de fotografias com grande concordância entre as duas notas de AFF variam de 59,42% (sujeito 24) a 95,65% (sujeito 04), com a média de 80,72%, para as fotografias de meninos, e de 55,74% (sujeito 13) a 98,36% (sujeito 14), com a média de 80,00%, para as fotografias de meninas.

As porcentagens de fotografias com concordância aceitável entre as duas notas de AFF, constantes da Tabela 12, sugerem que, com algumas evidentes exceções (sujeitos 04, 13 e 14), os sujeitos com alta porcentagem de concordância nas avaliações das fotografias de meninos tenderam a apresentar também alta porcentagem em relação às fotografias de meninas. Para avaliar mais precisamente essa tendência, foi calculado o coeficiente de correlação de Spearman entre as porcentagens de concordância de fotografias de meninos e as relativas a fotografias de meninas. O coeficiente encontrado, no valor de 0,36, é significante ($p<0,05$). Esse resultado mostra que o grau de fidedignidade de cada sujeito tende a ser mantido para as fotografias de meninos e as de meninas.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 12 - Frequência e porcentagem de diferenças 0 e 1 entre as notas da primeira avaliação e a segunda avaliação de AFF de meninos e de meninas, feitas pelos sujeitos dos períodos diurno e noturno do Curso de Pedagogia.

	Meninos		Meninas	
Sujeitos	f	%	f	%
S02	65	94,20	57	93,44
S03	60	86,96	48	78,69
S04	66	95,65	47	77,05
S05	60	86,96	45	73,77
S07	56	81,16	58	95,08
S08	54	79,41	53	88,33
S09	57	83,82	46	75,41
S10	62	89,86	48	78,69
S11	48	69,57	45	75,00
S12	58	86,57	55	91,67
S13	58	84,06	34	55,74
S14	43	62,32	60	98,36
S15	57	82,61	52	85,25
S16	52	75,36	38	62,30
S17	51	73,91	39	63,93
S18	60	86,96	52	85,25
S19	52	76,47	52	88,14
S20	54	78,26	57	93,44
S21	53	77,94	48	80,00
S22	51	73,91	36	59,02
S23	53	79,10	43	72,88
S24	41	59,42	43	70,49
S25	52	76,47	50	83,33
S26	53	77,94	52	85,25
S27	56	81,16	52	86,67
S28	55	79,71	49	84,48
S29	44	63,77	37	62,71
S30	52	76,47	40	65,57
S32	51	73,91	41	67,21
S33	62	89,86	54	88,52
S34	62	89,86	54	88,52
S37	59	85,51	50	81,97
S38	58	86,57	59	96,72
S39	60	86,96	50	81,97
S40	64	92,75	52	85,25
Total	1939	80,72	1696	80,00

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Havíamos concluído que o julgamento da atratividade física facial parece apresentar a necessária estabilidade temporal, em termos de posição relativa ocupada pelas fotografias no contínuo atraente-não-atraente, quando foram considerados os julgamentos do grupo como um todo. Em outros termos, concluímos que pode ser considerada aceitável a fidedignidade intragrupo na avaliação da AFF, para um intervalo de 10 meses entre as duas ocasiões de avaliação. A análise dos dados da Tabela 12 permite concluir também que a avaliação da AFF parece apresentar a necessária estabilidade temporal, mesmo quando considerada individualmente a avaliação de cada sujeito. Pode ser considerada aceitável a fidedignidade intrassujeito entre as avaliações feitas em duas ocasiões separadas por um intervalo de 10 meses. De um modo geral, o grau de fidedignidade de cada sujeito parece manter-se razoavelmente consistente para fotografias de meninos e as de meninas. Entretanto, podem surgir sujeitos com acentuada discrepância entre a fidedignidade alcançada para fotografias de meninos e aquela relativa a fotografias de meninas.

Estudo 2: Fidedignidade Intergrupo

Além de verificar a existência da fidedignidade intragrupo e fidedignidade intrassujeito aceitáveis na avaliação da atratividade física facial de crianças através de suas fotografias, é importante verificar se um rosto avaliado consistentemente por um grupo como atraente pode ser avaliado como tal por outros grupos de sujeitos, diferindo em algumas características. Essa questão diz respeito à generalidade do fenômeno da avaliação da AFF e leva ao estudo da fidedignidade intergrupo.

Diferentemente da fidedignidade intragrupo e fidedignidade intrassujeito, há alguns estudos relatados na literatura

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

especializada que investigaram até que ponto diferentes grupos de sujeitos avaliavam consistentemente a AFF das mesmas faces.

Uma característica intergrupal estudada é a idade dos sujeitos. Cross e Cross (1971) compararam as avaliações das mesmas faces feitas por quatro grupos etários: 7 anos, 12 anos, 17 anos e adultos com idade entre 30 e 50 anos. As faces avaliadas eram de crianças, adolescentes e adultos. Os autores verificaram que não havia efeito da idade dos juízes na avaliação da AFF de fotografias de crianças, adolescentes e adultos.

Cavior e Lombardi (1973) estudaram a fidedignidade na avaliação da AFF usando juízes de 5 anos, 6 anos, 7 anos e 8 anos. Verificaram que para juízes de 5 anos não havia fidedignidade interjuízes aceitável, mas para os grupos de juízes de 6, 7 e 8 anos os autores encontraram fidedignidade interjuízes aceitável. Os autores concluíram que as crianças começavam a utilizar critérios similares ou comuns no julgamento da atratividade física facial aos 6 anos; o grau de concordância ia aumentando até a idade de 8 anos quando alcançava o mesmo critério do de juízes adultos. Esse resultado pode dar apoio aos dados obtidos por Cross e Cross (1971), confirmando que juízes de 7 anos de idade já têm condições de avaliar a AFF de modo suficientemente semelhante aos juízes mais velhos.

Cavior e Lombardi (1973) concluíram que antes dos 6 anos as crianças ainda não tinham um conceito fidedigno de atratividade. Dion (1973) apontou algumas limitações do estudo realizado por Cavior e Lombardi e realizou a sua investigação com juízes na faixa etária de 3 anos e 2 meses a 6 anos e 6 meses. Os resultados encontrados por Dion sugerem que, mesmo nessa faixa etária, não há efeito da idade dos juízes sobre a avaliação da AFF. As crianças mais novas (3 anos e 2 meses a 4 anos e 11 meses) avaliaram a AFF de um modo geral bastante semelhante às mais velhas (5 anos a 6 anos e 6 meses).

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Uma das possíveis e principais razões para a diferença existente entre os resultados de Cavior e Lombardi (1973) e os de Dion (1973) pode ser a natureza das tarefas realizadas pelos sujeitos. No estudo de Cavior e Lombardi, os juízes realizaram a tarefa de ordenar as fotografias de acordo com o grau de AFF em cada conjunto de cinco fotografias, ao passo que no estudo de Dion os juízes simplesmente apontaram a fotografia mais atraente em cada par de fotografias. A tarefa solicitada por Cavior e Lombardi pode ter sido suficientemente difícil para crianças de 5 anos e isso pode ter gerado avaliação inconsistente da AFF no grupo de juízes dessa faixa etária. De qualquer modo, os resultados de Dion parecem demonstrar que mesmo crianças muito novas, abaixo de 6 anos, podem ter um conceito fidedigno de atratividade, de modo a fazerem avaliações consistentes de AFF.

Outra característica intergrupal que tem sido estudada é o sexo dos juízes. No estudo de Cross e Cross (1971), os resultados mostraram que essa variável não teve efeito principal sobre a avaliação da AFF em nenhum dos quatro grupos etários de juízes (7 anos, 12 anos, 17 anos e adultos). Os autores encontraram interação significante do sexo dos juízes com a idade e o sexo das pessoas-estímulo.

No estudo realizado por Dion (1973), com juízes na faixa etária de 3 anos e 2 meses a 6 anos e 6 meses, também não foi encontrado qualquer efeito significante do sexo dos juízes sobre a avaliação da AFF. Esse estudo não foi planejado para investigar a interação do sexo dos juízes com qualquer outra variável.

Os dados fornecidos pelas investigações de Cross e Cross (1971) e Dion (1973) são ainda muito limitados para se extrair qualquer conclusão segura sobre possíveis diferenças entre a avaliação da AFF feita pelos juízes do sexo masculino e a dos juízes do sexo feminino. Entretanto, pode-se sugerir, provisoriamente, que a variável sexo dos sujeitos parece não influenciar sozinha a avaliação da AFF.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Dentre alguns poucos estudos realizados para verificar a fidedignidade na avaliação da AFF feita por diferentes grupos de juízes, apenas um estudo tratou da variável étnica dos juízes. Cross e Cross (1971) compararam as avaliações da AFF feitas por grupo de juízes brancos e com as do grupo de juízes negros e encontraram efeito principal significante da raça dos juízes sobre a avaliação da AFF.

Os estudos realizados por Cross e Cross (1971), Cavior e Lombardi (1973) e Dion (1973) forneceram dados que nos sugerem que diferentes grupos de juízes podem avaliar de modo bastante semelhante a atratividade física facial de pessoas através de suas fotografias. Algumas diferenças nessa avaliação podem ocorrer em função de variável como a raça dos juízes. Na realidade, pouco se sabe sobre possíveis variáveis dos juízes criticamente relacionadas à avaliação da AFF. São necessárias muitas pesquisas para se elucidarem as questões relacionadas à alta ou baixa fidedignidade intergrupal.

O estudo relatado a seguir teve o objetivo de verificar o grau de fidedignidade intergrupal nas avaliações da AFF feitas por 3 grupos de juízes. Pretende-se, portanto, estudar a extensão da generalidade da avaliação da AFF.

Método

Sujeitos

Três grupos de sujeitos foram utilizados nesta parte do estudo: grupos P, B e S. O grupo P era constituído por 40 estudantes do Curso de Pedagogia, todas do sexo feminino, sendo 20 do período diurno e 20 do período noturno, com a idade variando de 18 a 40 anos e média de 23 anos. Na realidade, os dados do grupo P referem-se à primeira avaliação feita por esse grupo de

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

juízes no estudo anterior. O grupo B era constituído por 42 estudantes do Curso de Biblioteconomia, todas do sexo feminino, frequentando o curso no período diurno, com a idade variando de 19 a 30 anos e média de 23 anos. O grupo S era constituído por 16 sujeitos do sexo masculino e 25 do sexo feminino, todos alunos de um Curso Supletivo frequentando no período noturno. A idade dos sujeitos do sexo masculino variava de 14 a 24 anos e média de 17 anos; os do sexo feminino tinham a idade variando de 13 a 62 anos e média de 31 anos.

Material

Foram utilizadas as mesmas 69 fotografias de meninos e 61 de meninas e folha de registro empregadas no estudo anterior.

Procedimento

Foi utilizado o mesmo procedimento de avaliação da atratividade física facial dessas fotografias, empregado no estudo da fidedignidade intragrupo e fidedignidade intrassujeito e delineado anteriormente (OMOTE, 1991a). Para estudar a fidedignidade intergrupal, é necessária uma única avaliação por parte de cada grupo de juízes. Portanto, para o grupo P, utilizado no estudo anterior, foram considerados os dados da primeira avaliação realizada no estudo da fidedignidade intragrupo e fidedignidade intrassujeito. Para os grupos B e S, o procedimento de avaliação da AFF de fotografias foi aplicado uma única vez. Semelhantemente ao estudo anterior e de acordo com o procedimento anteriormente delineado, o resultado da classificação das fotografias pelos sujeitos foi transformado em notas de AFF das fotografias para fins de análise quantitativa dos dados.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Resultados e Discussão

As mesmas 69 fotografias de meninos e 61 de meninas foram avaliadas por um grupo de estudantes de Pedagogia (grupo P), estudantes de Biblioteconomia (grupo B) e estudantes de Curso Supletivo (grupo S), através de um mesmo procedimento. Portanto, é possível comparar as avaliações de AFF obtidas desses três grupos diferentes de juízes.

Inicialmente, é necessário considerar que o grupo S era constituído por sujeitos do sexo masculino e os do sexo feminino. Antes de tratar globalmente as avaliações de AFF desse grupo, é necessário verificar se os sujeitos masculinos e os femininos produziram resultados semelhantes, isto é, verificar se a variável sexo dos juízes teve algum efeito significante sobre a avaliação da AFF.

Foram calculadas duas notas médias de AFF para cada fotografia, a partir dos dados do grupo S, sendo uma nota média correspondente à avaliação dos sujeitos masculinos e a outra correspondente à avaliação dos sujeitos do sexo feminino. Foram também calculados os respectivos desvios padrões. Essas notas médias foram comparadas mediante o cálculo do coeficiente de correlação de Spearman. O resultado dessa comparação pode ser visto na Tabela 13.

Comparando as avaliações de AFF dos sujeitos masculinos com as dos sujeitos femininos, através das notas médias, foram encontrados os coeficientes 0,70 e 0,72, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes de correlação são significantes ($p<0,001$). Isso significa que, em termos da posição relativa ocupada pelas fotografias no contínuo atraente-não atraente, a avaliação da AFF feita pelos sujeitos do sexo masculino se assemelha bastante àquela feita pelos sujeitos do sexo feminino. Esse resultado encontra apoio nos estudos de Cross e Cross (1971) e de Dion (1973), onde não foram encontrados efeitos do sexo dos juízes sobre a avaliação da AFF.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 13 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelos sujeitos do sexo masculino e aquela feita pelos sujeitos do sexo feminino do grupo S.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,70	0,72
notas	t	7,936	7,819
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,08	0,33
desvios	t	0,631	2,704
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p>0,05	p<0,01

As avaliações de AFF feitas pelos sujeitos masculinos foram comparadas com as dos sujeitos femininos, no grupo S, também através dos desvios padrões. Como pode ser verificado na Tabela 13, essa comparação produziu os coeficientes 0,08 e 0,33, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Para as fotografias de meninos, não há qualquer correlação entre as avaliações feitas pelos sujeitos masculinos e as dos sujeitos femininos quanto ao grau de consenso nas avaliações, pois o coeficiente de correlação encontrado não é significante. Para as fotografias de meninas, o coeficiente encontrado é significante (p<0,01).

De qualquer modo, pode-se considerar que a avaliação de AFF feita pelos juízes masculinos e a dos juízes femininos colocam aproximadamente na mesma ordem as fotografias de meninos e as de meninas no contínuo atraente-não atraente. Assim, as notas de AFF dos juízes masculinos e as dos juízes femininos foram reunidas em um único conjunto que corresponde ao grupo S.

Para verificar a existência ou não de fidedignidade aceitável

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

entre esses diferentes grupos de sujeitos, foram comparadas as notas médias de AFF dadas pelos grupos de sujeitos às fotografias de meninos e de meninas. Três comparações foram feitas: grupo P com grupo B, grupo P com grupo S e grupo B com grupo S.

Na comparação da avaliação feita pelo grupo P com aquela feita pelo grupo B, utilizando as notas médias de AFF, foram encontrados os coeficientes de correlação de 0,95 e de 0,92, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes são significantes ($p<0,001$). Procedendo à mesma comparação através dos desvios padrões, os coeficientes de correlação obtidos foram 0,66 e 0,65, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes também são significantes ($p<0,001$). O resultado dessa comparação pode ser visto na Tabela 14.

Outra comparação intergrupal a ser feita é entre as avaliações do grupo P e as do grupo S. Quando foram comparadas as notas médias de AFF, foram encontrados os coeficientes de correlação de 0,87 e de 0,77, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes são significantes ($p<0,001$), como mostra a Tabela 15. Ao comparar os desvios padrões, foram encontrados os coeficientes de correlação de 0,24 e de 0,47, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. A correlação encontrada para as fotografias de meninos não é significante ($p>0,05$). Já para as fotografias de meninas a correlação encontrada é significante ($p<0,001$).

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 14 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelos sujeitos do grupo P e aquela feita pelos sujeitos do grupo B.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,95	0,92
notas	t	25,591	18,379
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,66	0,65
desvios	t	7,196	6,442
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001

Foi feita uma terceira comparação intergrupal, envolvendo as avaliações de AFF feitas pelos grupos B e S. Comparando as notas médias de AFF, foram encontrados os coeficientes de correlação de 0,84 e de 0,77, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses coeficientes são significantes (p<0,001). Comparando os desvios padrões, foram encontrados os coeficientes 0,35 e 0,53, para as fotografias de meninos e de meninas, respectivamente. Esses coeficientes também são significantes (p<0,01 e p<0,001, respectivamente). O resultado dessa comparação pode ser visto na Tabela 16.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 15 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelos sujeitos do grupo P e aquela feita pelos sujeitos do grupo S.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,87	0,77
notas	t	14,032	9,284
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,24	0,47
desvios	t	1,978	4,035
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,05	p<0,001

As comparações entre as avaliações de AFF, feitas pelos grupos P, B e S, mostram que as fotografias tanto de meninos quanto de meninas se distribuem no contínuo de atratividade física facial de modo bastante semelhante para os três grupos de juízes. As faces mais atraentes segundo a avaliação de um grupo tendem a ser também avaliadas como sendo as mais atraentes por outros grupos de juízes. Isto significa que há fidedignidade intergrupal aceitável na avaliação da AFF de meninos e de meninas através de suas fotografias.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 16 - Resultado da comparação entre a avaliação feita pelos sujeitos do grupo B e aquela feita pelos sujeitos do grupo S.

		Fotografias	
		Meninos	Meninas
	rs	0,84	0,77
notas	t	12,500	9,263
médias	g.l.	67	59
	signif.	p<0,001	p<0,001
	rs	0,35	0,53
desvios	t	3,033	4,705
padrões	g.l.	67	59
	signif.	p<0,01	p<0,001

Entre o grupo P e o B as diferenças nas características dos juízes podem ser relativamente pequenas. As diferenças mais gritantes aí podem estar na natureza da atividade ocupacional para a qual as estudantes estavam se preparando e nos conteúdos curriculares. No Curso de Pedagogia, a atividade ocupacional futura envolve intensa relação com crianças em idade escolar e no currículo, através de diferentes disciplinas, são tratadas detalhadamente as questões relacionadas às relações interpessoais entre o professor e o aluno. Por outro lado, no Curso de Biblioteconomia, qualquer relação estreita com crianças em idade escolar não está intensamente presente na atividade ocupacional futura e os conteúdos curriculares não incluem questões daquela natureza. Essas diferenças, no entanto, parecem ser absolutamente irrelevantes para determinar qualquer influência diferenciada sobre a percepção da atratividade física facial de crianças em idade escolar.

O grupo S é o que parece diferenciar-se mais acentuadamente dos demais, em termos de algumas características dos juízes, tais como a presença de sujeitos do sexo masculino, a faixa etária, o

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

nível de escolaridade e possivelmente o nível socioeconômico. Ainda assim, a correlação entre as notas médias de AFF do grupo S e as do grupo P bem como a correlação entre as notas médias de AFF do grupo S e as do grupo B são bastante significantes.

Por tudo isso, pode-se concluir que entre esses três grupos de juízes, houve uma alta fidedignidade intergrupal, isto é, entre esses grupos razoavelmente diferentes de juízes houve um acordo aceitável quanto a ordem em que se colocam as fotografias de meninos e as de meninas no contínuo de atratividade física facial, segundo a avaliação feita por eles.

O julgamento da atratividade física facial de crianças, através de suas fotografias, apresenta, além da estabilidade temporal (alta fidedignidade intragrupo e intrassujeito), a necessária generalidade (alta fidedignidade intergrupal), para que não seja tratado como um fenômeno com propriedades muito particulares limitadas a situações específicas.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CAPÍTULO 3

EFEITOS DA ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL SOBRE JULGAMENTOS

Conforme análise procedida na Introdução, a atratividade física facial de uma pessoa pode influenciar o julgamento que os outros fazem do comportamento e da competência dela em uma ampla variedade de situações, como também pode influenciar a interação que os outros mantêm com ela. Em situação escolar, têm sido realizados numerosos estudos que indicam como pode ser influenciado o julgamento que os professores fazem da competência intelectual, acadêmica e social de seus alunos. Esses estudos demonstraram também que os professores recomendavam a colocação de alunos em classes especiais para deficientes mentais, com base em seus julgamentos que eram influenciados pela atratividade física facial desses alunos. Os efeitos da AFF podem continuar operando na relação entre esses alunos e professores, mesmo após encaminhamento a serviços especializados, como sugerem os resultados de alguns estudos que investigaram a relação entre a AFF de clientes de serviços especializados e a previsão de resultado desse atendimento.

Foram realizados outros dois estudos, relatados a seguir, com o propósito de investigar como a AFF de crianças pode influenciar a percepção de deficiências nelas e a previsão de resultados de um atendimento especializado a que são submetidas.

Estudo 3: Efeitos da Atratividade Física Facial sobre a Percepção de Deficiências

De diferentes efeitos da AFF que têm sido relatados na literatura especializada, é de particular interesse para o presente

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

estudo a relação entre a AFF de crianças e o julgamento que professores e psicólogos escolares fazem da competência dessas crianças no contexto escolar.

A AFF de alunos pode influenciar o julgamento que os professores fazem da competência intelectual, acadêmica e social deles. Os estudos realizados por Clifford e Walster (1973) e Kenearly, Frude e Shaw (1988) demonstraram que os alunos mais atraentes foram avaliados como sendo mais brilhantes academicamente e mais competentes socialmente. Essa relação entre a AFF e a competência acadêmica pode traduzir-se em termos das notas atribuídas pelos professores a seus alunos (SALVIA; ALGOZZINE; SHEARE, 1977). Alunos atraentes podem ser alvos de interação mais adequada por parte dos professores (ADAMS; COHEN, 1974; ALGOZZINE, 1976).

Mesmo quando estão envolvidas importantes decisões como encaminhamentos a serviços especiais, a AFF pode influenciar o julgamento do professor (ROSS; SALVIA, 1975) ou do psicólogo escolar (ELOVITZ; SALVIA, 1982), no sentido de alunos de baixa atratividade serem percebidos como necessitando de encaminhamento a classe especial para deficiente mental. Quando esses serviços não são tão acentuadamente segregadores e estigmatizantes como o é a classe especial para deficientes mentais, alunos atraentes é que podem ser mais frequentemente encaminhados (BAROCAS; BLACK, 1974), aparentemente com a expectativa de que estes podem obter melhor aproveitamento que os menos atraentes.

As deficiências de um modo geral são percebidas como sendo incompetências ou expressões de alguma incompetência. Assim, a AFF pode influenciar a colocação de crianças em categorias de deficientes. O objetivo deste estudo é, pois, o de verificar a ocorrência dessa relação entre a AFF de crianças e a colocação delas em categorias de deficientes mentais, deficientes auditivos e deficientes físicos. A categoria de deficientes visuais,

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que é também atendida pela Educação Especial, foi excluída por razões que serão expostas adiante.

Método

Sujeitos

Foram utilizadas como sujeitos deste estudo 92 estudantes de Pedagogia, todas do sexo feminino, com a idade cronológica variando de 18 a 44 anos, e média de 25 anos.

Material

Foram utilizadas 30 fotografias 3x4 cm em preto-e-branco, sendo 15 de meninos e 15 de meninas, aparentando idade cronológica em torno de 7 a 10 anos. Essas 30 fotografias haviam sido previamente selecionadas em um estudo anterior (OMOTE, 1991a), em função do grau de atratividade física facial. Cinco fotografias de cada sexo correspondiam a faces avaliadas como sendo de atratividade alta (AA), cinco de atratividade moderada (AM) e cinco de atratividade baixa (AB). A eficácia desse conjunto de fotografias como estímulos foi também avaliada previamente (OMOTE, 1991b). Foi utilizado, além disso, um caderno de questões contendo três folhas.

Procedimento

Ao serem introduzidos na sala preparada para esse fim, os sujeitos receberam a 1a. folha do caderno de questões e foram solicitados a ler as instruções contidas nessa folha, onde cons-

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

tavam convite para participar de uma pesquisa sobre percepção de pessoas e uma descrição geral das tarefas que realizariam. Preencheram, em seguida, um quadro, também constante dessa folha, onde eram solicitadas algumas informações para identificação de cada sujeito. Terminada a tarefa inicial, a 1a. folha foi recolhida e os sujeitos receberam a 2a. folha do caderno, previamente preparada com a identificação de cada sujeito. Nessa 2a. folha, havia uma breve descrição de uma criança e era solicitado ao sujeito que identificasse a criança da descrição, examinando as fotografias de três crianças que acompanhavam essa 2a. folha. Terminada essa tarefa, a 2a. folha e as três fotografias foram recolhidas e os sujeitos receberam a 3a. folha, contendo também uma breve descrição de uma criança. Junto com essa folha foram entregues outras três fotografias de crianças e era solicitado aos sujeitos que identificassem a criança da descrição. Terminada essa tarefa, o sujeito era dispensado. Nessas duas folhas havia mais duas questões: na primeira era solicitado que o sujeito informasse os indicadores com base nos quais puderam identificar a criança da descrição e a segunda perguntava se o sujeito teve alguma dificuldade para a realização da tarefa e, caso positivo, deveria descrevê-la. Havia quatro versões de descrição de criança. A 2a. folha continha uma dessas descrições e a 3a. folha, outra descrição. Essas descrições correspondiam a criança comum, criança deficiente mental, criança deficiente física e criança deficiente auditiva. A condição de deficiência visual foi excluída, pois seguramente os sujeitos procurariam indicadores visíveis dessa deficiência na face, ou mais especificamente nos olhos, da criança da fotografia e, não os encontrando, poderiam levantar suspeitas acerca do procedimento experimental. As três fotografias que eram entregues junto com a 2a. folha eram ou de meninos ou de meninas, e uma correspondia a criança com atratividade alta (AA), uma a criança com atratividade moderada (AM) e a outra a criança com atratividade baixa (AB). A 3a. folha também era acompanhada de três fotografias, do sexo oposto ao

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

das fotografias da 2a. folha, e igualmente havia uma fotografia AA, uma AM e uma AB. Para cada nível de AFF, foram utilizadas fotografias de cinco meninos e de cinco meninas diferentes, a fim de evitar que houvesse alguma tendenciosidade condicionada por alguma face em particular. O material fora previamente preparado de maneira que metade dos sujeitos examinasse primeiro as fotografias de meninos e depois as de meninas, e a outra metade dos sujeitos examinasse primeiro as fotografias de meninas e depois as de meninos. Os cadernos foram preparados também com a preocupação de que cada descrição fosse examinada por um número aproximadamente igual de sujeitos, na 2a. e na 3a. folhas em um número aproximadamente igual de vezes, acompanhando tanto as fotografias de meninos quanto as de meninas.

Resultados e Discussão

Os dados principais deste estudo correspondem ao número de vezes que as fotografias AA, AM e AB de meninos e de meninas foram escolhidas como sendo da criança descrita no parágrafo, caracterizada como deficiente mental, deficiente física, deficiente auditiva ou normal. Como eram apresentadas três fotografias, sendo uma de cada nível de atratividade, seria esperado que as fotografias de cada nível de AFF fossem escolhidas em cerca de 1/3 das oportunidades, caso tais escolhas fossem inteiramente aleatórias.

Os resultados encontrados para as fotografias de meninos podem ser vistos na Tabela 17 e os de meninas, na Tabela 18. Essas Tabelas mostram o número de vezes que as fotografias de crianças com atratividade alta, atratividade moderada e atratividade baixa foram escolhidas como sendo da criança caracterizada na descrição das folhas 2 e 3. Na 4a. coluna dessas Tabelas, pode ser visto o total de vezes que as fotografias AA, AM e AB foram apresentadas sob cada condição de descrição.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

A análise da Tabela 17 mostra que, quando a descrição caracterizava a criança como deficiente mental, deficiente auditiva ou deficiente física, as fotografias AB de meninos foram mais frequentemente escolhidas que as fotografias AA ou AM. Mais de metade das escolhas recaiu sobre as fotografias AB. Quando a descrição caracterizava a criança como normal, metade das escolhas recaiu sobre as fotografias AA.

Para uma análise mais precisa, foram calculados os qui-quadrados para verificar se, sob cada condição de descrição, as fotografias AA, AM e AB foram escolhidas igualmente ou não. Nas condições de descrição da criança como deficiente mental ou deficiente física, foram obtidos os valores de qui-quadrado de 7,786 e 7,000, respectivamente, com dois graus de liberdade; esses valores são estatisticamente significantes ($p<0,05$). Portanto, a escolha não recaiu igualmente para as fotografias de diferentes níveis de AFF. Já nas condições de descrição da criança como deficiente auditiva ou normal, os valores de qui-quadrado obtidos (5,763 e 2,708, respectivamente, com dois graus de liberdade) não são estatisticamente significantes ($p>0,05$). No caso da condição descrita como deficiente auditiva, é evidente a escolha bastante frequente das fotografias AB. Comparando as fotografias AB com a reunião das fotografias AA e AM, foi obtido o qui-quadrado no valor de 5,484 (g.l. = 1), que é estatisticamente significante ($p<0,02$). No caso da condição de descrição como normal, embora os resultados mostrem tendência a uma maior escolha das fotografias AA, o valor do qui-quadrado obtido está longe de ser significante.

A Tabela 18 mostra os resultados das escolhas em relação a fotografias de meninas. A análise procedida mostra que as indicações não ocorreram igualmente para as fotografias de diferentes níveis de AFF, nas condições de descrição da criança como deficiente mental (qui-quadrado = 15,750; g.l. = 2; $p<0,001$) e de descrição como deficiente auditiva (qui-quadrado = 7,786; g.l. = 2; $p<0,05$). Nas condições de descrição da criança como deficiente física ou normal, os valores

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

de qui-quadrado obtidos (3,429 e 3,250, respectivamente, com dois graus de liberdade) não são estatisticamente significantes (p>0,05).

Tabela 17 - Frequência de indicações de fotografias AA, AM e AB de meninos diante da descrição de uma criança caracterizada como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) ou normal (NM).

	Níveis de AFF				
Descrição	AA	AM	AB	Total	Qui-quadr.
DM	2	8	13	23	7,786[a]
DA	6	4	13	23	5,763[b]
DF	4	6	14	24	7,000[a]
NM	11	6	5	22	2,708[b]

a p<0,05
b p>0,05

Tabela 18 - Frequência de indicações de fotografias AA, AM e AB de meninas diante da descrição de uma criança caracterizada como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) ou normal (NM).

	Níveis de AFF				
Descrição	AA	AM	AB	Total	Qui-quadr.
DM	2	5	17	24	15,750[a]
DA	2	8	13	23	7,786[b]
DF	3	9	9	21	3,429[c]
NM	11	9	4	24	3,250[c]

a p<0,001
b p<0,05
c p>0,05

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Pelos resultados das Tabelas 17 e 18, pode-se concluir que o grau de atratividade física facial influiu na identificação da criança como deficiente. Para os meninos, essa influência ocorreu na colocação nas categorias de deficientes mentais e de deficientes físicos. Para as meninas, tal efeito se verificou em relação às categorias de deficientes mentais e de deficientes auditivos. Apesar de não ser estatisticamente significante, houve tendência visível e definida em relação à categoria de deficientes auditivos e à de deficientes físicos, para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Portanto, os dados das Tabelas 17 e 18 foram reunidas para uma análise global desses efeitos para as fotografias de meninos e as de meninas, aumentando, desse modo, o número de observações. A Tabela 19 mostra essa análise.

Tabela 19 - Frequência de indicações de fotografias AA, AM e AB de meninos e de meninas diante da descrição de uma criança caracterizada como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) e normal (NM).

		Níveis de AFF			
Descrição	AA	AM	AB	Total	Qui-quadr.
DM	4	13	30	47	22,115[a]
DA	8	12	26	46	11,491[b]
DF	7	15	23	45	8,533[c]
NM	22	15	9	46	5,429[d]

a $p<0,001$
b $p<0,01$
c $p<0,02$
d $p>0,05$

Os dados constantes da Tabela 19 mostram que, nas três condições de descrição da criança como deficiente, os valores

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

de qui-quadrado obtidos são estatisticamente significantes. Na descrição como deficiente mental, foi obtido o qui-quadrado de 22,115 (g.l. = 2; p<0,001); na descrição como deficiente auditivo, foi obtido o qui-quadrado de 11,491 (g.l. = 2; p<0,01); e na descrição como deficiente físico, foi obtido o qui-quadrado de 8,533 (g.l. = 2; p<0,02). Na condição de descrição da criança como normal, mesmo aumentando o número de observações, mediante a reunião das fotografias de meninos e as de meninas, o maior número de escolhas que recaiu sobre as fotografias AA não chega a ser estatisticamente significante (qui-quadrado = 5,429; g.l. = 2; p>0,05).

Os resultados encontrados neste estudo mostram que a AFF da criança pode influenciar decisivamente a percepção da deficiência nela. Pode-se sugerir que às deficiências está associada a baixa AFF. Essa associação parece ser particularmente mais intensa para a deficiência mental. Tais resultados estão de acordo com os dados relatados na literatura especializada, que indicam a existência de associações que as pessoas fazem entre a baixa atratividade e menor competência intelectual, acadêmica e social (CLIFFORD; WALSTER, 1973; KENEALY; FRUDE; SHAW, 1988), bem como mostram que alunos com baixa atratividade podem ser mais facilmente encaminhados a classes especiais para deficientes mentais (ELOVITZ; SALVIA, 1982; ROSS; SALVIA, 1975).

Na 2a. e 3a. folhas do caderno de questões, onde os sujeitos fizeram as escolhas das crianças que correspondiam à descrição, segundo suas percepções, havia uma questão que solicitava que os sujeitos informassem os indicadores com base nos quais puderam fazer essas escolhas. Portanto, esses dados podem esclarecer alguns aspectos do modo como a AFF influenciou a percepção da deficiência. Serão, a seguir, apresentados esses dados.

Os diversos indicadores em que se basearam os sujeitos para fazer a escolha da criança que correspondia à descrição

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

foram agrupados em 4 categorias de respostas: "estados subjetivos", "traços físicos", "condições externas" e "outros indicadores". A categoria de "estados subjetivos" inclui indicadores relacionados a algum estado subjetivo, inferido pelo sujeito a partir de alguma característica facial. Uma resposta típica dessa categoria é, por exemplo, "olhar triste". A categoria de "traços físicos" refere-se a respostas em que o sujeito baseou-se em alguma característica física visível da criança da fotografia, tais como "olhos profundos", "cabeça grande", "aparência de desnutrição", etc. A categoria de "condições externas" refere-se a respostas em que o sujeito se baseou em alguma condição externa à pessoa e ao físico da criança para fazer a escolha. As respostas típicas referiam-se ao nível socioeconômico ou à pobreza da criança da fotografia. A categoria de "outros indicadores" refere-se a respostas que não puderam ser incluídas nas anteriores e, em geral, eram respostas muito vagas, tais como "intuição", "expressão", "diferente das outras crianças", etc. Essa categorização, feita por dois juízes independentes, forneceu o índice de concordância geral de 84%.

O resultado dessa categorização pode ser visto na Tabela 20. A grande maioria das respostas refere-se à categoria de "traços físicos" (45%) e à de "estados subjetivos" (35%). A frequência com que os indicadores pertencentes a diferentes categorias ocorreram para as fotografias de meninos não difere de modo visível da frequência com que foram utilizados na escolha das fotografias de meninas, em todas as quatro condições de descrição da criança.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 20 - Frequência de utilização de indicadores pertencentes a categorias de "estados subjetivos" (ES), "traços físicos" (TF), "condições externas" (CE) e "outros indicadores" (OI), na identificação de fotografias de meninos (FM) e de meninas (FF), nas 4 condições de descrição da criança.

	Def. ment.		Def. aud		Def. fis.		Normal		
Ind.	FM	FF	FM	FF	FM	FF	FM	FF	Total
ES	6	9	13	15	16	15	18	12	104
TF	19	26	14	10	20	19	10	15	133
CE	1	3	1	1	2	3	2	0	13
OI	8	6	9	6	3	1	6	7	46
Total	34	44	37	32	41	38	36	34	296

Para proceder à análise estatística, os dados foram reorganizados. Foram reunidos os dados relativos a ambos os sexos e as categorias de "condições externas" e de "outros indicadores", pois estas apresentavam frequências muito baixas. O cálculo do qui-quadrado foi feito tomando por base a Tabela 21.

Tabela 21 - Reorganização dos dados da Tabela 20 para fins de análise estatística.

Ind.	Def. ment.	Def. aud.	Def.fis.	Normal	Total
ES	15	28	31	30	104
TF	45	24	39	25	133
CE/ OI	18	17	9	15	59
Total	78	69	79	70	296

A análise da Tabela 21 mostra que as categorias de indicadores não ocorreram igualmente na identificação de crianças descritas diferentemente (qui-quadrado = 17,220; g.l. = 6; p<0,01).

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Examinando atentamente os dados dessa Tabela, parece evidente que foi na condição em que a criança estava descrita como deficiente mental que ocorreu maior discrepância em relação às demais condições. Comparando as condições de descrição da criança como deficiente auditiva, deficiente física e normal, verificou-se que não há diferença significante quanto à utilização dos diferentes indicadores na identificação da criança (qui-quadrado = 6,426; g.l. = 4; p>0,05). Reunindo os dados dessas três condições e comparando com a condição de descrição da criança como deficiente mental, foi encontrada diferença significante na utilização de diferentes indicadores (qui-quadrado = 11,986; g.l. = 2; p<0,01).

Na identificação da criança na condição em que estava descrita como deficiente mental, comparativamente à identificação da criança nas demais condições de descrição, foi utilizado um número proporcionalmente menor de indicadores da categoria "estados subjetivos". Os sujeitos recorreram mais a indicadores da categoria "traços físicos". Esse resultado parece coerente com a crença bastante generalizada de que "o deficiente mental não sente". Ora, se ele não sente, então, os estados subjetivos não podem ser bons indicadores para reconhecê-lo como deficiente mental.

Ao justificarem a escolha feita, na identificação da criança descrita no parágrafo, os sujeitos forneceram, no total, 296 indicadores que serviram de base para tal escolha. Desse total, 153 indicadores referem-se a alguma parte do corpo da criança escolhida. Os dados pareciam sugerir um quadro interessante e por isso foi feita a tabulação, que pode ser vista na Tabela 22. Nessa tabulação, dois juízes independentes alcançaram um índice de concordância geral de 97%.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Tabela 22 - Frequência de indicadores relativos a partes do corpo, na identificação de fotografias de meninos (FM) e de meninas (FF), nas 4 condições de descrição da criança.

	Def. ment.		Def. aud		Def. fis.		Normal		
	FM	FF	FM	FF	FM	FF	FM	FF	Total
face	6	9	4	9	7	6	4	4	49
olhos	8	7	10	5	6	5	11	9	61
ombros	1	0	0	1	4	3	0	0	9
boca	0	0	4	1	2	0	0	2	9
cabeça	0	2	1	3	0	2	0	0	8
outros	3	1	4	3	3	1	1	1	17
Total	18	19	23	22	22	17	16	16	153

Pode-se verificar que um grande número de indicadores se refere a olhos (40%) e a face (32%). Os ombros (6%), a boca (6%) e a cabeça (5%) apareceram com alguma frequência. Outras partes do corpo apareceram muito poucas vezes e foram agrupadas em uma única categoria. Essa categoria, referida na Tabela 22 por "outros", inclui lábios, bochecha, testa, pescoço, tórax, cabelo, queixo, sobrancelha e ouvido, totalizando 11% dos indicadores referentes a partes do corpo. É interessante notar que o nariz, embora ocupe a região mais central do rosto, não foi referido nenhuma vez. Do mesmo modo, embora quase sempre sejam visíveis, as orelhas também não foram referidas nenhuma vez; em vez disso, o ouvido, que não é visível, foi apontado por um sujeito.

Para poder realizar a análise estatística, as respostas relativas a "ombros", "boca", "cabeça" e "outros" foram reunidas para comporem uma única categoria, pois as frequências eram muito baixas. Foram também reunidos ambos os sexos, pois as frequências com que as categorias de respostas ocorreram para as fotografias de meninos não diferem de modo visível das frequências

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

com que ocorreram para as fotografias de meninas. O resultado dessa reorganização dos dados encontra-se na Tabela 23.

A análise dessa Tabela mostra que "face", "olhos" e "outras partes do corpo" não foram utilizados igualmente como base para a identificação da criança caracterizada como deficiente mental, deficiente auditiva, deficiente física ou normal (qui-quadrado = 14,208; g.l. = 6; p<0,05).

Tabela 23 - Partes do corpo referidas nos indicadores utilizados para a identificação da criança da descrição.

	DM	DA	DF	NM	Total
face	15	13	13	8	49
olhos	15	15	11	20	61
outros	7	17	15	4	43
Total	37	45	39	32	153

Um exame atento da Tabela 23 sugere ter havido uma discrepância mais acentuada entre a condição descrita como "normal" e as demais condições de descrição da criança. Fazendo a necessária análise estatística, verificou-se que entre as condições "deficiente mental", "deficiente auditivo" e "deficiente físico" não há diferença significante (qui-quadrado = 4,637; g.l. = 4; p>0,05). Reunindo as 3 condições de descrição da criança como deficiente e comparando com a condição de descrição da criança como normal, foi encontrada diferença significante (qui-quadrado = 9,322; g.l. = 2; p<0,01).

Esses resultados permitem concluir que a face, os olhos e outras partes do corpo serviram como base para a escolha da criança igualmente nas 3 condições de descrição como deficiente; mas, na condição de descrição como normal, a utilização dessas

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

partes do corpo diferiu significantemente da sua utilização naquelas condições de descrição da criança como deficiente.

Na realidade, na condição NM, os sujeitos recorreram proporcionalmente mais vezes aos olhos como indicadores para a identificação da criança da descrição. Os olhos desempenharam importante papel na identificação da criança, pois, do total de 153 indicadores que se referiam a alguma parte do corpo, 40% correspondiam aos olhos. Foi, contudo, na identificação da criança na condição NM, que os olhos desempenharam um papel mais importante.

Em resumo, os indicadores em que se basearam os sujeitos para a identificação da criança da descrição variaram um pouco conforme a condição dessa descrição. Especificamente, pode-se dizer que, para identificar a criança descrita como deficiente mental, os sujeitos utilizaram-se menos de indicadores relativos a "estados subjetivos", baseando-se mais nos "traços físicos", comparativamente à identificação de criança descrita como deficiente auditiva, deficiente física ou normal. Além disso, pode-se também dizer que, na identificação da criança descrita como normal, os sujeitos basearam-se mais nos indicadores que se referiam aos olhos, comparativamente à identificação da criança descrita como deficiente mental, deficiente auditiva ou deficiente física.

Essa análise dos indicadores que serviram de base para os sujeitos identificarem a criança que correspondia à descrição levantou alguns dados interessantes sobre como cada condição pode ser reconhecida. As pessoas costumam dizer que certas deficiências, mesmo aquelas que não são imediatamente visíveis, "estão na cara", quando levantam suspeitas acerca de alguma deficiência em alguém. De fato, na identificação de crianças nas condições de descrição como deficiente mental, deficiente auditivo e deficiente físico, houve mais indicadores relativos a face

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que na condição de descrição como normal, onde houve predominância de indicadores relativos aos olhos (Tabela 23).

Nas folhas de resposta, onde os sujeitos anotaram o número da fotografia que correspondia à criança da descrição, constavam, além da questão sobre os indicadores com base nos quais haviam feito essa identificação, outra questão que se referia a eventual dificuldade encontrada na execução da tarefa solicitada. Esses dados também foram tabulados e analisados.

Como eram 92 sujeitos que realizaram duas tarefas de identificação da criança descrita na folha, havia um total de 184 situações de escolha de fotografias. Desse total, em 113 (61%) situações os sujeitos relataram alguma dificuldade na execução da tarefa de escolha. Uma análise preliminar mostrou que essas dificuldades independeram totalmente do sexo das crianças cujas fotografias eram apresentadas em cada situação de julgamento. Portanto, os dados relativos a fotografias de meninos foram reunidos àqueles relativos a fotografias de meninas. Esse resultado pode ser visto na Tabela 24.

Tabela 24 - Dificuldades encontradas pelos sujeitos na realização da tarefa de identificar a criança da descrição.

	DM	DA	DF	NM	Total
sim	29	31	24	29	113
não	18	15	21	17	71
Total	47	46	45	46	184

À primeira vista, as frequências com que essas dificuldades foram encontradas também parecem independer da condição de descrição da criança. De fato, calculando o qui-quadrado, foi encontrado o valor 1,931 (g.l. = 3), que está longe de ser significante.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Portanto, pode-se dizer que as várias dificuldades encontradas não foram determinadas pela natureza da descrição da criança a ser identificada nem pelo sexo dessa criança.

Analisando a natureza das dificuldades relatadas, verificou-se que apenas 18 (16%) estavam, de algum modo, relacionadas à descrição da criança. Incluíram-se aí dificuldades como aquelas decorrentes do fato de o sujeito não conhecer o tipo de criança deficiente da descrição ou do fato de a descrição não fornecer indícios claros a serem observados. A maior parte das dificuldades relatadas referia-se à própria natureza da tarefa. Esse tipo de dificuldade foi relatado em 52 (46%) situações de escolha e referia-se principalmente à limitação ou inadequação de se julgar a presença da deficiência olhando para a fotografia do rosto da criança. Outras 43 (38%) dificuldades relatadas eram bastante variadas e não se referiam nem à descrição nem à tarefa.

Essa análise da natureza das dificuldades relatadas pelos sujeitos revelou um fato muito interessante. Houve um elevado número de relatos de dificuldades (em 46% das situações de escolha) que se referiam à inadequação de se julgar se a criança era deficiente ou não, olhando para suas fotografias. Isto pode estar revelando uma postura cuidadosa por parte desses sujeitos. Resta saber se esses mesmos sujeitos, futuros professores, não estarão fazendo julgamentos enviesados da competência de seus alunos, com base em limitadas informações, quando a experiência profissional lhes tiver conferido maior segurança e autoridade.

Este terceiro estudo confirmou, de modo direto e inequívoco, aquilo que os dados disponíveis na literatura especializada estavam sugerindo. Nos estudos sobre a relação entre a atratividade física facial e a competência, têm sido adotados procedimentos experimentais em que uma determinada tarefa de avaliação e julgamento de competência é apresentada a sujeitos, acompanhada de fotografias de pessoas variando em AFF.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Os resultados desses estudos indicam que, quando a fotografia que acompanha a tarefa é de baixa atratividade, os sujeitos fazem uma avaliação mais negativa da competência do que quando a fotografia é de alta atratividade.

Os resultados desses estudos sugerem que as pessoas podem associar a baixa AFF à baixa competência. Entretanto, não foi encontrado na literatura especializada nenhum estudo que investigasse diretamente essa associação, em situações onde os sujeitos devessem apontar a pessoa deficiente dentre algumas pessoas diferentes em atratividade. O nosso estudo realizou essa prova diretamente e demonstrou que crianças com baixa AFF foram mais frequentemente escolhidas como deficientes mentais, deficientes auditivas ou deficientes físicas que as de alta AFF. Por outro lado, crianças com alta AFF é que tenderam a ser escolhidas como sendo normais.

Esses achados podem ter importante implicação na Educação Especial, se considerar que ainda é prática corrente o professor de classe regular iniciar o processo de reconhecimento de algum aluno, dentre vários da classe, como sendo deficiente. É verdade que, nesse caso, o professor dispõe de uma série de dados sobre seus alunos. De qualquer modo, é necessário ter em mente que a AFF deles está indelével e marcantemente presente nesse conjunto de dados.

Estudo 4: Efeitos da Atratividade Física Facial sobre o Prognóstico

O estudo anterior evidenciou que as crianças com baixa atratividade física facial podem ser percebidas como sendo portadoras de alguma deficiência mais facilmente que as crianças com alta atratividade. Os efeitos da atratividade podem continuar operando nas relações sociais dessas crianças, mesmo depois de

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

terem sido percebidas como deficientes, e eventualmente encaminhadas a serviços especializados destinados a deficientes.

Dependendo da natureza dos serviços especializados, os alunos atraentes podem ser mais frequentemente encaminhados que os alunos não atraentes. O estudo realizado por Barocas e Black (1974) evidenciou que alunos atraentes haviam sido encaminhados a serviços especializados, motivados principalmente por problemas de fala e de leitura, mais frequentemente que os alunos não atraentes. Esses serviços parecem ser relativamente pouco estigmatizantes e parecem poder ser considerados como sendo educacionalmente úteis, capazes de auxiliar os alunos a superarem alguma dificuldade na escola.

Esse tipo de encaminhamento pode também estar baseado na suposição de que alunos atraentes têm mais condições de tirar proveito dos serviços especiais que alunos não atraentes. Um estudo realizado no contexto clínico, por Barocas e Vance (1974), evidenciou a existência de uma relação direta entre a AFF de clientes de um serviço de aconselhamento e o prognóstico feito pelos conselheiros. Os clientes atraentes tinham prognóstico mais favorável que os clientes não atraentes.

Outro estudo, realizado por Cash, Kehr, Polyson e Freeman (1977), mostrou que a previsão de um futuro feliz ou infeliz, com poucos ou numerosos problemas, feita por estudantes universitários, após ouvir uma entrevista gravada, estava positivamente correlacionada à atratividade da fotografia que era apresentada como sendo a da pessoa entrevistada. Havia duas versões de entrevistas: uma sugeria que a pessoa entrevistada era bem ajustada e a outra, bem desajustada. A ocorrência da correlação positiva entre a atratividade e a previsão do futuro feliz não dependeu da natureza do conteúdo da entrevista gravada, isto é, o ajustamento ou o desajustamento da pessoa entrevistada.

Esses estudos apontam que as previsões de resultados futuros também podem ser influenciadas pela atratividade física

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

facial. Pode estar aí operando a associação que as pessoas podem fazer entre a AFF e a capacidade de tirar proveito das oportunidades. Talvez por isso as crianças mais atraentes tivessem sido encaminhadas a serviços especializados mais frequentemente que as menos atraentes, segundo revelou o estudo de Barocas e Black (1974), ao menos com relação a serviços que não eram tão estigmatizantes como classes especiais para deficientes mentais.

A avaliação do resultado de um tratamento especializado parece também depender da AFF do cliente. Shapiro, Struening, Shapiro e Barten (1976), estudaram algumas variáveis correlacionadas à percepção da melhora em pacientes que estavam em tratamento psicoterápico. Esses autores demonstraram a existência de correlação positiva significante entre a melhora percebida no paciente e a atratividade dele, segundo a avaliação dos terapeutas, bem como entre a melhora percebida no paciente e a atratividade do terapeuta, segundo a avaliação dos pacientes. Os terapeutas perceberam maior progresso na terapia de pacientes atraentes que na de pacientes menos atraentes. Similarmente, os pacientes perceberam um melhor progresso na terapia deles próprios, quando avaliavam os seus terapeutas como atraentes do que quando os avaliavam como menos atraentes.

O estudo relatado a seguir teve o propósito de verificar em que extensão a AFF de crianças submetidas a um mesmo tratamento especializado pode influenciar a previsão de resultados desse atendimento.

Método

Sujeitos

Atuaram como sujeitos 50 estudantes, todas do sexo feminino, sendo 25 do 3º ano de Pedagogia, alunas da Habilitação

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

em Educação Especial, e 25 do 1º ano de Fonoaudiologia. A idade dos sujeitos variou de 18 a 56 anos, com a média de 22 anos.

Material

Foram utilizadas 15 fotografias de meninos e 15 de meninas. A atratividade física facial das crianças dessas fotografias havia sido avaliada previamente. Eram as mesmas fotografias utilizadas no estudo anterior sobre a relação entre a AFF e percepção de deficiências. Portanto, para cada sexo, cinco fotografias eram de atratividade alta (AA), cinco de atratividade moderada (AM) e cinco de atratividade baixa (AB). Foi também utilizado um caderno de questões contendo três folhas.

Procedimento

Os sujeitos foram introduzidos na sala preparada para esse fim, em grupo de cinco, mas realizaram as tarefas individualmente. Inicialmente, receberam a 1a. folha do caderno de questões, onde constava convite para participar de uma pesquisa sobre percepção de pessoas e instruções sobre as tarefas que a seguir realizariam. Essas instruções informavam que as crianças, cujas fotografias receberiam em seguida, sofriam de uma perda moderada da audição e, em consequência, apresentavam alterações expressivas na linguagem oral, razão por que estavam recebendo tratamento fonoaudiológico. A tarefa solicitada aos sujeitos era a de examinar as fotografias dessas crianças e indicar qual delas teria o melhor resultado no tratamento fonoaudiológico. Os sujeitos eram informados de que executariam essa tarefa duas vezes: uma vez com fotografias de três meninos e outra vez com fotografias de três meninas. Após a leitura dessas instruções, os sujeitos preencheram um quadro de informações, constante dessa 1a. folha, onde eram soli-

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

citados alguns dados de identificação de cada sujeito. Terminada a tarefa desta 1a. folha, os sujeitos receberam a 2a. folha, juntamente com três fotografias de meninos ou de meninas, sendo uma fotografia AA, uma fotografia AM e uma fotografia AB. A tarefa dos sujeitos consistia em identificar a criança, dentre as três cujas fotografias acompanhavam a 2a. folha, que poderia obter o melhor progresso no tratamento fonoaudiológico, anotando no espaço próprio o número que identificava a fotografia dessa criança. Terminada essa tarefa, a folha e as três fotografias eram recolhidas e entregue ao sujeito a 3a. folha acompanhada de fotografias de crianças do sexo oposto, sendo uma de cada nível de AFF. A tarefa a ser executada era a mesma da 2a. folha. Os cadernos de questões foram previamente montados e colocados em uma ordem tal que sujeitos de número ímpar examinavam primeiro as fotografias de meninos e depois as de meninas, e os sujeitos de número par realizavam as tarefas na ordem inversa. Além disso, tomou-se o necessário cuidado para que cada fotografia fosse examinada por um número aproximadamente igual de sujeitos.

Resultados e Discussão

Cada sujeito escolheu uma fotografia de menino e uma de menina como sendo de crianças que obteriam melhor resultado no tratamento fonoaudiológico. Os resultados encontrados e apresentados na Tabela 25 indicam, portanto, o número de vezes que as fotografias de cada nível de AFF foram escolhidas por estudantes de Educação Especial e de Fonoaudiologia. O exame da Tabela 25 mostra que, tanto para os meninos quanto para as meninas, as escolhas dos sujeitos de Educação Especial e dos de Fonoaudiologia ocorreram mais frequentemente para as fotografias AA, seguidas de AM e, por último, de AB. Os resultados apresentados pelo grupo de estudantes de Educação Especial são

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

bastante semelhantes aos dos do grupo de estudantes de Fonoaudiologia. Portanto, os dados desses dois grupos foram reunidos em um só conjunto, como pode ser visto nas duas últimas colunas da Tabela 25, para fins de análise estatística.

Dos 50 sujeitos, 26 apontaram as fotografias AA, 19 as fotografias AM e cinco as fotografias AB, de meninos, como sendo da criança que, dentre as três apresentadas, poderia obter o melhor progresso no tratamento fonoaudiológico; para as fotografias de meninas, 28 sujeitos escolheram as fotografias AA, 17 as fotografias AM e cinco as fotografias AB. Analisando esses resultados através do qui-quadrado, foram obtidos os valores 13,693 ($p<0,01$) e 15,849 ($p<0,001$), para as fotografias de meninos e as de meninas, respectivamente. Esses valores de qui-quadrado, estatisticamente significantes, mostram que o nível de atratividade física facial das crianças influenciou a previsão de resultados de um atendimento especializado, levando os sujeitos a previrem um prognóstico favorável mais frequentemente para as crianças mais atraentes que para as menos atraentes.

Tabela 25 - Frequência de escolha das fotografias de cada nível de atratividade física facial.

	Educ. Especial		Fonoaudiologia		Total	
AFF	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
AA	12	14	14	14	26	28
AM	12	8	7	9	19	17
AB	1	3	4	2	5	5
Total	25	25	25	25	50	50

A atratividade física facial influenciou a previsão de resultados de atendimento especializado, feita por sujeitos que eram

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

estudantes universitários e portanto não tinham nem conhecimentos especializados nem a prática para lidar com situações onde previsões daquela natureza são feitas. Entretanto, mesmo os profissionais qualificados parecem não estar imunes a tal efeito, como sugeriu o estudo de Barocas e Vance (1974).

No estudo realizado por Barocas e Vance (1974), os sujeitos fizeram a previsão de resultado de aconselhamento psicológico de clientes adultos de ambos os sexos. Esses autores encontraram, nas previsões feitas por seus sujeitos, correlações positivas entre o nível de AFF e o prognóstico, tanto para clientes do sexo masculino quanto para os do sexo feminino. Os sujeitos utilizados por Barocas e Vance eram 15 profissionais que faziam parte da equipe de um serviço de aconselhamento psicológico, sendo 11 do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Quatro desses conselheiros tinham o nível de doutorado e os demais tinham o nível de mestrado ou estavam próximos da conclusão do doutorado.

Os resultados encontrados no nosso estudo recomendam a necessidade de se incluírem discussões sobre questões dessa natureza na formação de profissionais que realizam atendimentos especializados. Entretanto, conhecimentos especializados sobre o assunto podem não eliminar suscetibilidade a tais efeitos, como sugeriram os achados de Barocas e Vance (1974). Portanto, os profissionais precisam aprender a lidar adequadamente com a sua percepção, que pode estar sendo influenciada por variáveis como a atratividade física facial do usuário desse serviço especializado.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

EPÍLOGO

TENDÊNCIAS RECENTES NO ESTUDO DA ATRATIVIDADE FACIAL

Os quatro estudos descritos nos capítulos anteriores trazem evidências claras da importância que tem a aparência física de uma pessoa para a construção de sua identidade social, como portadora de determinadas características como as deficiências ou, ao contrário, as competências. A beleza como fonte de importantes determinantes sociais de julgamentos e comportamentos não tem merecido a devida atenção por parte de pesquisadores brasileiros de áreas de conhecimento que se ocupam de questões psicossociais. Mas, pouco mais de 20 anos após a realização das pesquisas aqui relatadas, novas perspectivas se apresentam, inclusive com relação à aparência de pessoas com deficiência.

As deficiências são tradicionalmente tratadas como condições decorrentes de alguma anomalia no organismo da pessoa identificada como deficiente, afetando-lhe o seu funcionamento eficiente em diferentes áreas de competências. Há, entretanto, pouco mais de meio século que questões sociais relacionadas a deficiências vêm sendo levantadas por alguns estudiosos (por exemplo, DEXTER, 1956, 1958, 1960, 1962; FREIDSON, 1965; MERCER, 1965, WRIGHT, 1960). Na perspectiva desses autores, o fenômeno da deficiência não pode ser visto e tratado como restrito aos limites corporais da pessoa reconhecida como deficiente. A leitura da realidade da deficiência, feita por pessoas com as quais o deficiente convive, e as reações apresentadas por estas determinam em larga escala as condições sob as quais a pessoa deficiente pode funcionar, criando-lhe oportunidades e cobranças. A deficiência não mais pode ser tratada como uma tragédia pessoal de quem é visto

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

e tratado como deficiente nem de seus familiares. Quando nasce uma criança com deficiência, toda a comunidade precisa compreender que se trata de um problema a ser enfrentado coletivamente, como bem apontou Correr (2003).

As abordagens sociais contribuíram para que fossem construídos diferentes modos de se conceberem as deficiências. Nesse contexto, até mesmo severas alterações físicas como o desfiguramento facial passaram a ser interpretadas como tendo componentes cultural e socialmente definidas (ELKS, 1990). A aversão que uma cicatriz horrenda na face causaria nas pessoas, em tempos normais, pode ser interpretada e até admirada como sinal de bravura em tempos de guerra ou conflitos armados intergrupais. Assim, qualquer condição considerada anormal pode ter seu substrato biológico, mas as diferentes significações a ela atribuídas podem determinar fortemente as oportunidades ou impedimentos de quem a possui.

Em se tratando de crianças em idade escolar com acentuadas diferenças faciais, o seu desenvolvimento educacional pode ser influenciado por julgamentos das pessoas com as quais convivem. Podem necessitar de esforços adicionais para o enfrentamento de expectativas negativas e a estigmatização. Naturalmente, nessas condições, a sua autoestima e a autoimagem podem estar comprometidas. Portanto, as correções de deformidades faciais vão além da mera cirurgia estética para melhorar a aparência (STEPHAN, 2003).

Além do prejuízo que deformidades e alterações craniofaciais que denotam alguma anomalia acarretam nas crianças, causam desconforto também nos seus pais, em decorrência de curiosidades ou repulsas demonstradas pelas pessoas em diferentes ambientes sociais. A visibilidade dessas alterações tem relação direta com esse desconforto da parte dos pais. Os pais de crianças que passaram por cirurgias estéticas ou corretivas in-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

formaram ter melhorado as reações das outras pessoas, com manifestações positivas (COSTA, 2000). Os participantes do estudo de Phillips e Whitaker (1979) informaram melhoria em vários aspectos de suas vidas após a cirurgia e que a fariam de novo[1]. Entretanto, esses autores chamaram a atenção de que não é a mera correção da deformidade que pode resolver os vários problemas vivenciados por essas pessoas com deformidades craniofaciais. O próprio estresse decorrente do tratamento pode criar novos problemas, se não for dado à família o devido suporte.

Em vista da crescente compreensão do importante papel desempenhado pela aparência, investigações de fenômenos psicossociais associados notadamente à atratividade facial têm ocupado espaço em várias publicações. Entre as pessoas com deficiência, têm merecido especial atenção aquelas com síndrome de Down, cujas características físicas, em particular as faciais, são imediatamente evidentes. Mesmo pessoas leigas prontamente podem perceber que há algo de diferente naquelas que têm a síndrome de Down, podendo comprometer a qualidade das relações interpessoais que elas mantêm no seu meio social.

Em 1985, Mearig fez uma revisão de pesquisas envolvendo questões psicológicas e éticas relacionadas a cirurgia de crianças com síndrome de Down. O autor concluiu que as cirurgias eram motivadas tanto em função dos estereótipos negativos decorrentes da aparência física quanto com o propósito de ocasionar alguma melhoria funcional, notadamente a fala. A redução nas características faciais típicas em crianças com síndrome de Down pode contribuir para melhorar a integração social e o autoconceito, assim como construir expectativas mais altas acerca do seu desempenho. Entretanto, alerta o autor que os programas de aprendizagem são

[1] Do estudo de Costa (2000) participaram 52 pais e 52 mães de crianças com síndrome de Down, deficiência física (casos de hidrocefalia, paralisia cerebral, mielomeningocele, meningite e tumor cerebral) e deformidades craniofaciais (fissura labial, dacriocistite, queimaduras e anomalias craniofaciais). Os participantes do estudo de Phillips e Whitaker (1979) tinham sequela de traumatismo, disostose craniofacial, síndrome de Treacher-Collins e hipertelorismo.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

mais importantes que as cirurgias. São os programas de atendimento que efetivamente ajudam a criança com síndrome de Down a desenvolver as competências necessárias. Phillips e Whitaker (1979), com relação à correção cirúrgica de deformidades craniofaciais, também haviam alertado que não é a melhoria na aparência que resolve muitos dos problemas vivenciados por essas pessoas.

Nos anos mais recentes, têm sido investigadas as opiniões de médicos e de pais acerca da cirurgia facial de crianças com síndrome de Down, visando a reduzir a aparência que denota anomalia. Os pais tendem a apresentar opiniões mais divergentes que os médicos. Entre os pais, podem ser encontrados tanto opiniões francamente favoráveis a respeito da cirurgia quanto pontos de vista reticentes (GOEKE, 2003; GOEKE; KASSOW; MAY; KUNDERT, 2003). No estudo de Katz, Kravetz e Marks (1997), evidenciou-se que, de um modo geral, os pais eram favoráveis à cirurgia de seus filhos com síndrome de Down, valorizando mais as consequências físicas que as psicológicas e sociais. Os pais demonstraram ser mais favoráveis que as mães. Como era esperado, os pais e mães que aceitavam menos a criança com síndrome de Down demonstraram ser mais favoráveis à cirurgia. Já no estudo de Goeke (2003) e Goeke e colaboradores (2003), poucos pais aceitaram a cirurgia plástica de seus filhos com síndrome de Down (12% do total de 466 participantes). Concordaram que a cirurgia pode ser recomendada em condições muito especiais, dependendo do nível de comprometimento da criança, e consideraram que essa decisão é uma questão pessoal. Dentre os que apoiaram a cirurgia, a maioria (63%) apontou motivos relacionados à melhoria nas condições de vida das crianças, como a fala, respiração e alimentação. Uma pequena parcela (25%) apontou a cirurgia como uma forma de reduzir o estigma.

Essas diferenças podem ser devidas à formação cultural e religiosa dos pais. Katz e colaboradores (1997) utilizaram questionários com os pais de 22 crianças com síndrome de Down, sendo

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

20 pais e 22 mães, voluntários de uma organização de pais, que provê informações e suporte às famílias de crianças com síndrome de Down, em Israel. Já Goeke (2003) e Goeke e colaboradores (2003) aplicaram questionário a 466 pais ou responsáveis de crianças com síndrome de Down, todos membros de grupo de advocacia na região nordeste dos Estados Unidos da América. Os filhos com síndrome de Down, no estudo realizado nos Estados Unidos da América, eram relativamente mais velhos (média de 14,37 anos e desvio padrão de 10,35 anos) que os do estudo de Israel (média de 6,4 anos e desvio padrão de 2,1 anos). Essa diferença representa experiência diferenciada de convívio com filhos com síndrome de Down e de exercício da parentalidade.

Comparadas as opiniões dos médicos com as dos pais, verifica-se que aqueles aceitavam melhor do que estes a ideia de reduzir o estigma por meio da cirurgia reparadora. No estudo de May e Turnbull (1992), os médicos apontaram motivos clínicos – como a melhora na fala, alimentação e respiração - para recomendar a cirurgia em crianças com síndrome de Down, mas a razão mais frequentemente apontada foi a de normalizar a aparência e reduzir o estigma (indicada por 80% do total de 100 participantes).

Dentre os pais que não aceitavam a cirurgia, a grande maioria (95%) disse aceitar o filho com síndrome de Down como ele é. Em uma proporção menor, os pais disseram não aprovar a cirurgia para evitar desconforto ou dor no paciente (GOEKE e colaboradores, 2003). Já os pais participantes do estudo de Katz e colaboradores (1997), mesmo sendo bastante favoráveis à cirurgia plástica de seus filhos com síndrome de Down, apontaram como mais importantes as consequências físicas da cirurgia e não psicológicas ou sociais. Os médicos ouvidos por esses autores valorizaram igualmente as consequências físicas, psicológicas e sociais.

Reunindo esses achados, pode-se sugerir a possibilidade de ser difícil para os pais admitir que a aparência de anomalia de

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

seus filhos possa ocasionar desconforto a ponto de sugerir a realização de cirurgia plástica para minimizar os traços da síndrome. Há ampla evidência de que as crianças com alta atratividade facial podem beneficiar-se nas relações interpessoais no seu meio social, mais do que seus pares de baixa atratividade. Conforme o estudo 3 relatado no capítulo anterior evidenciou, a baixa atratividade pode ser associada à presença de alguma deficiência, segundo o julgamento dos outros. Além disso, os pais de crianças com deficiência física, síndrome de Down e deformidades craniofaciais se incomodavam com a atenção que a aparência de seus filhos chamava em diferentes locais (COSTA, 2000).

Ainda que, nas sociedades modernas, a aparência seja tão valorizada e vultosos recursos sejam mobilizados para cuidar da aparência física das pessoas, parece não ser socialmente correto os pais de crianças com síndrome de Down (por extensão, qualquer traço que evidencia diferença expressiva interpretada como indicação da presença de alguma anomalia) demonstrarem incômodo por isso. Goffman (1963), no seu antológico ensaio, já se referia a uma situação duplamente constrangedora em que poderiam descobrir-se os indivíduos portadores de uma condição vergonhosa: vergonha de ter vergonha da sua própria condição. Nessa perspectiva, a resistência em admitir a melhoria na aparência como motivo da aceitação da cirurgia plástica de crianças com síndrome de Down pode até ter o sentido de uma resposta ajustada a esse tipo de demanda social.

O reconhecimento da melhoria na aparência ou modificação de algum traço que pode comprometer a estética corporal, facial em particular, em pessoas comuns, é amplamente aceito sem nenhum constrangimento. Assim, é tentador cogitar a respeito da possibilidade de, no cenário de manejo das diferenças para harmonizar a vida coletiva de pessoas com tantas e tamanhas diferenças, as características que denunciam anomalias a serem evi-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

tadas podem ser mantidas e eventualmente até acentuadas para aumentar-lhe a visibilidade (OMOTE, 2004). Aprender a cuidar da sua própria aparência, mantendo-a adequada para cada ocasião, talvez não seja uma competência tão valorizada em pessoas com deficiência quanto o é em pessoas comuns.

A face é a parte do corpo seguramente mais importante para informar, por meio da sua aparência, muitas coisas a respeito da pessoa. Do ponto de vista neuromuscular, é bastante especializada, permitindo os mais variados movimentos musculares que resultam nas infinitas expressões faciais de pessoas. É dela que emana a comunicação mais significativa do homem, a fala. É nela que se encontram as principais entradas sensoriais, sendo duas mais importantes para a interação do homem com o seu meio, a visão e a audição. Assim, é bastante razoável que a sociedade disponibilize um arsenal enorme de cosméticos, adereços, cirurgias e exercícios musculares para administrar eficientemente a aparência da face.

Na área da Odontologia, há indicação explícita de que o dentista, no exercício de suas atividades profissionais, precisa ter em mente a promoção da estética do sorriso. Uma das funções da ortodontia é a de melhorar a aparência facial do paciente (MICHELI; AUN; YOUSSEF, 1987). A importância dos elementos dentais na aparência da face fica evidente no manejo da atratividade do sorriso em fotografias. Cinco dos seis traços manipulados por meio de recursos da computação gráfica para produzir fotografias de faces com sorriso ideal referiam-se a algum traço da dentição (RODRIGUES; LOFFREDO; CANDIDO; OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

A cirurgia ortognática se destina a reparar as deformidades dentofaciais. A cirurgia melhora a atratividade da face, porém ainda menos atrativa que as faces prototípicas, constituídas a partir da média de uma amostra de faces[2]. Silva (2009) verificou

[2] A face média, constituída a partir de uma amostra de faces de uma população por meio de recursos computacionais, tem sido utilizada em pesquisas com atratividade facial, como veremos mais adiante.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

que os pacientes que fizeram a cirurgia ortognática apresentaram melhora nas condições psicológicas e diminuição na ansiedade.

Para tentar compreender as razões pelas quais se associam às faces atraentes as qualidades positivas e às não atraentes as qualidades negativas, inclusive as deficiências, vêm sendo formuladas hipóteses evolucionistas. Nessa perspectiva, alguns padrões faciais têm merecido especial atenção: face simétrica, face média e dimorfismo facial de gênero.

Os estudos sobre a atratividade facial, que eram predominantemente descritivos e correlacionais, puderam dar um grande salto no delineamento com o advento e a popularização dos recursos de computação gráfica. Diferentes características faciais podem ser convenientemente manipuladas para o estudo de seus efeitos específicos sobre a atratividade percebida.

Sem dispor desses recursos, Omote (1999) procurou identificar os componentes da atratividade física facial por meio de questionário respondido individualmente e de discussão em pequenos grupos. Em ambos os procedimentos, foram apontados a configuração geral da face e os olhos como elementos mais importantes para a composição de uma face atraente.

A simetria da face na definição da sua atratividade vem merecendo atenção dos investigadores, porque as faces naturais apresentam, em maior ou menor extensão, alguma assimetria. Com os recursos de computação gráfica, faces rigorosamente simétricas podem ser produzidas. São utilizadas basicamente duas técnicas: a técnica de hemiface, que consiste na composição de uma face com uma das metades (direita-direita ou esquerda-esquerda), e a técnica de *morphing*, que consiste na aproximação entre a face real e a sua imagem refletida no espelho. A aproximação da face real da sua imagem aumenta a simetria. A face rigorosamente simétrica contém 50% da face real e 50% da face refletida (SILVA, 2005; SILVA; FUKUSIMA, 2010).

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

As faces simétricas produzidas por composição de hemiface nem sempre são mais atraentes que as faces originais, com pequena assimetria, chamada assimetria flutuante. A simetria parece determinar a atratividade facial por sinalizar a saúde da pessoa, e portanto teria valor adaptativo (FINK; PENTON-VOAK, 2002). Mas, as faces simétricas podem reproduzir pequenas alterações presentes em um dos lados da face na sua composição final e podem perder a expressão da naturalidade, o que explicaria a diminuição na atratividade em alguns casos (SILVA; FUKUSIMA, 2010). Portanto, não se pode generalizar que as faces simétricas produzidas pela composição das hemifaces sejam menos atraentes ou mais atraentes que as faces originais. Parece depender da natureza dos traços que são duplicados. Não é a simetria em si que isoladamente parece determinar o aumento na atratividade de uma face.

A simetria produzida pela técnica de *morphing* pode contribuir para suavizar algum traço desarmônico presente em um dos lados da face, em vez de duplica-lo, como ocorre na face simétrica produzida pela técnica de composição das hemifaces. Nessas condições, de fato, as faces simétricas produzidas por *morphing* têm sido sistematicamente preferidas às originais (RHODES, 2006; SILVA, 2005; SILVA; FUKUSIMA, 2010). A atratividade dessas faces simétricas também parece depender, pelo menos em parte, de elementos faciais externos, como o cabelo e a orelha, sugerindo mais uma vez que a simetria isoladamente pode não determinar a atratividade da face.

Outro padrão utilizado no estudo da atratividade física facial, na identificação de seus possíveis componentes e sua função, é a face média. Uma face média ou prototípica, como também é referida, é produzida pela fusão de uma amostra de faces de uma população por técnica de *morphing*. De um modo geral, a face média é percebida como mais atraente que as faces que a compõem (FINK; PENTON-VOAK, 2002; RHODES; TRE-

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

MEWAN, 1996). A atratividade da face média pode ser melhorada aumentando a quantidade de faces envolvidas na sua composição. Quando foi avaliada a atratividade de faces médias derivadas de 4, 8, 16 e 32 faces, verificou-se que, quanto mais faces estavam envolvidas no composto, este era percebido como mais atraente (BRUCE; YOUNG, 1998). Outra maneira de obter face média atraente é fazer a composição a partir de faces individualmente consideradas atraentes. Perrett, May e Yoshikawa (1994) verificaram que a média das faces atraentes (composto atraente) era mais atraente que a média da amostra total de onde aquelas foram extraídas (face média). Mais ainda, aumentaram a atratividade do composto atraente mediante a acentuação das diferenças entre os dois padrões constituídos. Inversamente, a atratividade de um composto diminui na medida em que se afasta da média (RHODES, 2006).

Essas evidências levantam uma questão sobre o significado da face média. Segundo Zebrowitz (1998), a face média é mais atraente que aquelas das quais derivam, porque a média torna a face mais familiar e as pessoas tendem a preferir o familiar. O autor aventurou também uma possível razão evolucionária, segundo a qual as pessoas preferem características próximas da população média para evitar aquelas que podem carregar alterações genéticas. Talvez um pouco nessa direção, o estudo de Silva (2009) evidenciou que os pacientes com deformidades dentofaciais que fizeram a cirurgia ortognática tiveram a sua atratividade facial melhorada, porém considerada menos atraente que as faces prototípicas das amostras às quais pertenciam.

Embora os critérios de atratividade possam variar amplamente de uma cultura para outra e de uma época para outra, há faces que são consideradas atraentes em diferentes épocas por diferentes comunidades. Perrett, May e Yoshikawa (1994) investigaram a atratividade de faces médias compostas de diferentes

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

maneiras e encontraram os mesmos resultados entre participantes caucasianos e japoneses, sugerindo haver alguma constante nas características faciais consideradas atraentes. Mona Lisa pode ser o maior ícone do caráter universal da atratividade facial pela enigmática beleza eternizada durante os últimos cinco séculos.

Na interpretação dos resultados encontrados nas investigações sobre a atratividade facial, há forte tendência a construir uma prototeoria evolucionária para dar sentido a invariantes na equação para a construção da atratividade facial no oceano de modismos efêmeros que inundam a vida das pessoas com os mais variados e diferenciados recursos para a administração da beleza facial. A atração pela face simétrica e face média parece estar vinculada a questão da integridade física e ao gênero, isto é, em última instância, à escolha do parceiro. Uma condição que parece ter papel importante na determinação da atratividade facial é o dimorfismo de gênero. O dimorfismo sexual parece estar na base da percepção de uma face como atraente. A feminilidade na face de mulher e a masculinidade na face de homem aumentam a atratividade dessas faces (RHODES, 2006; SILVA; FUKUSIMA, 2010).

A simetria por *morphing* produz face considerada atraente e pode ser interpretada como sinal de saúde do indivíduo, sendo preferida à face original. Já a face simétrica produzida pela composição de hemiface direita-direita ou esquerda-esquerda nem sempre é considerada mais atraente que a face original, por que perde expressão de naturalidade e pode duplicar eventuais alterações em algumas características faciais, o que pode sugerir algum comprometimento na integridade física do indivíduo (FINK; PENTON-VOAK, 2002; SILVA; FUKUSIMA, 2010).

A explicação da preferência por face atraente, baseada em "bons genes", sugere preferência por indivíduos saudáveis. Jones e colaboradores (2001) encontraram correlação positiva entre a simetria e percepção de saúde e entre atratividade e percepção

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

de saúde. A face simétrica foi percebida como mais saudável que a face normal. Além disso, esta correlação foi mais forte no julgamento de faces do gênero oposto que do mesmo gênero, reforçando a explicação baseada em "bons genes". Zaidel, Aarde e Baig (2005) também encontraram forte correlação entre simetria e percepção da saúde. Para eles, a simetria pode ser uma variável crítica para a percepção da saúde, mas não necessariamente para a percepção da atratividade facial. Aventaram a hipótese de que a face humana foi formatada por pressão evolutiva para ser naturalmente assimétrica.

Assim como a face simétrica constituída por *morphing*, a face média composta a partir de uma amostra de faces também pode ser associada à integridade física do indivíduo. O aumento na simetria e na aproximação à média resultou no aumento na percepção da saúde do indivíduo, segundo o estudo realizado por Rhodes e colaboradores (2001). Na interpretação de Zebrowitz (1998), a pressão evolucionária faz as pessoas preferirem pares com características próximas da população média, o que pode ser garantia da integridade deles.

Conclusão

A atração pelo belo, sobretudo da face, parece não ser determinada social ou culturalmente. Podem sê-lo o estabelecimento de critérios ou padrões de beleza e a escolha de diferentes artifícios empregados com o propósito de gerenciar a atratividade. Evidências que dão suporte à ideia evolucionária acerca da preferência pelas faces atraentes são fornecidas pelas investigações que, com os recursos da computação gráfica, permitem manipular as características faciais para a realização de estudos experimentais.

A face simétrica tende a ser avaliada como mais atraente que a assimétrica. Mas, a face simétrica produzida pela compo-

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

sição de uma das hemifaces (direita-direita ou esquerda-esquerda) pode ser avaliada como menos atraente por perder a naturalidade. Além disso, a presença de alguma alteração na hemiface da qual é constituído o composto, essa característica é duplicada na face final. Uma pequena assimetria, referida como assimetria flutuante, não prejudica a atratividade. A face simétrica produzida por procedimento de *morphing*, no qual a simetria perfeita resulta da fusão de uma face com a sua imagem refletida no espelho, é percebida como mais atraente que a face original. Além disso, a simetria facial se correlaciona positivamente com a percepção da saúde do indivíduo; há também correlação positiva entre a atratividade e a percepção da saúde. Mais ainda, essas relações são mais fortes no julgamento de faces do gênero oposto que no de mesmo gênero.

A face média, produzida pela fusão de uma amostra de faces, é percebida como mais atraente que as faces das quais foi composta. A face média constituída pela subamostra de faces individualmente consideradas atraentes é percebida como mais atraente que a face média resultante da amostra total. A face média também se correlaciona positivamente com a percepção da saúde do indivíduo. Duas possíveis razões são apontadas para a maior atratividade percebida em faces médias: (1) a média torna a face mais familiar e as pessoas preferem o familiar; e (2) as pessoas preferem as faces cujas características se aproximam da população média por entenderem que há menor possibilidade de carregar alterações genéticas.

Outra condição estreitamente relacionada ao julgamento da atratividade facial é o dimorfismo de gênero. A presença de traços de feminilidade na face de mulher e de traços de masculinidade na face de homem torna essas faces mais atraentes que quando tais traços não são tão acentuados.

Por essas evidências encontradas em pesquisas experimentais, há forte tendência a levantar hipóteses evolucionárias

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

a respeito da atração pelo belo e da definição da beleza, sobretudo facial. Nessa perspectiva, há outros estudos, para além do escopo deste texto, que tratam da atratividade facial relacionada a eventos como ciclo menstrual e marcadores hormonais de gênero. As hipóteses evolucionárias podem coerentemente explicar a razão pela qual historicamente, em todas as comunidades, as deficiências e outras condições incapacitantes foram rejeitadas. Mas, a ambivalência, marca registrada das reações sociais face a pessoas estigmatizadas e excluídas, se encarrega de criar situações de exceção, quando algum deficiente pode ser eleito para representar um papel integrador, como um lunático que é eleito para ser adivinho, um cego que pode ser eleito para ser um sábio e conselheiro e tantas outras situações que os registros humanos acumulam.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

REFERÊNCIAS

ADAMS, G. R. Physical attractiveness research: Toward a developmental social psychology of beauty. *Human Development*, 1977, v. 20, p. 217-239.

ADAMS, G. R.; COHEN, A. S. Children's physical and inter-personal characteristics that effect student-teacher inter- actions. *Journal of Experimental Education*, 1974, v. 43, p.1-5.

ALGOZZINE, R. F. Attractiveness as a biasing factor in teacher-pupil interactions. *Dissertation Abstracts International*, v. 36, p. 7059-A, 1976.

ALLPORT, G. W. *Personalidade*: padrões e desenvolvimento.São Paulo: Herder, 1969.

ARGYLE, M. *A Interação Social*: relações interpessoais e comportamento social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BAROCAS, R.; BLACK, H. K. Referral rate and physical attractiveness in third-grade children. *Perceptual and Motor Skills*, v. 39, p.731-734, 1974.

BAROCAS, R.; KAROLY, P. Effects of physical appearance on social responsiveness. *Psychological Reports*, v. 31, p. 495-500, 1972.

BAROCAS, R.;VANCE, F. L. Physical appearance and personal adjustment counseling. *Journal of Counseling Psychology*. v. 21, p. 96-100, 1974.

BARTEL, N. R.; GUSKIN, S. L. A Handicap as a Social Phenomenon. In: CRUICKSHANK, W. M. (Org.). *Psychology of Exceptional Children and Youth*. Fourth Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p. 45-73, 1980.

BECKER, H. S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BENSON, P. L.; KARABENICK, S. A.; LERNER, R. M. Pretty pleases: the effects of physical attractiveness, race, and sex on receiving help. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 12, p. 409-415, 1976.

BERSCHEID, E. et al. Physical attractiveness and dating choice: a test of the matching hypothesis. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 7, p.173-189, 1971.

BRANDT, A. Face reading: the persistence of physiognomy. *Psychology Today*, v. 14, p.90-96, 1980.

BRUCE, V.; YOUNG, A. *In the Eye of the Beholder*: the science of face perception. New York: Osford University Press, 1998.

CAMPBELL, K. E.; KLEIM, D. M.; OLSON, K. R. Gender, physical attractiveness, and assertiveness. *Journal of Social Psychol*, v. 126, p. 697-698, 1986.

CASH, T. F. et al. Effects of cosmetics use on the physical attractiveness and body image of american college women. *Journal Social Psychology*, v. 129, p. 349-355, 1989.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

CASH, T. F.; KEHR, J. A.; POLYSON, J.; FREEMAN, V. Role of physical attractiveness in peer attribution of psychological disturbance. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 45, p. 987-993, 1977.

CASH, T. F.; SOLOWAY, D. Self-disclosure correlates of physical attractiveness: an exploratory study. *Psychological Reports*, v. 36, p. 579-586, 1975.

CAVIOR, N.; DOCKEKI, P. R. Physical attractiveness, perceived attitude similarity, and academic achievement as contributors to interpersonal attraction among adolescents. *Developmental Psychology*, v. 9, p. 44-54, 1973.

CAVIOR, N.; LOMBARDI, D. A. Developmental aspects of judgment of physical attractiveness in children. *Developmental Psychol.*, v. 8, p. 67-71, 1973.

CHUNG, P.; LEUNG, K. Effects of performance information and physical attractiveness on managerial decisions about promotion. *Journal of Social Psychology*, v. 128, p.791-801, 1987.

CLIFFORD, M. M.; WALSTER, E. The effect of physical attractiveness on teacher expectations. *Sociology of Education*, v.46, p.248-258, 1973.

COOK, M. Gaze and mutual gaze in social encounters. *American Scientist*, v. 65, p. 328-333, 1977.

CORRER, R. *Deficiência e Inclusão Social*: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003.

CROSS, J. F.; CROSS, J. Age, sex, race, and the perception of facial beauty. *Developmental Psychology*, v. 5, p. 433-439, 1971.

COSTA, T. P. G. *Influência da Aparência Física de Crianças Deficientes nas Relações Interpessoais, segundo a Percepção de seus Pais.* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, 2000.

DAVIS, F. Deviance disavowal: the management of strained inter-action by the visibly handicapped. *Social Problems*, v. 9, p.120-132, 1961.

DEXTER, L. A. Towards a Sociology of the mentally defective. *American Journal of Mental Deficiency*, 1956, n. 61, p. 10-16.

_____. A social theory of mental deficiency. *American Journal of Mental Deficiency*, v. 62, p. 920-928,1958.

_____. The Sociology of adjudication: Who defines mental deficiency? *American Behavioral Scientists*, v. 4, p.13-15, 1960. (a)

_____. On the Politics and Sociology of stupidity in our society. *Social Problems*, v. 9, p. 221-228, 1962.

DIENSTFREY, H. A doctor's more than a pretty face. *Psychology Today*, v. 3, p. 82-83, 1981.

SADAO OMOTE
Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

DION, K. K.Young children's stereotyping of facial attractiveness. *Developmental Psychology*, v. 9, p.183-188, 1973.

DION, K. K.; BERSCHEID, E. Physical attractiveness and peer perception among children. *Sociometry*, n. 37, p.1-12, 1974.

DION, K.; BERSCHEID, E.; WALSTER, E. What is beautiful is good. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 3, p.285-290, 1972.

EFRAN, M. G. The effect of physical appearance on the judgment of guilt, interpersonal attraction, and severity of recommended punishment in a simulated jury task. *Journal of Research in Personality*, n. 8, p. 45-54, 1974.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. *Unmasking the Face*. New Jersey: Prentice Hall, 1975.

ELKS, M. A. Another look at facial desfigurement. *Journal of Rehabilitation*, jan./mar., p. 36-40, 1990.

ELOVITZ, G. P.; SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in the judgments of school psychologists. *Journal of School Psychology*, n. 20, p.339-345, 1982.

ERIKSON, K. T. Notes on the sociology of deviance. *Social Problems*, n. 9, p.307-314, 1962.

FEATHER, B. L.; MARTIN, B. B.; MILLER, W. R. Attitudes toward clothing and self-concept of physically handicapped and able-bodied university men and women. *Home Economic Research Journal*, n. 7, p. 234-240, 1979.

FEINGOLD, A. Matching for attractiveness in romantic partners and same-sex friends: a meta-analysis and theoretical critique. *Psychological Bulletin*, n. 104, p. 226-235, 1988.

FINK, B.; PENTON-VOAK, I. Evolutionary Psychology of facial attractiveness. *Current Directions in Psychological Science*, v. 11, n. 5, p. 154-158, 2002.

FREIDSON, E. Disability as social deviance. In: SUSSMAN, M. B. (Org.). *Sociology and Rehabilitation*. Washington: American Sociological Association, p. 71-99, 1965.

GOEKE, J. Parents speak out: facial plasticl surgery for children with Down syndrome. *Education and Training in Developmental Disabilities*, v. 38, n. 3, p. 323-333, 2003.

GOEKE, J.; KASSOW, D.; MAY, D.; KUNDERT, D. Parental opinions about facial plastic surgery for individuals with Down syndrome. *Mental Retardation*, v. 41, n. 1, p. 29-34, 2003.

GOFFMAN, E. *Stigma*: Notes on the management of spoiled identity. New Jersey: Prentice-Hall, 1963.

GOLDBERG, P. A.; GOTTESDIENER, M.; ABRAMSON, P. R. Another put-down of women?: perceived attractiveness as a function of support for the feminist movement. *Journal of Personality and Social Psychology*, n.32, p.113-115, 1975.

GOLDMAN, W.; LEWIS, P. Beautiful is good: evidence that the physically attractive are more socially skillful. *Journal of Experimental Social Psychology*, n. 13, p.125-130, 1977.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

HADJISTAVROPOULOS, H. D., ROSS, M. A., VON BAEYER, C. L. Are physicians' rating of pain affected by patients' physical attractiveness? *Social Science & Medicine*, n. 31, p. 69-72, 1990.

HANSSON, R. O.; DUFFIELD, B. Physical attractiveness and the attribution of epilepsy. *Journal of Social Psychology*, n. 99, p. 233-240, 1976.

HEPBURN, J.R. The role of audience in deviant behavior. *Sociology and Social Research*, n. 59, p. 387-405, 1975.

HESS, E. H. Attitude and pupil size. *Scientific American*, n. 212, p. 46-54, 1965.

HESS, E. H. PETROVICH, S.B. Pupilary behavior in communication. In: SIEGMAN, A. W. & FELDSTEIN, S. (Org.) *Nonverbal Bahavior and Communication*. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

HICKLING, E. J.; NOEL, R. C.; YUTZLER, F. D. Attractiveness and occupational status. *Journal of Psychology*, n.102, p. 71-76, 1979.

HOBBS, N. The *Futures of Children:* categories, labels, and their consequences. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

JACKSON, D. J.; HUSTON, T. L. Physical attractiveness and assertiveness. *Journal of Social Psychology*, n. 96, p. 79-84, 1975.

JACOBSON, M. B., KOCH, W. Attributed reasons for support of the feminist movement as a function of attractiveness. *Sex Roles*, n. 4, p.169-174, 1978.

JONES, W.H.; HANSSON, R.O.; PHILLIPS, A. L. Physical attractiveness and judgments of psychopathology. *Journal of Social Psychology*, n. 105, p.79-84, 1978.

JONES, B.C. et al. Facial symmetry and judgements of apparent health: Support for a "good genes" explanation of the attractiveness-symmetry relationship. *Evolution and Human Behavior*, v. 22, p. 417-429, 2001.

KAISER, S. B.; FREEMAN, C. M.; WINGATE, S. B. Stigmata and negotiated outcomes: management of appearance by persons with physical disabilities. *Deviant Behavior*, n. 6, p. 205-224, 1985.

KATZ, S.; KRAVETZ, S.; MARKS, Y. Parents' and doctors' atitudes towards plastic facial surgery for persons with Down syndrome. *Journal of Intelectual & Developmental Disability,* v. 22, n. 4, p. 265-210, 1997.

KENDON, A. Some functions of gaze-direction in social interaction. *Acta Psychologica*, n. 26, p. 22-47, 1967.

KENEALY, P., FRUDE, N., SHAW, W. Influence of children's physical attractiveness on teacher expectation. *Journal of Social Psychology*, n.128, p.373-383, 1988.

KRANTZ, M., FRIEDBERG, J., ANDREWS, D. Physical attractiveness and popularity: the mediating role of self-perception. *Journal of Psychology*, n. 119, p. 219-223, 1985.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

LANGLOIS, J. H., DOWNS, A. C. Peer relations as a function of physical attractiveness: the eye of the beholder or behavioral reality? *Child Development*, n. 50, p. 409-418, 1979.

LARRANCE, D. T.; ZUCKERMAN, M. Facial attractiveness and vocal likeability as determinants of nonveral sending skills. *Journal of Personality*, n. 49, p. 349-362, 1981.

LEVENTHAL, G., KRATE, R. Physical attractiveness and severity of sentencing. *Psychological Reports*, n. 40, p. 315-318, 1977.

LEVITIN, T. E. Deviants as active participants in the labelling process: the visibly handicapped. *Social Problems*, n. 22, p. 548-557, 1975.

MAY, D.C.; TURNBULL, N. Plastic surgeons' opinions of facial surgery for individuals with Down syndrome. *Mental Retardation*, v. 30, n. 1, p. 29-33, 1992.

MEARIG, J. S. Facial surgery and an active modification approach for children with Down Syndrome: some psychological and ethical issues. *Rehabilitation Literature*, n. 46, p. 72-77, 1985.

MERCER, J. R. Social system perspective and clinical perspective: Frames of reference for understanding career patterns of persons labelled as mentally retarded. *Social Problems*, v. 13, 18-34, 1965.

MERCER, J. R. *Labelling the Mentally Retarded*: clinical and social system perspectives on mental retardation. Berkeley: University of California Press, 1973.

MERCER, J. R. Sociocultural factors in educational labelling. In: BEGAB, M. J. & RICHARDSON, S.A. (Orgs.) *The Mentally Retarded and Society:* a social science perspective. Baltimore: University Park Pressp, p.141-157, 1975.

MICHELI, G.; AUN, C. E.; YOUSSEF, M. N. *Estética do Sorriso*. São Paulo: Ática, 1987.

MILLER, A. G. Role of physical attractiveness in impression formation. *Psychonomic Science*, n. 19, p. 241-243, 1970.

MILLS, J.; ARONSON, E. Opinion change as a function of the communicator's attractiveness and desire to influence. *Journal of Personality and Social Psychology*, n.1, p.173-177, 1965.

NEER, W. L.; FOSTER, D. A.; JONES, J. C.; REYNOLDS, D.A. Socio-economic bias in the diagnosis of mental retardation. *Exceptional Children*, n. 40, p.38-39, 1973.

OMOTE, S. Um procedimento de avaliação da atratividade física de crianças. *Ciência e Cultura*, 1988, v. 40, n.7, Suplemento, pg.936.(a)

_____. Efeitos da atratividade física de crianças sobre a percepção de suas características. *Ciência e Cultura*, 1988, v. 40, p.7, Suplemento, pg. 936.(b)

_____. A importância do estudo da atratividade física facial. *Anais* da XIX Reunião Anual de Psicologia, da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989, no prelo.

_____. Aparência e competência em Educação Especial. *Temas em Educação Especial 1*, UFSCar, 1990, p.11-26.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

_____. Avaliação da atratividade física facial: delineamento de um procedimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1991, n. 7, p. 285-294. (a)

_____. Efeitos da atratividade física facial de crianças sobre a percepção de outras qualidades delas. *Psicologia: teoria e Pesquisa*, 1991, n. 7, p. 295-302. (b)

_____. Componentes da atratividade física facial. *Cadernos da FFC*, v. 8, n. 1, p. 87-107, 1999

_____. Estigma no tempo da inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

OTTA, E. Expressão facial e tamanho da pupila. *Psicologia*, n. 9, p.19-33, 1983.

OTTA, E. et al. Influência de adereços na formação de primeiras impressões. *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia*, n. 1, p. 47-49, 1989.

PERRETT, D.I.; MAY, K.A.; YOSHIKAWA, S. Facial shape and judgements of female attractiveness. *Nature*, v. 368, n. 17, p. 239-242, 1994.

PHILLIPS, J.; WHITAKER, L.A. The social effects of craniofacial deformity and its correction. *The CleftPalate Journal*, v. 16, n. 1, p. 7-15, 1979.

REIS, H. T.; NEZLEK, J.; WHEELER, L. Physical attractiveness in social interaction. *Journal of Personality and Social Psychol.*, n. 38, p. 604-617, 1980.

REIS, H. T. et al. Physical attractiveness in social interaction: II. Why does appearance affect social experience? *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 43, p. 979-996, 1982.

RHODES, G. The Evolutionary Psychology of facial beauty. *Annual Review of Psychology*, v. 57, p. 199-226, 2006.

RHODES, G.; ZEBROWITZ, L.A.; CLARK, A.; KALICK, S.M.; HIGHTOWER, A.; MCKAY, R. Do facial averageness and symmetry signal health? *Evolution and Human Behavior*, v. 22, p. 31-46, 2001.

RHODES, G.; TREMEWAN, T. Averageness, exaggeration, and facial attractiveness. *Psychological Science*, v. 7, n. 2, p. 105-110, 1996.

RODRIGUES, C.D.T.; LOFFREDO, L.C.M.; CANDIDO, M.S.M.; OLIVEIRA JUNIOR, O.B. Influência de variações das normas estéticas na atratividade do sorriso. *Revista Gaúcha de Odontologia*, v. 58, n. 3, p. 307-311, 2010.

ROSA, S. et al. Reações a um estranho em função do tipo de vestimenta. *Programa e Resumos* da XIX Reunião Anual de Psicologia, Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, p. 179, l989.

ROSS, M. B., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in teacher judgments. *American Journal of Mental Deficiency*, n. 80, p.96-98, 1975.

RUBIN, R. A.; KRUS, P.; BALOW, B. Factors in special class placement. *Exceptional Children*, n. 39, p. 525-532, 1973.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

SALVIA, J.; ALGOZZINE, R.; SHEARE, J. B.Attractiveness and school achievement. *Journal of School Psychology*, n.15, p. 60-67, 1977.

SALVIA, J.; SHEARE, J. B.; ALGOZZINE, B. Facial attractiveness and personal-social development. *Journal of Abnormal Child Psychology*, n, 3, p.171-178, 1975.

SANTOS, A., et al. A influência da vestimenta sobre o julgamento de qualidades subjetivas. *Ciência e Cultura*, n. 41, Suplemento, p. 822-823, 1989.

SCHNEIDER, D. Alunos Excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: G. Velho (Org.) *Desvio e Divergência:* uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 52-81, 1974.

SHAPIRO, A. K., STRUENING, E., SHAPIRO, E., BARTEN, H. Prognostic correlates of pychotherapy in psychiatric outpatients. *American Journal of Psychiatry*, n.133, p. 802-808, 1976.

SIGALL, H., LANDY, D. Radiating beauty:effects of having a physically attractive partner on person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 28, p.218-224, 1973.

SILVA, A. A. *Julgamento de Expressões Faciais de Emoções*: fidedignidade, erros mais frequentes e treinamento. (Tese de Doutoramento). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, L. M. *Simetria e Atratividade Facial*. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) – Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, 2005.

SILVA, L. M. *Atratividade Facial e Cirurgia Ortognática:* aspectos físicos e emocionais. Tese (Doutorado em Psicobiologia) – Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, 2009.

SILVA, L. M.; FUKUSIMA, S. S. Faces simétricas por reflexão das hemifaces não são mais atraentes que as faces normais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23. n. 3, p. 466-475, 2010.

STEFFENSMEIER, D. J.; TERRY, R. M. Deviance and respectability: an observational study of reactions to shoplifting. *Social Forces*, n. 51, p. 417-426, 1973.

STEPHAN, A. D. O desenvolvimento psicossocial e educacional de indivíduos com anomalias faciais. *Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, v. 13., n. 2, p. 54-58, 2003.

STEPHAN, C.; TULLY, J. C. The influence of physical attractiveness of a plaintiff on the decisions of simulated jurors. *Journal of Social Psychology*, n. 101, p. 149-150, 1977.

UNGER, R. K.; HILDERBRAND, M., MADAR, T. Physical attractiveness and assumptions about social deviance: some sex-by-sex comparisons. *Personality and Social Psychology Bulletin*, n. 8, p. 293-301, 1982.

VASH, C. L. *Enfrentando a Deficiência*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1988.

WRIGHT, B. *Physical Disability:* a psychological approach. New York: Harper & Row, 1960.

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

ZAIDEL, D.W.; AARDE, S.M.; BAIG, L. Appearance of symmetry, beauty, and health in human faces. *Brain and Cognition*, v. 57, p. 261-263, 2005.

ZEBROWITZ, L. A. *Reading Faces*: window to the soul? Boulder: Westview Press, 1998.

Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)

Memorial Sadao Omote
Grupos de Pesquisa:
Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-IDEA-UFSCar)
Diferença, Desvio e Estigma (UNESP/Marília)
Sob Expressa Autorização do Autor e da Editora Appris (Sem Fins Lucrativos)